UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

HENRIQUE ANTÔNIO VALADARES COSTA

**Arqueologia do Estado do Espírito Santo: subsídios
para gestão do patrimônio arqueológico no período
de investigação acadêmica de 1966 a 1975.**

São Paulo

2013

HENRIQUE ANTÔNIO VALADARES COSTA

Arqueologia do Estado do Espírito Santo:

Subsídios para gestão do patrimônio arqueológico do período de investigação
acadêmica de 1966 a 1975.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia do Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Neide Barrocá Faccio
Orientadora

Linha de Pesquisa: Espaço, Sociedade e
Processos de Formação do Registro Arqueológico.

São Paulo

2013

“O dom de despertar o passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Walter Benjamim. Sobre o conceito de história.

A minha mãe Nilda Valadares Costa

Agradecimentos

Antes de tudo gostaria de prestar meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho e sem o qual tornaria quase impossível a sua conclusão.

Primeiramente gostaria de agradecer ao professor Celso Perota pelos meus primeiros e segundos “passos” dentro da arqueologia, sendo também de fundamental importância a sua colaboração na elaboração dessa redação.

A minha orientadora Neide essencial para construção desse trabalho, por toda atenção e rigor técnico, dedicação profissional, paciência e estímulo cruciais para a realização e conclusão desse mestrado.

Ao professor José Luiz de Moraes pelos apontamentos, parceria e apoio fundamentais para realização desse trabalho.

Ao Laboratório de Arqueologia Guarani da UNESP de Presidente Prudente/SP em especial a Juliana Luz, David Lugli e Eduardo Matheus pelas leituras finais e tratamento das figuras.

Ao Luiz Antônio Barone pela presença amiga, grande ajuda na revisão do texto e nas ótimas dicas em todo processo.

À CAPES pela bolsa de pesquisa concedida sem a qual seria difícil a conclusão desse trabalho.

A Superintendência do IPHAN do Espírito Santo em especial a Yuri Batalha pela parceria incondicional no desenvolvimento da pesquisa, na reserva técnica da instituição e na procura pelos documentos espalhados pelo resto do País e a bolsista do PEP Lorraine Oliveira Nunez pela ajuda na reta final com as peças.

Aos meus amigos de São Paulo que me receberam com tanto carinho e fraternidade em especial Maria Teresa Parente e Fábio Candotti muito importantes nessa investida. Agradeço também a Marta Cavalline e Fellipo Satampanoni na recepção sempre amiga. Sem esquecer Jorge Najjar, Jonas Gregório e Diego Mendes pelas conversas dialéticas na “Dona Eva” e “FFLCH”.

Ao André Bittencourt Santos pela ajuda no Microsoft Excel e na utilização dos seus recursos ocultos a leigos.

Aos funcionários da Biblioteca do MAE sem distinção, mas em especial ao Hélio Rosa Miranda pelo pronto atendimento e elevado profissionalismo.

Resumo

Esse mestrado trata da reorganização e recuperação informativa de parte do acervo arqueológico do Estado do Espírito Santo que se encontra atualmente na reserva técnica da Superintendência do IPHAN/ES. Tendo como recorte o acervo acumulado entre os anos de 1966 até 1975 pelos arqueólogos Adam Orssich e Celso Perota, pensando como o acervo não somente o material arqueológico em si, mas também toda a documentação relacionada a ele. Além do resgate informativo foi discutida a formação desse acervo entendendo a arqueologia pré-colonial como história indígena.

Palavras chaves:

Arqueologia do Estado do Espírito Santo, Musealização da arqueologia, História da Arqueologia, Gestão do patrimônio arqueológico, formação do registro arqueológico.

Abstract

This master's degree is the reorganization and recovery informative part of the archaeological collections of the State of the Espírito Santo that is currently in technical reserves the Superintendence of IPHAN / ES. Having cut the acquis as accumulated between the years 1966 to 1975 by archaeologists Adam Orssich and Celso Perota, thinking as the collection not only the archaeological material itself, but also all the documentation related to it. In addition to the information of this acquis rescue training understand the pre-colonial archeology as indigenous history was discussed.

Keywords:

Archaeology of the State of Espírito Santo, musealization archeology, history of archeology, archaeological heritage management, formation archaeological record.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 MATERIAIS E MÉTODOS	10
1.1. Acervo Arqueológico do Estado do Espírito Santo: entre fragmentos e papéis.	11
2 ABANDONO E RECUPERAÇÃO	26
2.1 O Abandono	27
2.2 Recuperação: quantificação e organização do acervo	31
2.2.1 Acervo documental	32
2.2.2 Acervo arqueologia	33
3 A INSERÇÃO DO INDÍGENA NA HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO	39
3.1 O pensamento lusitano sobre o indígena na capitania do Espírito Santo: a ‘desqualificação’ do indígena	40
3.1.1 Crônicas Etnográficas na Capitânia do Espírito Santo.	42
3.1.2 O índio e o Território: os primórdios de uma “história indígena” no Estado do Brasil.	45
3.2 Princípio das políticas de esquecimento, redefinições de usos dos espaços e expedições científicas: um novo olhar sobre o índio no Espírito Santo.	52
3.2.1 Construção de uma “historia local” entre 1790 a 1818	55
3.3 Os problemas na penetração do território indígena, a noção de “vazio demográfico” em territórios indígenas tradicionais e o estabelecimento de discurso sobre esse território como natureza ‘virgem’ ou intocada pela mão do homem.	56
3.4 A República e o indígena no Espírito Santo	68
4 A FORMAÇÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DO ESPÍRITO SANTO	74
4.1 Atuação dos amadores e a institucionalização da pesquisa arqueológica no Espírito Santo	75
4.2 O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA.	86
4.3 Pressupostos Teóricos e Metodológicos do PRONAPA	88
4.4 Como interpretar a linguagem cerâmica: a análise cerâmica	97
4.5 O PRONAPA no Espírito Santo: o Espírito Santo na pré-história nacional	100
4.6 Críticas ao PRONAPA	105
5 A PRÉ-HISTÓRIA DO PRONAPA NO ESPÍRITO SANTO	108
5.1. Os Primeiros Modelos de Pré-história do Espírito Santo.	109
5.2. Orsich e suas considerações à Pré-história do Espírito Santo.	110
5.3. O PRONAPA e a Pré-história do Espírito Santo.	113
5.3.1. O período pré-cerâmico – os sambaquis e a Tradição Itaipu no Espírito Santo.	115
5.3.2. Período Cerâmico.	119
CONCLUSÃO	164
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS	168
APÊNDICE	190

INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva não só a recuperação e sistematização de todas as informações relacionadas ao acervo arqueológico capixaba, acumulado entre 1966 a 1975, pelos arqueólogos Adam Orssich e Celso Perota, como também o resgate histórico de sua acumulação, assim como sua disponibilização a comunidade geral. Contamos, para essa realização, com o apoio do IPHAN do Espírito Santo, além daquele dado pelo professor e arqueólogo Celso Perota, sem o qual a redação dessa pesquisa não seria possível.

Esse acervo arqueológico encontrava-se em total abandono, devido à contínua depredação ocorrida entre 1995 a 2000. Quadro este formado após a aposentadoria de Celso Perota da UFES em 1995 que, somada a problemas de saúde do professor, causou um abandono por parte dessa universidade da guarda desse acervo arqueológico, deixado nas dependências de um edifício abandonado da UFES.

As primeiras medidas emergenciais tomadas foram uma ação conjunta entre os pesquisadores Celso Perota, Henrique Antônio Valadares Costa e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, removendo-se gradativamente o acervo do local onde estava para as dependências do espaço educacional Escola da Ciência História e Biologia da Secretaria Municipal de Educação de Vitória – ES. Posteriormente, as peças são transportadas para as dependências do IPHAN.

Dessa forma, essa pesquisa assume, em muitos pontos um caráter historiográfico cada vez mais evidente, na medida em que a integração com as ciências da informação e da museologia foram sendo exigidas para recuperação, reestruturação e disponibilização informativa do acervo.

Assim, esta dissertação é dividida em cinco capítulos: no primeiro, Materiais e Métodos, apresentaram-se os instrumentos teóricos e metodológicos utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como a descrição geral do acervo arqueológico, além do delimitado na pesquisa, sob a guarda do IPHAN/ES.

No segundo capítulo, intitulado Abandono e Recuperação, apresentamos as condições físicas em que o acervo se encontrava desde o seu abandono e quase depredação total até o seu resgate, de onde partimos para o desenvolvimento dessa pesquisa. Descrevemos também os procedimentos utilizados a partir da metodologia escolhida e os resultados obtidos nesse resgate informativo e reestruturação do acervo.

No terceiro capítulo, A Inserção do Índio na História do Espírito Santo, apresentamos os resultados da pesquisa histórica, analisando como a historiografia capixaba trabalhou para nas políticas de exclusão e invisibilização do indígena refletindo consideravelmente em como o patrimônio arqueológico pré-colonial capixaba vai ser valorizado.

O quarto capítulo, A Formação do Acervo Arqueológico do Espírito Santo, trata da história da disciplina arqueológica e de como foi sendo acumulado o acervo arqueológico, e também como foram os processos de formação do registro arqueológico, passando pelo início do século XX, pelo trabalho pioneiro de Adam Orssich até o PRONAPA, com Celso Perota, até 1975.

Finalmente, no quinto capítulo, A Pré-história do PRONAPA no Espírito Santo, apresentamos de forma descritiva os primeiros modelos propostos para uma pré-história do Estado do Espírito Santo. Levantamos, para isso, as datações absolutas obtidas na época e as divisões culturais construídas pelos pesquisadores a partir do registro arqueológico disponível.

Com isso, procuramos aprofundar o conhecimento teórico-metodológico sobre a preparação de uma base de dados em coleções antigas e o tratamento necessário a ser oferecido, objetivando o resgate informativo mais completo possível. Nesse sentido, acreditamos na relevância desta pesquisa para que se reflita sobre quais ações são necessárias para realizar esse tipo de abordagem.

1.1 Acervo Arqueológico do Estado do Espírito Santo: entre fragmentos e papéis

Entende-se como parte de um acervo arqueológico toda a informação produzida a partir das intervenções realizadas em sítios arqueológicos, bem como o material coletado e as informações geradas a partir dele. Segundo Silva e Lima (2007):

De forma ampla e em sua acepção atual, o registro arqueológico compreende tanto as evidências físicas – artefatos e ecofatos – recuperados em uma intervenção em sítio arqueológico, como os registros documentais produzidos antes, durante e após essa intervenção, considerados também registros primários. O registro arqueológico constitui, portanto, a base de dados sobre a qual opera a arqueologia. (SILVA; LIMA, 2007, p. 282).

O registro arqueológico material do Estado do Espírito Santo foi obtido por meio de prospecções, escavações emergenciais de resgate, escavações acadêmicas, apreensões do IPHAN, doações de particulares e projetos de licenciamento ambiental.

Quanto a material escrito temos relatórios, artigos, dissertações e entrevistas. Enfim toda referência bibliográfica que mencione estudos arqueológicos pré-coloniais espírito-santenses, que se encontram igualmente dispersas e desarticuladas.

O acervo arqueológico capixaba é composto de ampla variedade de materiais provenientes de sítios históricos e pré-coloniais acumulados em mais de 45 anos de pesquisas. A maior parte do acervo, acumulado entre 1966 até 1993, encontra-se sob a guarda do IPHAN do Espírito Santo, antiga 21ª SR/IPHAN, e outra parte no Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os vestígios arqueológicos, propriamente ditos, desse acervo são provenientes de materiais líticos, cerâmicos, malacológicos, osteológicos (humanos e zoológicos), antracológico, pedológicos, vítreos e metálicos.

Identificamos e caracterizamos quatro conjuntos no acervo geral, entre materiais arqueológicos e documentais, obtidos pelas pesquisas de Perota e Orssich.

O primeiro conjunto é composto por materiais coletados ou produzidos por Adam Orssich e por materiais já existentes no, antigo, Museu de História do Espírito Santo, entre 1966 e 1967, quase todo com proveniência desconhecida. Esse acervo posteriormente compôs a base de dados informativa do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas¹ (PRONAPA).

¹ O PRONAPA, que será abordado nos Capítulos III e IV dessa dissertação, foi um programa de pesquisas arqueológicas com foco metodológico mais prospectivo, ocorrido em todo território nacional entre os anos de

O segundo conjunto é resultado do trabalho do PRONAPA realizado no Estado do Espírito Santo entre os anos de 1968 a 1975.

O terceiro conjunto apresenta os materiais resultantes das pesquisas desenvolvidas pelo Smithsonian Institution na região amazônica. Nesse caso o programa foi conhecido como PRONAPABA e compreendeu os estados pesquisados por Perota na região do Baixo Xingu e Tapajós entre os anos de 1977 a 1990.

O quarto conjunto é composto pelo acervo resultante dos trabalhos desenvolvidos de maneira autônoma, pelo pesquisador Celso Perota da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), após o término do PRONAPA/ES entre os anos de 1979 a 1993.

O primeiro, segundo e quarto conjuntos apresentam coleções arqueológicas do Estado do Espírito Santo. Já a terceira coleção refere-se a materiais arqueológicos provenientes da região amazônica.

Do primeiro conjunto, os materiais arqueológicos relacionados às pesquisas de Orssich (1982) é o de menor número e o que apresenta pouco potencial informativo. Entretanto, Orssich foi pioneiro em diagnosticar arqueologicamente o Estado do Espírito Santo como um todo, num processo de dar fim ao amadorismo, antes de lei de 1961 (ORSSICH, 1982; COSTA, 2011). O conjunto relacionado ao pesquisador Perota (1969a; 1969b; 1971a; 1971b; 1971c; 1972a; 1972b; 1974; 1975) é o mais volumoso em informação e materiais arqueológicos. Não é objetivo desta pesquisa trabalhar com os materiais já existentes no, antigo, Museu de História do Espírito Santo.

O segundo conjunto de material, proveniente do PRONAPA/ES é significativo em volume de material cerâmico, tendo oferecido os dados subsidiários para estabelecimento das cronologias culturais utilizada até hoje para a caracterização da pré-história espírito-santense (PEROTA, 1968, 1968a, 1968b, 1968c, 1968d, 1968e, 1968f, 1968g, 1968h, 1968i, 1968j, 1968l, 1968n, 1969a; 1969b; 1969c, 1969d, 1969f, 1969g, 1969h, 1969i, 1969j, 1969l, 1969m, 1969n, 1969o, 1970a, 1970b, 1970c, 1970d, 1970e, 1970f, 1970g, 1970h, 1970i, 1970j, 1970l, 1970m, 1970n, 1970o, 1970p, 1970q, 1970r, 1970s, 1970t, 1970u, 1970v, 1970x, 1970z, 1970ab, 1970ac, 1970ad, 1970ae, 1970af, 1970ag, 1970ah, 1971a; 1971b; 1971c; 1972a; 1972b; 1974; 1975).

O terceiro conjunto, representado pelos materiais coligidos pelo PRONAPABA, concentra um grande volume de materiais cerâmicos e de informações (PEROTA 1977, 1978, 1979, 1982, 1990).

1965 e 1975, com financiamento do CNPq e do Smithsonian Institution, coordenados pelo casal de arqueólogos norte americanos Betty Meggers e Clifford Evans.

O quarto conjunto do acervo é resultado das pesquisas do arqueólogo Celso Perota na UFES, de 1979 a 1993. Nesse período, atenção maior foi dada nos sítios históricos e pré-cerâmicos do Espírito Santo (PEROTA, 1979a, 1987, 1991, 1993). O acervo da UFES foi obtido nos trabalhos na área dos Sítios Monsarás, Gruta do Limoeiro, Dunas de Itaúnas, Areal I, São João de Carapina, Reis Magos e Palácio do Governo (antigo Colégio Jesuítico de São Thiago).

O primeiro e o segundo conjuntos são objetos dessa dissertação de mestrado, já o terceiro e quarto conjuntos foram apresentados como parte do acervo arqueológico do Estado do Espírito Santo, sob a guarda do IPHAN, mas não foram trabalhados nesta dissertação tendo em vista a necessidade de um recorte.

Contudo, consideramos oportuno apresentar algumas informações a respeito dos sítios arqueológicos do quarto conjunto, pois, apesar de o quarto conjunto não compõe o recorte, mas é estabelecido para o desenvolvimento dessa dissertação, tratam-se de sítios importantes para o conhecimento do cenário, da arqueologia do Estado do Espírito Santo de outro período (Tabela 1).

Tabela 1: Sítios arqueológicos do quarto conjunto (1979 a 1993)

Sítios Arqueológicos	Fonte
Monumento Jesuítico de Reis Magos	Perota, 1985
Igreja de São João de Carapina	Comunicação pessoal 2000
Antigo Colégio Jesuítico de São Tiago (atual sede do Governo do Estado)	Comunicação pessoal 2000
Sítio Monsarás	Perota 1979a
Gruta do Limoeiro²	TVE, 1979
Dunas de Itaúnas	Perota e Assis, 1991; 1993.

² O Sítio Gruta do Limoeiro foi escavado no ano de 1979, com financiamento da Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo oferecendo subsídios ao mesmo para o processo de Tombamento como bem cultural, contendo ainda dados sobre ocupação pré-histórica no interior do Estado. Os resultados dessa pesquisa são registrados em documentário realizado conjuntamente com Celso Perota pela TV Educativa do Espírito Santo (TVE) intitulado “Os Cemitérios Puri-Coroados²” (PEROTA; 1979b). Perota, em comunicação pessoal informa que, apesar de não ser mencionado nos créditos do documentário, Antônio Carlos Neves, um dos produtores do documentário, era sobrinho de Aldemar Neves (autor citado nos capítulos II, III e IV), motivado a realizar uma homenagem ao tio, já falecido, em conjunto com Celso Perota. A relação de Aldemar Neves com a arqueologia deveu-se ao seu interesse pela pesquisa arqueológica indígena brasileira, chegando a escavar como amador e publicar em revista do instituto histórico e geográfico do Espírito Santo.

Diante do exposto, apresentamos um panorama geral dos dados referentes à história da arqueologia do Espírito Santo, a partir de quatro conjuntos de materiais, para nos debruçarmos nesta dissertação sobre o estudo do primeiro e do segundo conjuntos.

Os procedimentos metodológicos escolhidos para o desenvolvimento desta dissertação buscam o resgate e a preservação de informações referentes à arqueologia pré-colonial do Estado do Espírito Santo, com enfoque para os trabalhos desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1970.

O período de desenvolvimento dos trabalhos de Celso Perota na área da arqueologia é marcado pela produção de uma grande quantidade de dados. Nesse sentido, a pesquisa em tela trata dessa problemática, visando a produzir, qualificar, organizar e sistematizar informações a respeito desse patrimônio arqueológico, além da elaboração de uma base de dados, que contribui com as pesquisas arqueológicas do Estado do Espírito Santo.

Entendemos que, para assegurar a preservação do acervo que é alvo dessa pesquisa, ele deve ser conhecido pela população capixaba. Para tanto, é necessário que esse acervo seja organizado, estudado e divulgado como documentação histórica.

Um documento, portanto, precisa ser reconhecido não apenas por seu formato e tipo, mas também pela historicidade que justifica sua produção, manutenção e reconhecimento público de seus efeitos enquanto tal. Sob ponto de vista organizacional, também deve ser entendido por meio de formas de classificação e, primordialmente, pela maneira como é possível torna-lo acessível para o usuário (BOTTALLO, 1998, p. 266).

Com o predomínio de uma perspectiva eurocêntrica na análise do passado pré-colonial espírito-santense, articulada com os projetos de embranquecimento da população e expansão da economia agroexportadora, a percepção sobre a condição do indígena no Estado, quase sempre negativa, reflete ainda hoje, em muito, na interpretação e nível de percepção do patrimônio arqueológico capixaba.

A questão que reforça esse quadro tão problemático quanto as citações pejorativas ao material arqueológico e ao indígena e seu passado é a ausência de discussões e produção acadêmica sobre o assunto. Esse problema ocorre de forma marcante no Espírito Santo. Segundo Bastos (2010a), essa ausência de interpretação ou discussão é um poderoso instrumento de integração da sociedade como um todo nos desígnios das classes dominantes.

O fim dos monopólios de interpretação é um absoluto da humanidade. Convém aqui invocar Boaventura Santos (2000), que nos adverte para enxergar a ciência moderna e nela perceber a sua práxis também colonizadora das formas de racionalidade, destruindo assim o equilíbrio

dinâmico entre a regulamentação e emancipação em detrimento dessa última. Portanto, o êxito da luta contra os monopólios de interpretação acabou por dar a um novo inimigo, tão temível quanto o anterior, que a ciência moderna não podia ignorar: a renúncia à interpretação paradigmática patente no utopismo automático da tecnologia e também na ideologia e nas práticas consumistas. (BASTOS, 2010a, p. 53).

Assim, esse estudo, ligado essencialmente ao problema de gestão do patrimônio arqueológico capixaba, visa à proteção e preservação do bem material em si, acarretando em questões relacionadas à própria ideia de cidadania cultural. Bastos (2006) discute a oposição entre ‘barbárie’ e ‘cidadania cultural’ como um dos principais problemas para gestão do patrimônio cultural brasileiro.

A nossa perspectiva hoje de deixar a barbárie e caminhar na edificação permanente da cidadania cultural passa, seguramente, pela reinvenção da nossa História e nesse contexto a arqueologia. Aí o patrimônio cultural arqueológico tem papel de destaque, pois é concretamente uma fonte de conhecimento apta a mudar paradigmas historicamente impregnados no senso comum e nas representações sociais. Nesta linha, só para exemplificar, podemos citar a difusão de ensinamentos em livros escolares e suas escolas do ‘dia do descobrimento do Brasil’, conceito que veio tomar outro significado quando a comemoração dos 500 anos da ocupação portuguesa no Brasil, onde subjugados se fizeram ouvir apesar da omissão da grande imprensa e da subserviência aos governantes de plantão. (BASTOS, 2006, p. 164).

Por isso, entendemos que esse estudo por meio da limpeza, organização, classificação, acondicionamento, análise e divulgação dos resultados contribuirá para a gestão do patrimônio arqueológico capixaba, sob responsabilidade do IPHAN, única instituição existente no Estado do Espírito Santo com essa finalidade, possibilitando aos pesquisadores a revisitação desse material e a comunidade a apropriação desse conhecimento.

Para tanto, é imprescindível a recuperação da história dessa coleção para o entendimento de sua formação e abandono, além do auxílio à elaboração de estratégias de reintegração do patrimônio arqueológico ao patrimônio cultural do Espírito Santo.

O acervo arqueológico capixaba, no ano de 2005, encontrava-se em péssimas condições de acondicionamento e em eminente risco de irreparável perda de suas informações. Assim, entre os anos de 2005 e 2006, a 21^a SR/IPHAN realizou o Tratamento das Peças Arqueológicas do Espírito Santo – Acervo Celso Perota, sob coordenação dos arqueólogos contratados Prof. Celso Perota e Henrique Antônio Valadares Costa. Na ocasião foram realizadas atividades de limpeza, identificação, classificação e reacondicionamento, sendo esta a primeira tentativa de recuperação do registro arqueológico capixaba (COSTA, 2006).

Em 2008, a 21ª SR/IPHAN-ES realizou um programa de atualização de cadastro de sítios arqueológicos do Espírito Santo, a partir de seus arquivos, sob a coordenação da arqueóloga Christiane Machado.

Projetos de recuperação de antigas coleções já foram realizados anteriormente, como é o caso de parte da antiga coleção do Museu Paulista, transferida para o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e definida como Coleção 030, teve, como parte dos resultados, a criação de um banco de dados (DE BLASIS; MORALES, 1997). Destacamos também o projeto de tratamento e conservação da coleção arqueológica do Museu Nacional/UFRJ, sob a coordenação e curadoria de Tânia Andrade Lima (LIMA; RABELLO, 2007).

Entretanto, em nenhuma delas identificamos a proposta metodológica trabalhada a partir de um risco de perda total das informações do acervo. Assim, os direcionamentos apresentados implicam em procedimentos de atualização de cadastro em banco de dados e reacondicionamento em ambiência de reserva técnica e material arqueológico demais composição do acervo geral dos museus.

Durante a realização do projeto intitulado “Tratamento das peças arqueológicas do Espírito Santo – Acervo Celso Perota,” ocorrido entre os anos de 2005 e 2006, com verba do IPHAN, realizou-se a separação do que era material proveniente do Espírito Santo e do que era da bacia amazônica (PRONAPABA). Ainda nesse projeto, foi realizada uma separação entre o que foi obtido a partir dos sítios pré-coloniais e o que foi obtido das escavações nos Sítios Históricos de Reis Magos e São João de Carapina, ambas no município da Serra, ES. (COSTA, 2005, 2006).

Para a presente pesquisa foi recuperada a maior parte bibliográfica do acervo, entre as bibliotecas da USP, arquivo do IPHAN/ES e do Capanema IPHAN/RJ, além do acervo pessoal de Celso Perota³.

Para o resgate de informação e articulação de dados utilizaram-se os conceitos da ciência da informação e da museologia visando a uma discussão que preenchesse o vazio narrativo no qual a pesquisa arqueológica do Estado do Espírito Santo se encontra.

Todas as estratégias da documentação museológica realizam seus pressupostos objetivando a preservação, reconhecimento, hierarquização, guarda e recuperação do objeto material e suas informações, permitindo que, através da consulta a seus arquivos e banco de dados, seja possível acessar documentos de gradações diversas, que estejam relacionados com a coleção do museu e cujo uso possibilite a divulgação de seus conteúdos, respeitando tanto os princípios estabelecidos por meio de um plano diretor (BOTTALLO, 1998, p. 260).

³ A maior parte do acervo bibliográfico se encontra (escaneada) disponível na biblioteca do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP) e no IPHAN/ES.

Dessa forma, iniciamos a estruturação da base de dados, com o material arqueológico do Sítio Campus 2 (ES-VI-10), tendo na numeração original do catálogo do PRONAPA o sítio registrado como número 57. Esse material passou por uma avaliação para selecionar os atributos que constaram da ficha utilizada no banco de dados. A ficha de inventário da cerâmica possui 24 atributos. Esses atributos foram selecionados a partir dos manuais de pesquisa arqueológica utilizados pelo PRONAPA. (MEGGERS; EVANS, 1970, 1962) (CHMYZ, 1966).

Os 24 atributos aplicados na ficha foram: nome sítio arqueológico - representado pela sigla da época; o dígito da numeração do fragmento; a localização do sítio (município); o procedimento de coleta; a natureza da peça; a espessura da peça, o anti-plástico; a técnica de manufatura; o contorno do vaso; a inclinação da borda, a forma da borda, a forma da base, a forma do lábio, o acabamento do lábio, o tratamento de superfície, o local de decoração, o tipo de decoração, a cor do engôbo, o tipo de pintura e coloração, o tipo de decoração plástica, o grau de conservação e a filiação cultural (tradição arqueológica).

Contudo, à medida que o material cerâmico foi numerado e analisado, notava-se, pelo grande volume, a impossibilidade da análise das 24 categorias, tendo em vista o tempo disponível para a realização desta pesquisa. Dessa forma, reduziram-se de 24 para 14 os atributos de análise, pois consideramos que esses 14 atributos garantiriam a gestão dos acervos e o acesso otimizado por parte do IPHAN e de pesquisadores as informações de cada coleção. Os 14 atributos utilizados foram: o nome do sítio arqueológico; o dígito da numeração do fragmento; a localização do sítio (município); o procedimento de coleta; a natureza da peça; a espessura da peça; a inclinação da borda; a forma da borda; a forma da base; a forma do lábio; o acabamento do lábio; o tipo de pintura e coloração; o tipo de decoração plástica e filiação cultural (tradição arqueológica). Trabalhamos com 35 coleções de cerâmica. As fichas preenchidas foram disponibilizadas para o IPHAN/ES, garantindo dados mínimos para a gestão do acervo. Optamos, dessa forma, por trabalhar com os dados do acervo cerâmico de 35 sítios, sem nos atermos a análises de correlações dos atributos de cada sítio, pois isso demandaria muito tempo e tiraria o pesquisado de seu foco principal.

Durante o preenchimento das fichas foi possível verificar as condições físicas do acervo do IPHAN/ES; numerar as coleções, pois as mesmas continham apenas o número do sítio. Ainda foi possível conhecer a história de acumulação do acervo e fazer o acondicionamento por coleção.

A elaboração do base de dados respeitou as especificidades históricas e metodológicas da formação de cada acervo. Dados complementares foram obtidos a partir de colóquios com Perota. Visando a uma sistematização capaz de discriminar cada fragmento ou artefato, dentro de cada conjunto arqueológico, a numeração sequencial em arábico foi acrescida próxima ao número do sítio, separada por hífen⁴ (**Foto 1**). Cumpre ressaltar que em muitos casos o número do sítio foi reforçado, tendo em vista encontrar-se quase ilegível.

Para a sistematização da base de dados utilizou-se o software Microsoft Excel 2010 para elaboração da ficha e tabela estatística.

A cerâmica constitui 98% do material arqueológico em reserva técnica do IPHAN/ES. Os 2% restantes referem-se a materiais líticos e ósseos. Pela necessidade de dar um recorte para nossa pesquisa esses materiais foram organizados e numerados. Entretanto, não foi elaborada uma tabela de análise do restante do material. Sendo identificada sua proveniência, sítio arqueológico, foram renumerados, quantificados e acondicionados conjuntamente com o restante do material.

Foto 1: Forma de numeração dos fragmentos cerâmicos.

Fonte: Edição do Autor/Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP.

Os materiais líticos e ósseos não foram trabalhados em fichas específicas, como foi o caso da cerâmica. Contudo, esses materiais foram trabalhados juntamente com a cerâmica em uma ficha geral.

⁴ O PRONAPA identificava o material recolhido dos sítios por número, mas as coleções não receberam um número sequencial que discriminasse e quantificasse uma numeração total por sítio.

A ficha geral teve por objetivo criar uma base de dados para o acervo do IPHAN do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a existência de quatro conjuntos de acervos e o fato de trabalharmos nesta dissertação com apenas dois desses acervos. Vimos nessa ficha geral uma forma de também organizar, em parte, os dados dos demais conjuntos.

Essa ficha geral apresenta 11 categorias: número de proveniência da peça em relação ao sítio, o sítio arqueológico (sigla), o município de procedência do sítio arqueológico, a localidade dentro do município, o procedimento de coleta, quantidade do material cerâmico, quantidade do material lítico, quantidade do material ósseo, quantidade do material malacológico, quantidade total de peça (cerâmico, lítico, ósseo e malacológico), área em metro quadrado do sítio, profundidade do material encontrado no sítio, ano da pesquisa e o número do sítio atualizado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

Entendemos que a maneira mais eficiente de organizar as informações do acervo arqueológico do Espírito Santo era possível através da construção de uma base de dados capaz de sistematizar e disponibilizar dados dispersos, de pouca circulação e/ou pouco conhecidos. Essa sistematização dos dados apresenta uma ordenação, que serve ao pesquisador para o conhecimento e cruzamento de informações que encontravam-se dispersas e desordenadas.

O desenvolvimento desse projeto tem como referência a arqueoinformação e o auxílio interdisciplinar da Ciência da Informação e da Museologia. Por meio dos instrumentos, metodologia e técnicas dessas ciências foi possível uma melhor instrumentalização para a presente pesquisa através da utilização de alguns de seus conceitos, como banco de dados e arquivo.

Considera-se esse resgate como parte da gestão fundamental do patrimônio arqueológico capixaba, que se encontrava em situação caótica, garantindo sua proteção e evitando danos recorrentes a esse patrimônio. Ponderou-se, para esse resgate de informação, a criação de um sistema de documentação capaz de gerir um controle eficiente dessa coleção.

Com base nos manuais da área, entende-se que a palavra ‘documentação’ abarca ideia abrangente de ‘ato de documentar’, atribuindo-lhe a função de abordar as coleções de museus. Num sentido mais restrito, a documentação de museus parece se aproximar da elaboração de registros escritos, considerados fundamentais para a manutenção do controle das coleções tal como recomendava Chenhall (1975:7), o que nos leva, nessa direção, a conhecer a quantidade e localização das peças sob guarda da instituição. (CERAVOLO, TÁLAMO, 2000, p. 244).

Estando esse material, em sua maior parte, sob a guarda do IPHAN do Espírito Santo, sem maior sistematização entendeu-se que a criação de uma base de dados seria a melhor estratégia de solução deste problema: o de garantir a gestão do patrimônio arqueológico e sua

disponibilização para a comunidade acadêmica. Segundo Bevilacqua (2010) banco de dados compõe um

conjunto de dados com certa organização característica, com o objetivo de armazenamento persistente dos dados vêm a ser uma representação dinâmica, visto que os dados podem sofrer alterações temporais. Podemos dizer que o BD⁵ procura ter em sua representação uma ‘imagem’ de uma situação do mundo real constituída de objetos, das relações entre esses objetos de eventos. A partir dessa imagem, do BD, então, tem condições que podem ter importância para o processo de tomada de decisão, pois os dados podem ter representações diversas para uma mesma situação (MEDEIROS, 2007, p. 20. *apud* BEVILACQUA, 2010).

Encaramos como um dos objetivos deste trabalho produzir uma documentação museológica e, por sua vez, atenta para a possibilidade de “musealização e os subsequentes processos de comunicação” desse material (BOTTALLO, 1998, p. 263).

Nos primeiros momentos da pesquisa, durante a limpeza, catalogação, renumeração e acondicionamento do acervo, foram experimentadas algumas ações pensadas no projeto inicial dessa dissertação, mas que, pelo grande volume de informação, escassez de recursos e tempo não puderam ser completamente realizadas. Contudo, essas informações ofereceram instrumentos de melhor acesso, avaliação e gestão de acervo. Esses dois pontos identificados foram a análise bibliométrica e a análise estatística percentual do acervo arqueológico.

A análise bibliométrica foi identificada como excelente ferramenta de gestão estratégica das informações de uma base de dados – principalmente no que se refere ao corpo escrito do acervo. O diálogo com as ciências da informação oferece importantes elementos que podem ser usados na composição desta última, para efetivar-se a dita análise.

A bibliometria é uma metodologia de recenseamento de trabalhos científicos que apresentem as mesmas particularidades. Por meio dela, pode-se, por exemplo, identificar a quantidade de trabalhos sobre um determinado assunto; publicados em uma data precisa; publicados por um autor ou por uma instituição ou difundidos por um periódico científico. Por meios bibliométricos procura-se computar dados para comparar e confrontar os elementos presentes nas referências bibliográficas de documentos que representem as publicações. (KOBASHI, 2008, p. 3).

⁵ BD: Banco de Dados.

A análise bibliométrica em arqueologia já foi utilizada em alguns trabalhos acadêmicos, como na dissertação de Alfredo de Souza Mendonça intitulada “Arqueologia brasileira (1975-1985), análise bibliométrica da literatura”, de 1988, em que observa a dispersão que os periódicos em arqueologia se encontravam e como a produção literária estava se consolidando como domínio autônomo do conhecimento. Da mesma forma, foi empregada na monografia de Rafael Brandi, “Arqueologia catarinense: análise bibliométrica e revisão arqueográfica”, de 2004, objetivando perceber as diferentes linhas de pesquisa aplicadas no estado de Santa Catarina.

Pensando na construção de um banco de dados, foram aplicados, para formulação de identificação e estatística do material, recursos disponíveis no software (como veremos a seguir) para realização de operações de função básica, com objetivo de construção de um quadro melhor sobre as percentagens em relação ao quadro geral (total de peças identificado) e também em relação às próprias características de cada subcategoria (total de cada categoria identificada).

Visando a facilitar as informações contidas no banco de dados, foram utilizadas ferramentas do Excel para o tratamento desses dados e cálculo de algumas percentagens indicativas.

Inicialmente, pensou-se na aplicação do Access como melhor ferramenta. Entretanto, como o acervo arqueológico apresenta uma heterogeneidade na coleta de informações, proveniente de várias instituições museológicas e períodos históricos diferenciados, correspondendo, por sua vez, a uma variação nos métodos classificatórios, foi considerado mais objetivo e necessário um programa mais simples e dinâmico, que possibilitasse alterações durante o processo de implantação do BD. O Excel permite uma transferência de informações coletadas, para serem executadas pelo Microsoft Access se, no processo final, for considerado necessária a definição desse outro software.

Para tal, inicialmente, foi utilizada a função de filtro para facilitação de buscas e visualização de dados. Isto permite uma seleção de dados através de um atributo ou mesmo uma combinação de vários atributos:

Esse recurso foi obtido após a marcação da área delimitada na planilha referente ao BD, por meio da aba definida como “Dados”, opção “Filtro”, ou mediante um clique no botão direito do mouse sobre uma das células do BD, com abertura de janela funcional, marcando a opção “Filtrar por Valor da Célula Seleccionada”.

Foram elaboradas duas percentagens informativas para sistematização do BD. A primeira calcula a percentagem do dado referente ao número total de peças examinadas e incluídas no BD – Percentagem Total (PT); a segunda calcula a percentagem do dado

referente ao número total de vezes que uma determinada categoria classificatória foi identificada – Percentagem Relativa (PR).

Para o cálculo de percentagem total foi estabelecida a divisão do número de vezes que uma subcategoria classificatória se repete pelo número total de peças incluídas no BD.

Figura 1: Apresentação de recurso utilizável para aplicação de filtros de informação

Fonte: Edição do autor

Para obtenção desses dados foi utilizada a função CONT.SE, seguindo o escopo: CONT.SE (intervalo; critério). Essa função estatística, como mencionado na janela explicativa, “calcula o número de células não vazias em um intervalo que corresponde a uma determinada condição”. Intervalo corresponde à área do BD a ser examinada e ‘critério’ corresponde à informação que deve ser encontrada no intervalo. Esse recurso está disponível na aba Fórmulas, opção Inserir Funções ou no botão fx, lateral à barra de fórmulas, onde pode ser aplicada a fórmula descrita. Utilizando-se desse recurso calculamos a percentagem total e a percentagem relativa para cada atributo de cada peça inserida no BD resultando em duas tabelas (**Figuras 2 e 3**).

Ao inserirmos as informações de um fragmento com determinadas características na tabela principal, elas automaticamente são computadas nas duas tabelas paralelas, com a

percentagem total das peças e a percentagem relativa da categoria ou subcategoria caracterizada.

Figura 2: Detalhe de tabela com percentual total de fragmentos identificados

Percentagem Total																				
PRC	NT	ES	SP	AP	TM	CV	FV	IB	FBD	FBS	FL	AL	TS	LD	TD	CE	TPC	DP	GC	FC
100,00%	71,67%	0,42%	6,25%	29,58%	11,25%		0,42%						69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	7,08%	33,75%	11,25%								69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	7,08%	33,75%	11,25%								69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	11,67%	7,08%	7,08%	11,25%								69,58%						15,00%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	57,50%	33,75%	11,25%								69,58%						32,08%	121,25%
100,00%	71,67%	7,50%	7,92%	24,17%	11,25%				0,42%				69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	7,08%	33,75%	44,58%	6,25%			17,08%				69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	4,17%	7,50%	7,08%	29,58%	44,58%					2,92%			69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	7,50%	7,08%	29,58%	44,58%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	7,08%	29,58%	11,25%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	7,08%	29,58%	11,25%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	7,92%	29,58%	11,25%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	12,92%	7,08%	24,17%	11,25%								69,58%						32,08%	121,25%
100,00%	71,67%	4,58%	3,33%	24,17%	11,25%								69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	57,50%	29,58%	44,58%								69,58%						15,00%	121,25%
100,00%	18,75%	17,08%	57,50%	7,08%	44,58%		0,42%	18,33%	17,08%				69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	7,08%	33,75%	44,58%				17,08%				69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	4,17%	12,92%	7,08%	7,08%	44,58%				17,08%				69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	7,50%	7,08%	24,17%	44,58%								69,58%						15,00%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	57,50%	29,58%	44,58%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	18,75%	13,33%	6,25%	24,17%	44,58%			18,33%	17,08%				69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	7,08%	33,75%	44,58%								69,58%						32,08%	121,25%
100,00%	71,67%	7,50%	57,50%	7,08%	44,58%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	6,25%	33,75%	44,58%								69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	11,67%	7,92%	33,75%	11,25%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	7,08%	33,75%	44,58%								69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	11,25%	33,75%	44,58%								69,58%		4,17%	1,67%			0,83%	121,25%
100,00%	71,67%	17,08%	57,50%	33,75%	11,25%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	11,67%	57,50%	33,75%	11,25%								69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	4,17%	10,83%	57,50%	24,17%	44,58%				0,42%				69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	7,92%	6,25%	4,58%	44,58%								69,58%						15,00%	121,25%
100,00%	18,75%	4,58%	6,25%	4,58%	11,25%			18,33%	17,08%				69,58%						24,58%	121,25%
100,00%	71,67%	7,92%	7,92%	33,75%	44,58%								69,58%						25,83%	121,25%
100,00%	71,67%	13,33%	6,25%	33,75%	11,25%								69,58%	6,67%	4,17%	3,75%			0,83%	121,25%
100,00%	71,67%	11,67%	57,50%	7,08%	44,58%								69,58%						25,83%	121,25%

Fonte: Edição do autor

Figura 3: Detalhe de tabela de percentual relativo

Percentagem Relativa																				
PRC	NT	ES	SP	AP	TM	CV	FV	IB	FBD	FBS	FL	AL	TS	LD	TD	CE	TPC	DP	GC	FC
100,00%	72,57%	0,42%	6,25%	29,58%	11,39%		20,00%						82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	7,08%	33,75%	11,39%								82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	7,08%	33,75%	11,39%								82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	11,67%	7,08%	7,08%	11,39%								82,27%						15,00%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	57,50%	33,75%	11,39%								82,27%						32,08%	100,00%
100,00%	72,57%	7,50%	7,92%	24,17%	11,39%				2,00%				82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	7,08%	33,75%	45,15%	83,33%			82,00%				82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	4,22%	7,50%	7,08%	29,58%	45,15%					77,78%			82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	7,50%	7,08%	29,58%	45,15%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	7,08%	29,58%	11,39%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	7,08%	29,58%	11,39%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	7,92%	29,58%	11,39%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	12,92%	7,08%	24,17%	11,39%								82,27%						32,08%	100,00%
100,00%	72,57%	4,58%	3,33%	24,17%	11,39%								82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	57,50%	29,58%	45,15%								82,27%						15,00%	100,00%
100,00%	18,99%	17,08%	57,50%	7,08%	45,15%		20,00%	86,27%	82,00%				82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	7,08%	33,75%	45,15%				82,00%				82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	4,22%	12,92%	7,08%	7,08%	45,15%				82,00%				82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	7,50%	7,08%	24,17%	45,15%								82,27%						15,00%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	57,50%	29,58%	45,15%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	18,99%	13,33%	6,25%	24,17%	45,15%			86,27%	82,00%				82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	7,08%	33,75%	45,15%								82,27%						32,08%	100,00%
100,00%	72,57%	7,50%	57,50%	7,08%	45,15%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	6,25%	33,75%	45,15%								82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	11,67%	7,92%	33,75%	11,39%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	7,08%	33,75%	45,15%								82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	11,25%	33,75%	45,15%								82,27%		47,62%	22,22%			0,83%	100,00%
100,00%	72,57%	17,08%	57,50%	33,75%	11,39%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	11,67%	57,50%	33,75%	11,39%								82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	4,22%	10,83%	57,50%	24,17%	45,15%					11,11%			82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	7,92%	6,25%	4,58%	45,15%								82,27%						15,00%	100,00%
100,00%	18,99%	4,58%	6,25%	4,58%	11,39%			86,27%	82,00%				82,27%						24,58%	100,00%
100,00%	72,57%	7,92%	7,92%	33,75%	45,15%								82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	72,57%	13,33%	6,25%	33,75%	11,39%								82,27%	57,14%	47,62%	50,00%			0,83%	100,00%
100,00%	72,57%	11,67%	57,50%	7,08%	45,15%								82,27%						25,83%	100,00%
100,00%	4,22%	7,50%	57,50%	33,75%	45,15%					77,78%			82,27%						25,83%	100,00%

Fonte: Edição do autor

Ao tratarmos do patrimônio arqueológico, lidamos com uma temporalidade e uma espacialidade específicas. Por sua vez, considera-se importante discutir a historicidade desse patrimônio junto à sociedade capixaba ao longo de sua formação no período pós-contato até o século XX.

O desenvolvimento de uma arqueologia profissional no Espírito Santo, nos moldes atuais, se inicia com a lei de 1961, regulamentando quem e como deve ser desenvolvida a pesquisa arqueológica no Brasil (COSTA, 2011). Entretanto, o discurso da memória histórica do indígena no Espírito Santo, antes e depois do contato com o elemento europeu, não começa com a lei de regulamentação da década de 1960.

O discurso sobre a história do indígena no Espírito Santo irá refletir significativamente no desenvolvimento da arqueologia nas décadas que se seguirão sofrendo as nuances relativas ao contexto histórico de cada época.

Essa visão, desenvolvida nos séculos de contato, tem suas raízes no início da presença portuguesa no que hoje viria a ser o estado do Espírito Santo. Por isso é considerado importante, para estabelecimento desse resgate, o desenvolvimento de uma história do pensamento arqueológico, paralelo à construção desse banco de dados para uma reorganização informativa melhor sistematizada.

O acervo arqueológico do Estado do Espírito Santo vem sendo acumulado, desde o século XIX até o presente, e organizado seguindo os diferentes contextos em que estavam inseridas suas pesquisas, como pode ser identificado no acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro (BELTRÃO, 1979).

Devido à ausência total de pesquisas nesse campo em termos regionais, foi elaborada, em caráter de síntese e com foco nos pontos considerados mais importantes para o desenvolvimento do trabalho, uma breve história da pesquisa arqueológica capixaba.

Considera-se imprescindível, para o delineamento dessa discussão, entender como o Estado brasileiro financiou as políticas de esquecimento do indígena, enxergando nesse processo um importante indicador de como se procedeu à arqueologia em cada região.

Uma vez que a pesquisa arqueológica no Brasil se inicia de modo pontual no século XIX, continuando rarefeita na primeira metade do século XX, procurou-se apresentar dados etnográficos, importante ferramenta para subsidiar sua história.

Esse material é útil como auxílio interpretativo aos dados arqueológicos, principalmente para o entendimento do grau de visibilidade do indígena na sociedade e por sua vez como se deu a importância da arqueologia no local (SOUZA, 1991).

Entendemos que a leitura desses documentos, escritos numa perspectiva unilateral, deve ser criteriosamente crítica, tendo em vista o contexto em que os autores estavam inseridos

ideologicamente. Assim, foi possível, estabelecer de maneira mais segura uma leitura contextualizada desses documentos.

Pompa (2003), sugere que as “observações dos cronistas não surgem a partir da realidade indígena, mas, ajudadas pela peculiaridade das culturas nativas, contam algo sobre seu próprio sistema de crenças e valores” (POMPA, 2003, p. 35).

Essa análise histórica oferece importantes elementos interpretativos para revisões de acervo, bem como para o debate sobre sua temporalidade nesse território (BRUNO, 2004). Com isso, o entendimento que o descabido desinteresse, por parte da historiografia capixaba, à temática indígena, de modo a isolar a arqueologia pré-colonial no Espírito Santo enquanto ciência social, não se deveu unicamente à ausência de profissionais da ciência arqueológica no Estado, mas a uma construção ideológica sobre o tema em muito direcionado pela elite local em consonância ao restante da elite nacional.

Trabalhamos nisso com políticas de invisibilidade, como sugere Johan Michel (2010), que propõe investigar sobre as condições em que se manifestam as políticas do esquecimento como políticas públicas de anti-memória, havendo diferenças tipológicas entre essas políticas de alienação de setores da sociedade e a questão indígena.

O inventário do próprio acervo passa por duas problemáticas essenciais durante o tratamento de um acervo arqueológico – o problema físico e a acessibilidade informativa. Como já foi mencionado, a descontextualização em que se encontra boa parte do acervo, impossibilita ainda a sua inserção dentro da paisagem cultural. E, por sua vez, essa situação o mantém como conjunto documental limitado de pesquisa.

Configurada como parte de uma memória social inativa, essa pesquisa trata de elaborar um sistema de recuperação dessas informações. Existiria, assim, como reflete Claudio Carlan, “uma relação entre memória e documento” (CARLAN, 2012, p. 57). Em relação aos procedimentos aqui abordados, buscou-se uma reestruturação desse acervo (como documento), organizando-o, e viabilizando o restabelecimento da relação entre memória e documento, conferindo a essa pesquisa o seu caráter também historiográfico.

2.1 O Abandono

Junto à sociedade capixaba, o arqueólogo Celso Perota, no âmbito do PRONAPA, deu visibilidade aos sítios arqueológicos, como registro concreto da presença indígena no Espírito Santo. Conforme pode ser percebido na leitura de jornais da época, o imaginário sobre a pré-história, mesmo regionalmente, o imaginário histórico capixaba era uma unidade exclusivamente europeia.

O PRONAPA acarretou a institucionalização da arqueologia dentro da Universidade Federal do Espírito Santo, incorporando Celso Perota como pesquisador da instituição. Essa institucionalização foi estruturada dentro dos espaços do Museu de Arte e História da UFES⁶, com reserva técnica e laboratório.

Os resultados de seu trabalho foram verificados com entusiasmo pela imprensa local, muito estimulada também pelas ações de Christiano Fraga, resultando na estruturação da arqueologia local. No entanto, o descaso proporcionado pelas políticas de invisibilidade do indígena no Espírito Santo, refletiram de maneira significativa no imaginário do capixaba, e nas dificuldades em gerir esse patrimônio arqueológico a longo prazo.

O entusiasmo superficial pela arqueologia provinha, aparentemente, de uma classe média emergente, produto dos grandes empreendimentos industriais entre as décadas de 1960 e 1970. Essas transformações econômicas causaram por sua vez mudanças do ponto de vista econômico e social, levando a mudanças na hierarquia de valores de setores da sociedade, entre eles o entusiasmo pelas ciências de uma maneira geral.

No entanto, esse clima “moderno” não muda o panorama em relação à história indígena, tendo sido a arqueologia representada como uma ciência à parte, desvinculada da questão indígena, ou como possibilidade de construção de uma narrativa nesse sentido.

O esclarecimento de Perota em atribuir uma filiação cultural indígena (local) aos vestígios arqueológicos encontrados em Vitória, em 1969, inicia um processo de relocação da pré-história regional para dentro da paisagem cultural capixaba.

Na **figura 4** apresentamos uma reportagem cujo título reflete o imaginário dominante do povo espírito-santense, no que se refere a pré-história. Por essa questão, a escolha em relacionar um “neandertal perdido” em terras capixabas, espécie hominídea extinta típica da Eurásia, aos vestígios pré-coloniais indígenas, do Espírito Santo, representa, evidentemente, além de uma falta de difusão da arqueologia (mesmo no mundo acadêmico), um anseio em partilhar de maneira mais intensa um passado comum entre os europeus.

⁶ Atual Museu Solar Monjardim-ES.

Figura 4: matéria publicada pelo jornal “O Diário” de 8 abril de 1969.

Fonte: Arquivo do IPHAN do Espírito Santo.

Apesar de o estado do Espírito Santo ter sido rota constante de diversas expedições científicas (nacionais e estrangeiras) e produzido vasto material museológico (etnográfico e arqueológico), bibliográfico sobre as populações ameríndias, o interesse dos intelectuais locais pelo tema foi quase nulo, com algumas notas sobre a presença de índios “aculturados” no século XX (PACHECO, 1957).

Esses indicadores de memória representam as relações de poder desempenhadas, no decorrer da História, que formaram a mentalidade (consciente ou não) que negligenciou a preservação e multiplicação do patrimônio cultural arqueológico brasileiro. Por isso, essa investigação oferece elementos mais consistentes para entender a construção de certas práticas no presente, e para entender as diferenças regionais a respeito da construção da memória ao longo tempo. Ou seja: perceber quando uma determinada coisa é valorizada ou mesmo esquecida.

Como é construído o discurso sobre o acervo arqueológico e a fala da longevidade e da territorialidade de um país ou região? Em outras palavras: procura-se entender como a memória é construída. Para isso, discutiu-se a formação e abandono do acervo em questão.

Entender as raízes dessa negligência e oferecer os subsídios necessários para “reintegração de posse” do patrimônio arqueológico à sociedade, e, ao integrar-se a essa sociedade, esperar ter contribuído para que ela se integre mais em si mesma.

Não puderam ser identificadas as razões imediatas da época que motivassem mais de 40 anos de pesquisa arqueológica no Espírito Santo se perderem quase completamente. O trabalho de uma vida inteira esteve quase que destruído e esquecido nas ruínas de um setor abandonado da universidade federal, em meados da década de 1990. Não temos notícia de, devido a algum problema de comunicação entre os setores tecno-burocráticos da UFES, ou mesmo durante uma curta ausência do arqueólogo aposentado, terem trabalhado sistemicamente os mecanismos aqui discutidos.

O material se encontrava em um dos prédios abandonados da UFES na avenida Maruípe, antiga escola de Engenharia em Vitória. Até onde se pode constatar, foi transladado do antigo laboratório de arqueologia no campus universitário de Goiabeiras, e literalmente jogado num dos cômodos da edificação entre 1995 e 1999, logo após a aposentadoria de Celso Perota, professor pelo departamento de Ciências Sociais da UFES.

Em 2000, após uma visita conjunta, no local, contando com Carol Abreu, representante do IPHAN na época, Celso Perota, arqueólogo responsável na época da universidade, e Henrique Antônio Valadares Costa, na época graduando do curso de História da UFES e estagiário de arqueologia, tomam conhecimento do fato e iniciam as discussões sobre o resgate do material.

Tendo em vista as condições precárias em que se encontrava o acervo, foi estipulado que as medidas de resgate desse material seriam tomadas através de ação conjunta entre o IPHAN e Celso Perota. Por sua vez, Henrique Antônio Valadares Costa, em seguida, inicia o processo de retirada do material acondicionando-o em caixas e sacos objetivando o traslado seguro do material para futuramente realizar um tratamento adequado com recuperação das informações do acervo e reorganização sob a coordenação direta de Celso Perota (**Fotos 2, 3 e 4**).

Após duas semanas esse material foi emergencialmente enviado para a Escola de Ciência Biologia e História, da Secretaria Municipal de Educação de Vitória, após o informe de que o prédio sofreria uma limpeza pela prefeitura da universidade. A própria secretaria municipal de educação, através de uma das responsáveis na época, Raquel Félix Conti, providenciou transporte e alguns trabalhadores para auxiliar no traslado do material. A partir disso o processo de resgate desse material passou institucionalmente pela ação do IPHAN, na época uma sub-regional do Rio de Janeiro, sendo retomado efetivamente em 2005.

Foto 2: edificação abandonada da UFES onde foi “depositado” todo acervo arqueológico do Espírito Santo, na última sala à esquerda, onde se pode ver a porta trancada com um vergalhão.

Fonte: Abreu (2000) arquivo do IPHAN do ES.

Foto 3: detalhe do cômodo da edificação onde se encontrava o material.

Fonte: Abreu (2000) arquivo do IPHAN do ES.

Foto 4: dentro da sala azulejada, misturado a material odontológico descartado, a maior parte do material arqueológico descontextualizado e sem referências de identificação além da numeração dos fragmentos.

Fonte: Abreu (2000) arquivo do IPHAN do ES.

Entre 2000 e 2005, o acervo ficou nas dependências do espaço musealizado e educativo da Secretaria Municipal de Educação de Vitória-ES, até que se inicia o projeto de “Tratamento das Peças Arqueológicas do Espírito Santo – Acervo Celso Perota”, entre setembro de 2005 a fevereiro de 2006. Gradativamente o acervo foi sendo transportado para a reserva técnica do IPHAN. Continuando as atividades de 2000 o projeto conta com a supervisão de Celso Perota e na execução do tratamento com Henrique Antônio Valadares Costa (COSTA, 2005, 2006).

O processo de tratamento passou por separação básica entre o que tinha proveniência capixaba e da bacia amazônica, e do que era pré-histórico e do que era do período pós-contato. Com isso, esse projeto de pesquisa é um desdobramento desse período, onde a parte referente ao acervo acumulado por Adam Orssich (1966 a 1967) e por Celso Perota na época do PRONAPA (1968 a 1975) se encontra sistematizada e disponível para pesquisas com vistas a uma otimização da gestão patrimonial.

2.2 Recuperação: quantificação e organização do acervo

Alguns dos objetos deste trabalho foram o resgate, a disponibilização e a contextualização histórica do acervo do IPHAN/ES, acumulados entre os anos de 1966 a

1975. O resgate foi construído a partir de diretrizes dadas por disciplinas como a museologia, as ciências da informação e a análise histórica de sua construção local.

O acervo foi dividido em duas categorias básicas: materiais arqueológicos e materiais informativos (impressos, manuscritos e datilografados) relacionados aos materiais arqueológicos. Além das informações provenientes dos acervos ainda contou-se com a colaboração efetiva de Celso Perota que, através de depoimentos, da disponibilização de documentos escritos ou de visitas ao acervo, foi peça fundamental no resgate de informações.

Foi considerado acervo documental toda informação que descrevesse os dados das pesquisas arqueológicas relacionadas com o material aqui pesquisado. Considera-se, assim, não somente o objeto arqueológico em si, mas toda a informação relacionada ao acervo arqueológico, na forma de fichas de cadastro de sítio, fichas de campo, catálogos de acervo, relatórios de campo, fotografias, mapas, artigos, capítulos de livros e resumos.

Foi considerado acervo arqueológico todas as peças propriamente ditas do acervo, entre materiais cerâmicos, líticos, osteológicos (humano e zoológico), malacológicos e sedimentos coligidos no período de 1966 a 1975. Não foi possível quantificar a perda sofrida pelo abandono, porque uma considerável parte do acervo geral existente no IPHAN foi tratada, entretanto sem ser catalogada. Desse período foram identificados conjuntos arqueológicos provenientes da Amazônia.

2.2. 1 Acervo Documental

O acervo documental, composto pela informação em papel, constou de: 1) tabelas de organização geral; 2) fichas de cadastro dos sítios arqueológicos do período de 1966 a 1970; 3) ofícios de comunicação entre a sub-regional capixaba e a regional no Rio de Janeiro; 4) ofícios de prestação de contas dos períodos entre 1966 a 1971; 5) matérias de jornais e revistas locais e nacionais sobre as atividades museológicas e arqueológicas no Estado do Espírito Santo entre os anos de 1967 a 1972; 6) relatórios de campo; 7) artigos científicos em revistas e 8) mapas.

Esse acervo documental encontrava-se disperso entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A maior parte dos originais hoje encontram-se no Acervo Geral do IPHAN, no Palácio Gustavo Capanema, na cidade do Rio de Janeiro, somando um total de 234 documentos descritos e discutidos nos capítulos III, IV e V desta dissertação. O levantamento desses 234 documentos foi realizado em parceria com a Superintendência Regional do IPHAN/ES, foram feitas cópias digitais desses documentos que hoje se encontram no IPHAN/ES, disponíveis para consulta de arqueólogos e demais pesquisadores.

Foi encontrada uma tabela datilografada contendo informações manuscritas, de forma sintética referente a 55 sítios, bem como as fichas de cadastro dos respectivos sítios arqueológicos. (PEROTA, 1970ai). Por meio dessa tabela e das fichas de cadastro elaborou-se a tabela geral. O original dessa tabela foi encontrado no Acervo Geral do IPHAN, Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro-RJ. (**Apêndice 1**).

As fichas de cadastro dos sítios arqueológicos somam um total de 54 documentos, datilografados, mimeografados e preenchidos a lápis ou datilografado. Cópias dessas fichas encontram-se na sede do IPHAN-ES. Os originais estão no Palácio do Capanema, RJ. Uma das fichas não foi encontrada, pois de acordo com a tabela apresentada no apêndice 1 são 55 sítios e não 54.

Os ofícios de comunicação entre os pesquisadores e a superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro, somam xx. Incluímos nesse lote os ofícios de prestação de contas num total de xx documentos. Todos os ofícios são datilografados e os originais estão no Palácio do Capanema, RJ.

As matérias de jornais e revistas publicadas entre 1967 e 1972 informam a percepção da imprensa local sobre as atividades do arqueólogo Celso Perota, somando 64 recortes de jornais e uma matéria de revista. Os originais encontram-se nos arquivos do IPHAN/ES.

As publicações científicas, relatórios de pesquisa e mapas compõem um total de 15 documentos. São nove publicações científicas, compostas por artigos de periódicos publicados pela UFES, CEPA do Paraná, Relatório do Emílio Goeld/PA e Instituto Anchietano de Pesquisas. Essas publicações são todas de autoria do arqueólogo Celso Perota. Dos xx relatórios, xx são de autoria de Orssich e três de Celso Perota.

Finalmente, o IPHAN/ES possui em seus arquivos dois mapas. Os dois mapas elaborados por Celso Perota. O primeiro, datado de 1968, apresenta a divisão regional para cadastramento de sítios arqueológicos. O segundo, datado de 1991, apresenta a localização dos sítios arqueológicos do Estado do Espírito Santo.

2.2.2 Acervo Arqueológico

O acervo arqueológico relacionado aos arqueólogos Adam Orssich e Celso Perota, até o presente momento, quantificou um total de 7.125 peças e 55 sítios arqueológicos identificados e pesquisados entre os anos de 1966 a 1975. Deste acervo, 98,19% dos materiais são cerâmicos (6996 fragmentos e artefatos), 1,57% são líticos (112 unidades) e menos 0,23% de material ósseo (17 unidades).

Não consideramos que esse trabalho de quantificação e organização represente a finalização do tratamento do acervo aqui delimitado, haja vista que à medida que se

separavam as peças por proveniência, foram identificados, com certa frequência, fragmentos provenientes de sítios pesquisados durante a vigência do PRONAPABA. Esses materiais do PRONAPA são da Bacia Amazônica e não são objeto desta pesquisa. Como nosso interesse nesse recorte de pesquisa são os materiais do Estado do Espírito Santo, nesse momento não trabalhamos com as coleções da região Amazônica, talvez isso explique o fato de a tabela geral do IPHAN mostrar 35 sítios, mas nas fichas de cadastro de sítios do Espírito Santo constar um número de 54 sítios.

Assim, verificamos que o acervo estudado nesta dissertação é composto por dois conjuntos de resultados de pesquisas arqueológicas. O primeiro, referente às pesquisas de Orssich (1966-1967). O segundo, referente às pesquisas de Celso Perota junto ao PRONAPA (1968-1975). O **gráfico 1** apresenta os acervos de Orssich e do PRONAPA/ES identificados no IPHAN-ES nesta pesquisa.

Gráfico 1: Quantificação do acervo do PRONAPA e Adam Orssich e do PRONAPA sob responsabilidade do arqueólogo Celso Perota.

Fonte: Edição do autor

Da tabela apresentada no apêndice 1, foram sintetizados os dados da pesquisa do Orssich (**Tabela 2**). O menor volume de material existente hoje na reserva técnica do IPHAN do Estado do Espírito Santo foi acumulado por Orssich nos anos de 1966 e 1967 possui 61 fragmentos peças líticas e cerâmicas, que foram numerados e catalogados. Essas peças são provenientes de oito sítios arqueológicos.

Tabela 2: dados da pesquisa arqueológica de Orssich (1966-1967).

NC	SIT	Nº CSNA	MUN	LOC	CER	LI	TOTAL
1	CO-1	ES00007	SGP	São Domingos	3	5	8
2	CO-2	ES00006	COL	São Domingos	12	0	12
3	CO-3	ES00008	COL	São Domingos	4	0	4
4	CO-4	ES00009	COL	São Domingos	2	0	2
5	CO-5	ES00023	PNC	São Pedro	0	0	0
6	CO-6	ES00010	COL	Águia Branca	2	0	2
7	AF-1	ES00026	ST	Santa Julia	0	0	0
8	CO-7	ES00011	COL	São Domingos	32	1	33
Total Geral					55	6	61

Fonte: IPHAN/ES. Edição do autor.

Diante do exposto, apresentamos o que foi possível recuperar de materiais da pesquisa de Orssich (1966-1967). Quanto às pesquisas de Celso Perota junto ao PRONAPA/ES (1968-1975), verificamos que o arqueólogo realizou trabalhos de campo nos anos de 1968 a 1970. Depois do ano de 1970, o arqueólogo Perota passa a se dedicar à análise de laboratório e à elaboração dos relatórios do PRONAPA/ES.

Nesse ano de 1968, Perota se dedicou a realizar o reconhecimento e levantamento bibliográfico de informações deixadas por Orssich, privilegiando a identificação e cadastro de quatro sítios: ES-LI-1 (ES00001), ES-EC-1 (ES000063), ES-EC-2 (ES000064) e ES-SM-1 (ES00022)⁷.

Em 1969 as pesquisas de campo ganham maior intensidade e foram cadastrados 15 sítios pesquisados, 1403 peças, entre materiais cerâmicos, líticos e ósseos (**Tabela 3**).

Tabela 3: dados da pesquisa arqueológica de Celso Perota no ano de 1969.

NC	SIT	CSNA	MUN	LOC	CER	LIT	OST	TOT
17	ES-GU-1	ES00024	PIU	Monte Agha	126	10	16	152
17A	ES-GU-1	ES00024	PIU	Monte Agha	70	0	0	70
18	ES-GU-2	ES00021	IT	Itaoca	0	0	0	0
19	ES-VI-1	ES00039	SE	Nova Almeida	0	0	0	0
20	ES-VI-2	ES00040	SE	Nova Almeida	0	0	0	0
21	ES-VI-2	ES00040	SE	Nova Almeida	0	0	0	0
22	ES-VI-2	ES00040	SE	Nova Almeida	0	0	0	0
24	ES-LI-4	ES00032	SM	Moenda	1	0	0	1
25	ES-LI-4	ES00032	SM	Moenda	0	0	0	0
26	ES-LI-5	ES00201	SM	Moenda	0	0	0	0
27	ES-LI-6	ES00034	SM	Moenda	0	0	0	0

⁷ Número atual do CSNA.

28	ES-LI-6	ES00034	SM	Moenda	0	0	0	0
29	ES-LI-7	ES00035	SM	Moenda	0	0	0	0
30	ES-LI-7	ES00035	SM	Moenda	81	0	0	81
32	ES-LI-9	ES00036	SM	Moenda	37	0	0	37
33	ES-LI-10	ES00037	SM	Moenda	28	0	0	28
34	ES-LI-11	ES00013	CB	Belém	6	0	0	6
35	ES-LI-11	ES00013	CB	Belém	185	1	0	186
36	ES-LI-11	ES00013	CB	Belém	120	0	0	120
53	ES-SM-2	ES00012	CB	Itaúnas	0	0	0	0
57	ES-VI-10	ES00048	VI	Goiabeiras/UFES	675	12	0	687
58	ES-VI-11	ES00049	VI	Goiabeiras/UFES	0	0	0	0
60	ES-VI-13	ES00051	VI	Goiabeiras/COHAB	21	14	0	35
Total Geral					1350	37	16	1403

Fonte: IPHAN/ES. Edição do autor.

No final do ano de 1969 e início do ano de 1970 Perota (1970a) identificou e pesquisou três sítios arqueológicos de 576 peças (**Tabela 4**). Nesse momento começa a consolidar a percepção sobre os sítios pré-cerâmicos da Tradição Itaipu através da Fase Potiri. Ver tabela com a discriminação abaixo:

Tabela 4: Dados das pesquisas arqueológicas de Celso Perota no final de 1969 e início do ano de 1970.

NC	SIT	CSNA	MUN	LOC	CER	TOT
47	ES-VI-3	ES00041	SE	Potirí	78	78
48	ES-VI-4	ES00042	SE	Nova Almeida	1	1
49	ES-VI-4	ES00042	SE	Nova Almeida	497	497
59	ES-VI-12	ES00050	VI	Goiabeiras/UFES	0	0
Total Geral					576	576

Fonte: IPHAN/ES. Edição do autor.

No ano de 1970, Perota cadastrou 24 sítios e 4.845 peças arqueológicas. Esse foi o ano do último ano de levantamento de campo. Esse foi o momento em que a imprensa local mais registrou as atividades do pesquisador (**Tabela 5**).

Tabela 5: Dados das pesquisas arqueológicas de Celso Perota ano de 1970.

NC	SIT	CSNA	MUN	LOC	CER	LIT	OST	TOT
9	DES	0	VI	Fradinhos	91	1		92
16	ES-LI-2	ES00002	BE	Rio do Norte	0	0	0	0
37	ES-LI-12	ES00014	CB	Belém	87	0	0	87

38	ES-LI-12	ES00014	CB	Belém	21	0	0	21
39	ES-LI-12	ES00014	CB	Belém	41	1	0	42
40	ES-LI-13	ES00200	CB	Belém	338	1	0	339
41	ES-LI-14	ES00016	CB	Belém	258	0	0	258
42	ES-LI-14	ES00016	CB	Belém	303	0	0	303
43	ES-LI-14	ES00016	CB	Belém	534	0	0	534
44	ES-LI-15	ES00017	CB	Belém	69	0	0	69
45	ES-LI-16	ES00018	CB	Belém	191	0	0	191
46	ES-LI-17	ES00019	CB	Belém	0	0	0	0
50	ES-VI-5	ES00043	SE	Biriricas	118	0	0	118
52	ES-VI-6	ES00044	SE	Potirí	0	0	0	0
54	ES-VI-7	ES00045	SE	Pedrinhas	0	0	0	0
55	ES-VI-8	ES00046	SE	Pedrinhas	0	0	0	0
56	ES-VI-9	ES00047	VI	Goiabeiras/UFES	0	0	0	0
61	ES-VI-14	ES00052	VI	Barreira	0	0	0	0
62	ES-AF-2	ES00027	ST	Santa Julia	39	0	0	39
63	ES-AF-2	ES00027	ST	Santa Julia	65	1	0	66
64	ES-AF-2	ES00027	ST	Santa Julia	0	0	0	0
65	ES-AF-3	ES00028	ST	Santa Julia	26	0	0	26
66	ES-AF-3	ES00028	ST	Santa Julia	29	2	0	31
67	ES-AF-3	ES00028	ST	Santa Julia	85	0	0	85
68	ES-AF-4	ES00029	ST	Santa Julia	44	4	0	48
69	ES-AF-4	ES00029	ST	Santa Julia	111	7	0	118
70	ES-AF-4	ES00029	ST	Santa Julia	75	0	0	75
71	ES-AF-5	ES00030	ST	Santa Julia	22	0	0	22
72	ES-AF-5	ES00030	ST	Santa Julia	56	2	0	58
73	ES-AF-5	ES00030	ST	Santa Julia	54	0	0	54
74	ES-AF-6	ES00031	ST	Boapado	15	0	0	15
75	ES-AF-6	ES00031	ST	Boapado	32	0	0	32
76	ES-AF-6	ES00031	ST	Boapado	17	3	0	20
77	ES-VI-15	ES00020	FUND	Mutrabeca	0	0	0	0
79	ES-CI-1	ES00005	C	Gruta do Limoeiro	1	7	1	9
80	ES-VI-19	ES00054	VI	Barreira	0	0	0	0
81	ES-VI-19	ES00054	VI	Barreira	201	25	0	226
88	ES-VI-17	ES00053	VI	Carapina	227	1	0	228
89	ES-VI-17	ES00053	VI	Carapina	1008	4	0	1012
90	ES-VI-17	ES00053	VI	Carapina	111	1	0	112
91	ES-VI-18	ES00054	VI	Carapina	146	3	0	149
92	ES-VI-16	ES00055	CA	Tucum	0	0	0	0
93	ES-VI-16	ES00055	CA	Tucum	280	5	0	285
94	ES-VI-16	ES00055	CA	Tucum	80	1	0	81
97	ES-VI-16	ES00055	CA	Tucum	0	0	0	0
Total Geral					4775	69	1	4845

Fonte: IPHAN/ES. Edição do autor.

Nunca na história da pesquisa arqueológica do Estado do Espírito Santo houve tantas pesquisas arqueológicas do ponto de vista acadêmico como no ano de 1970. Os anos que se seguiram até 1975 foram de análise de material, seminários com o restante da equipe do PRONAPA e publicações de relatórios e artigos em revistas científicas, que no caso do Espírito Santo foram em revistas locais. Estamos considerando aqui o término das pesquisas desenvolvidas pelo PRONAPA-ES pela publicação de um artigo na revista de Cultura da UFES, divulgando uma tabela com as datações de C14 do PRONAPA no Estado. (PEROTA, 1975).

3.1 O pensamento lusitano sobre o indígena na capitania do Espírito Santo: a “desqualificação” do indígena

Entende-se que uma recuperação efetiva do acervo arqueológico capixaba implique, entre outros procedimentos, no seu reconhecimento histórico, de modo a apresentar a trajetória de sua acumulação e inclusão no território e na sociedade em que se insere.

A etnografia indígena capixaba começa com os primeiros escritos sobre a presença e estabelecimento do elemento português, na parte da costa conhecida hoje como Espírito Santo. Esses relatos, como em toda a costa, tiveram seu início em meados do século XVI (MONTEIRO, 2001).

Desde as primeiras décadas de 1500 até o século XIX está presente na historiografia capixaba uma discussão sobre qual o momento certo de seu “descobrimento”, sem, no entanto chegar-se a uma conclusão sobre o assunto. Isso acontece devido à ausência de documentos no período da chegada de Cabral até 1535.

Segundo Santos (2007), entre 1500 e 1532 a costa estava numa fase de levantamento cartográfico, sendo evitada por causa de problemas de circulação náutica. Esse fato fez com que, nesse período, a costa capixaba fosse pouco investigada, e por essa razão, o conhecimento acerca das populações que nela habitavam são inexistentes. Dessa forma, as primeiras narrativas foram elaboradas a partir de 1534/1535, predominando as relações de escambo do Pau Brasil. Nessa ocasião os franceses frequentavam a costa quase ou tão intensamente quanto os portugueses para relações comerciais com os ameríndios (ALMEIDA, 2003).

O imaginário sobre o indígena estava sendo construído apenas por suas “ausências de fé, rei e lei” do paraíso que habitavam (HOLANDA, 2010). Poucos anos após a doação das capitanias e o estabelecimento de alguns povoados lusitanos, diversos donatários, inclusive os do Espírito Santo, o Vasco Fernandes Coutinho, enfrentaram problemas de intensos ataques indígenas e de ordem financeira, implorando a Metrópole ações que remediasses o perigo de perda de seu território para outras monarquias e para os ataques indígenas.

Em 1549 é firmada a centralização do poder colonial, sob a tutela de um governador geral, representando o interesse e o poder direto do rei. A Capital escolhida seria sediada na Bahia, denominada Cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, com investimento direto do soberano.

Com o primeiro Governador Geral chegam os primeiros jesuítas, aproveitando as demandas tanto da Igreja Católica quanto do Estado português. O Governo Geral e os jesuítas

começam suas ações no Brasil sob a égide da Contra Reforma Protestante e do fortalecimento do poder real na economia mundo-europeia.

Os jesuítas viriam fazer parte do aparelho estatal como uma força auxiliar de centralização política, tendo a sede administrativa na Capital da Colônia, como “lideranças intelectuais e morais” do Estado, fundamentais na dinâmica econômica do plantation⁸, com os primeiros latifúndios e a monocultura do açúcar. A emergência dos engenhos de açúcar, somada às crises religiosas entre protestantes e católicos, gerou demandas imediatas na aquisição de mais indivíduos.

O jesuíta Fernão Cardim no final do século XVI, quando em visita pela Capitania do Espírito Santo, encontra um ambiente colonialmente estruturado, contando a Capitania seis engenhos de açúcar, uma grande quantidade de índios sendo utilizado como mão de obra escrava, acumulando-se no movimento constante de descimentos de índios do Sertão:

Ha nesta terra mais gentio para converter que em nenhuma outra capitania; deu o padre visitador ordem , com que fossem dous padres dahi vinte e oito léguas a petição dos indios, que queriam ser christãos : espera-se grande fructo desta missão, e que decéram logo quatro ou cinco mil almas , e ficará porta aberta para decer grande multidão dé gentios (CARDIM: [1583-1590]; 1817, p. 85).

A demanda estava diretamente ligada ao índio, que era visto como força militar (policial) e a força de trabalho (escrava/servil), tanto para a Igreja quanto para o Estado português, numa empreitada de reestruturação da fé católica contra a expansão protestante na Europa e a ampliação de mão de obra na lavoura açucareira. A integração do índio como força de trabalho na lavoura ia ficando mais facilitada com a ordem religiosa. Citando Cardim (1847) ainda no final do XVI:

Os portuguezes tem muita escravaria destes indios christãos: tem eles uma confraria dos Reis em nossa igreja, e por ser antes do natal, quizeram dar vista ao padre visitador de suas festas. Vieram um domingo com seus alardos á portugueza e a seu modo, com muitas danças , folias. bem vestidos, e o rei e a rainha ricamente ataviados, com outros principaes e confrades da dita confraria : fizeram no terreiro da nossa igreja seus caracoes, abrindo e fechando com graça por serem mui ligeiros, e os vestidos não carregavam muito a alguns, porque os não tinham (Ibidem: pag. 85 a 86).

Todos atendiam a ação expansionista colonizadora portuguesa. Essa fase configura-se como início da integração, de fato, do índio no imaginário ocidental, recebendo uma classificação e um valor comparado aos valores renascentistas da época (POMPA, 2003).

⁸ O motivo pelo qual é evitada a circulação de navios nessa faixa da costa advém da impossibilidade que as naus portuguesas tinham de atravessar o grupo de recifes de Abrolhos (que vem de “Abra os olhos”), entre parte do litoral sul da região atual do Estado da Bahia até o extremo sul do Espírito Santo, de onde seguiam pelo norte fluminense até a Baía de Guanabara. (SANTOS, 2008)

Os projetos de colonização, longe de serem reduzidos à esfera do econômico, devem ser vistos em sua perspectiva global de empreendimento político, econômico e religioso. Afinal, na Europa do Antigo Regime, sobretudo nos países ibéricos, o temporal e o espiritual estavam fortemente associados e os ideais da conquista e da colonização tiveram sempre um forte conteúdo religioso. Se a conquista do território podia ser feita por meio da violência e destruição da organização social dos grupos indígenas, o projeto de colonização implicava a reorganização dessas populações de forma a integrá-las à nova ordem estabelecida (ALMEIDA, 2003, p.80).

Na engrenagem do sistema colonial, os jesuítas funcionavam para a dominação de grupos antagônicos, para a homogeneização da diversidade cultural indígena, implicando no direcionamento deles na força de trabalho tanto para a Metrópole quanto para a Igreja. Desempenhavam assim um papel fundamental na colônia portuguesa, pois:

encarregavam-se da evangelização dos índios, com o objetivo de transformá-los em súditos cristãos, que garantiria a ocupação do território, sob a administração portuguesa, e constituiria mão de obra necessária a ser repartida entre colonos, missionários e a Coroa (ALMEIDA, 2003, p. 81).

A Igreja estruturava seus objetivos nos indígenas como peça fundamental do equilíbrio de poder favorável na expansão protestante na Europa:

Defesa do catolicismo frente ao avanço dos protestantes, eis o que parece ter marcado as decisões do principal Concílio moderno, eixo da assim chamada Contra-Reforma. Nenhuma disposição de combate aos reformadores, nenhuma grande inovação de ordem jurídica, mas tão-somente a reafirmação de dogmas, sacramentos e estados que a igreja defendia desde, pelo menos, a Reforma Gregoriana dos séculos XII e XIII (VAINFAS, 1997, p. 19).

Segundo Pompa, essa nova dinâmica causará mudanças nas relações entre indígenas e portugueses, agravando os conflitos com os portugueses, aproveitando os franceses para estabelecer alianças com esses indígenas, como decorre entre tamoios e franceses na Baía de Guanabara (POMPA, 2003).

3.1.1 Crônicas Etnográficas na Capitânia do Espírito Santo

Dentro da produção etnográfica desse período no Espírito Santo, temos a passagem de Jean de Léry, em **História de uma viagem feita a Terra do Brasil, dita América**, publicada em 1578, sobre sua vivência no Brasil entre os tupinambá, principalmente os do Rio de Janeiro, sob o jugo francês na década de 1550. Léry chegou primeiro no Brasil, pela Capitania do Espírito Santo, identificando alguns indígenas e relatando suas primeiras

impressões sobre eles⁹. Nesse contexto Staden¹⁰ e Thevet¹¹ também deixam importantes relatos sobre os indígenas do Brasil.

As cartas de donatários informando os problemas que se passavam na capitania e as cartas dos jesuítas foram elaboradas a partir da década de 1550 indo até o século XVII, como a mais abundante fonte de informações. Entre os principais responsáveis pela produção dessa fonte está Afonso Brás, Brás Lourenço, Manuel da Nobrega, Fernão Cardim e José de Anchieta, para o qual é atribuído maior destaque.

Padre Anchieta, além de ter produzido diversas obras literárias e grande volume de cartas contendo uma gama diversa de informações, tais como descrições de diversas tribos da costa, gerou A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil, publicada em 1595, escrita a partir da informação das diversas tribos tupis que habitavam a costa.

Desde a chegada da primeira comitiva de inacianos à costa sul-americana em 1549, os jesuítas defrontaram-se com a difícil tarefa de traduzir o conteúdo e os sentidos da doutrina cristã para um idioma que atingisse o maior número possível de novos catecúmenos. Apesar da enorme diversidade linguística que se descobria pouco a pouco, à medida que a expansão portuguesa avançava para além das estreitas faixas litorâneas, estabeleceu-se desde cedo uma política linguística que tornava “a língua mais usada na costa do Brasil” o seu principal instrumento. Baseada, na verdade, num conjunto de dialetos da família linguística tupi-guarani, a primeira “língua geral” foi perdendo as suas inflexões locais e regionais em função da sua adoção, sistematização e expansão enquanto idioma colonial. Essa [era a] política linguística, esposada pelos jesuítas [...](MONTEIRO, 2001, p. 36).

No final do século XVI, Fernão Cardim¹² reúne significativas informações de suas viagens, e escreve a *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, São Paulo, etc, indo por visitador o Padre Cristóvão de Gouveia*, em 1590. Nessa publicação, apresenta os indígenas nas missões de diversas capitanias, incluindo as do Espírito Santo.

⁹ Chegam no atual distrito de Santa Cruz, município de Aracruz, encontrando os índios Temininó do chefe Maracajáguacu – o Gato Grande, trazidos, por intermédio dos jesuítas, pelo Donatário Vasco Coutinho em 1555, quando eles estavam cercados na baía de Guanabara, pelos seus inimigos Tamoio conjuntamente com os franceses, seus aliados. (SALLETO, 1998)

¹⁰ Hans Staden foi um mercenário da região de Hessen, na atual Alemanha, contratado pelos portugueses para participar das patrulhas na costa brasileira para combater principalmente franceses, após captura por índios tupinambá e longo cativeiro entre o litoral de São Paulo e sul fluminense, a partir dessa experiência, importantes relatos de cunho histórico e etnográfico sobre os tupinambá, com título de *História Verdica* em 1557. (STADEN, 1999).

¹¹ Thevet: André Thevet foi um frade franciscano e cosmógrafo do rei da França, e escreveu a importante obra *Les Singularitez de la France Antartique* em 1556, relatando importantes informações botânicas, zoológicas e etnográficas acerca os tupinambá do Rio de Janeiro durante a ocupação francesa na Guanabara (RAMINELLI: 2008).

¹² Fernão Cardim escreve posteriormente a obra *Tratados da terra e gente do Brasil*, na qual não relata diretamente informações sobre os índios do Espírito Santo, porém retém valiosa informações sobre etnias que também habitavam a capitania (CARDIM, 2009).

[...] descrevendo as paisagens e os fatos que observava dando-nos uma ideia precisa e interessante do Brasil dessa época, assim como as ordens proferidas pelo visitador para bom funcionamento dos colégios e das residências existentes naquelas partes (AZEVEDO, 2009, p. 13).

[...] e do jesuíta Fernão Cardim, que em seu “Do princípio e origem dos índios do Brasil e seus costumes, adoração e cerimônias”, nos dá uma visão geral dos costumes indígenas da época, e, em *Do clima e terra do Brasil*, chega a descrever o modo como se formaram os sambaquis (SOUZA, 1991, p. 50).

No início do século XVII destacamos o jesuíta Jácome Monteiro, com a obra *Relação da Província do Brasil, 1610*¹³. Essa obra contém importantes informações sobre as capitanias, a situação das tribos e de alguns aldeamentos, além da relação com os nativos, apresentando um ambiente bastante modificado pelo colonialismo lusitano (LEITE, 2000).

A obra do frei franciscano Vicente do Salvador, denominada *História do Brasil (1500 a 1627)*, publicada no século XVII, é considerada a primeira compilação de uma história geral do Brasil. Essa obra apresenta informações sobre a fundação da capitania de Vasco Fernandes Coutinho, além de dados a respeito das populações indígenas da região e de seus hábitos.

As informações produzidas pelos jesuítas são, até hoje, de fundamental importância para estudos de ordem etnográfica e para futuras pesquisas etno-históricas, oferecendo condições para o entendimento de como se processou a catequese e o impacto que sofreram as populações indígenas na sua estrutura social.

Ainda, para o final do século XVI, iniciam-se as chamadas literaturas de informação ou relatos de viajantes por indivíduos sem vínculo com a Igreja e sem altos cargos administrativos, que de uma maneira ou de outra, buscavam por meio de tratados descritivos alcançarem benefícios e ascensão social.

Entre esses indivíduos destacamos Pedro de Magalhaes do Gandavo¹⁴, que escreve *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil*, em 1576. Nessa mesma data publica um manuscrito, denominado *Tratado da Terra do Brasil*. Ambas as obras contêm informações sobre grupos étnicos e poucos relatos diretos sobre a capitania do Espírito Santo.

¹³ Essa obra foi publicada por Serafim Leite no Apêndice do Livro VIII da *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

¹⁴ Uma polêmica sobre Pedro de Magalhães é que, não se sabendo muito “sobre sua estada no Brasil, alguns autores duvidam que ele tenha mesmo colocado o pé na América”. (MONTEIRO, 2001, p. 14)

Os diversos escritos reunidos na obra *Tratado descritivo do Brasil em 1587*¹⁵, de Gabriel Soares de Sousa, consagram-se como um dos principais conjuntos de relatos sobre o final do século XVI. Apesar da ênfase dada para a capitania da Bahia, apresenta uma carta documental sobre todas as capitanias, consagrando suas riquezas e os costumes das populações indígenas nelas existentes (LUCIANI, 2010).

3.1.2 O índio e o Território: os primórdios de uma “história indígena” no Estado do Brasil.

No final do século XVI, o primeiro debate sobre o indígena centrou-se na sua espacialidade e na utilização do território reclamado pelos portugueses. Nesse debate estiveram presentes questões legais e morais, tanto por parte dos colonos como por parte da Igreja. Em ambos os casos buscava-se a expansão do Império português integrado à Igreja Católica.

É interessante que nesse momento, junto com os lusitanos vem o imaginário sobre um “paraíso perdido” em terras distantes, havendo nessas narrativas uma “Edenização”¹⁶ do Brasil lido através de sua diversidade botânica e faunística, onde a ingenuidade do índio é colocada paralelamente à sua bestialidade e primitivismo. Essa abundância é descrita por Sergio Buarque de Holanda como:

O verde imutável da folhagem que, impressionando fortemente o europeu na natureza dos trópicos, corresponde, por outro lado, a um traço obrigatório dessas paisagens irreais, já que traduz o sonho paradisíaco da eterna primavera, presta-se com facilidade a interpretações alegóricas nos livros de devoção (HOLANDA, 2010, p. 263).

Uma abundância que emergia tanto pelas ausências que a Europa apresentava quanto pelos excessos dispostos na fartura tropical, na promessa de um Portugal “melhorado”:

As descrições dos autores quinhentistas e seiscentistas correspondiam, quase, ao tradicional tema dos hortos de delícias. Trata-se nela da bondade dos ares, da sanidade da terra, da feliz temperança do clima, da abundância e variedade do mantimento, principalmente das frutas, da amenidade e beleza da vegetação, sugerindo a imagem dos formosos jardins e hortos do Éden. (AZEVEDO, 2009, p. 29).

A elaboração desses tratados descritivos não decorre por demanda específica do Estado português, como uma encomenda do rei ou de algum membro da alta nobreza sobre as

¹⁵ O *Tratado Descritivo do Brasil* é uma compilação dos textos “Roteiro geral com largas informações de toda a costa que pertence ao Estado do Brasil e a descrição de muitos lugares dela, especialmente da Bahia de Todos os Santos” e “Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem”, somente elaborada no século XIX por Francisco Varnhagen (LUCIANI, 2010).

¹⁶ Conceito desenvolvido por Sergio Buarque de Holanda, na obra *Visão do Paraíso*, em que trata da construção do imaginário dos europeus sobre o Novo Mundo, relacionando, entre outras coisas, a grande abundância de recursos e o clima ameno ao Jardim do Éden, “perdido” no além-Atlântico.

possessões na América, ao contrário do que se procedia com os holandeses¹⁷. Vinha por iniciativa própria de interessados, como Pedro Gandavo e Gabriel Soares de Sousa, em buscar beneficiamento particular, reconhecimento por parte do governante por serviços prestados na ampliação e legitimação do império português em ascensão.

(...) o teor radicalmente pragmático e promocional do *Tratado*, cujo objetivo, em última análise, consiste em destacar as potencialidades dos recursos naturais e das populações indígenas nativas americanas como fundamentais ao processo de conquista territorial e à manutenção do domínio colonial. (LUCIANI, 2010, p. 21-22).

Essa procura por benefícios concedidos pelo soberano continua no século seguinte, por meio da elaboração de histórias da colônia ainda jovem. A obra do frei Vicente do Salvador apresenta, da mesma maneira que os quinhentistas, uma avaliação dos recursos a serem utilizados pela Metrópole. O frei Vicente buscou por meio de sua obra demonstrar a fidelidade da colônia ao Império Português, o reconhecimento à hierarquia estabelecida, a glorificação e exaltação das obras lusitanas na costa, na empreitada de ocidentalizar o litoral do Brasil e firmar que a história do Brasil começa com a chegada de Cabral, em detrimento da história menor dos índios.

Esse beneficiamento era concedido como título de mercês pelo rei após serviços prestados e reconhecidos, atendendo à ação colonizadora em outra dimensão. Esses cronistas, orientados muitas vezes por índios tupi-guarani, seus aliados, construíram um mosaico importante sobre a disposição das populações tupi e tapuia, além de apresentar relatos sobre sua cultura e distribuição.

São desse período as primeiras cartografias e descrições etnográficas, no entanto, seu enfoque será a geografia e os grupos tupis da costa. Os relatos sobre os chamados tapuias serão produzidos a partir da interação com os tupis, aliados dos portugueses, havendo uma grande generalização desse grupo, um dos maiores do Brasil e com enorme variedade cultural.

A obra de Gabriel Soares de Sousa, intitulada posteriormente de *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, foi um documento que circulou como anônimo ou apócrifo, não só na Península Ibérica, mas por toda Europa, até o século XIX. Foi considerada por muitos como uma das mais ricas fontes de informação sobre o início da colonização portuguesa, principalmente da Bahia.

Com Pedro de Magalhães Gandavo destacamos a narrativa de uma condição incivil das terras utilizadas pelos indígenas, o mau aproveitamento dessa terra pelos mesmos e o como

¹⁷ Durante a ocupação holandesa no nordeste, produziu-se o maior número de fontes sobre as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande e Paraíba devido a encomendas da companhia neerlandesa (LUCIANI, 2010, p. 17).

seria melhor utilizada pelos portugueses, declarados como mais necessitados. Da mesma maneira, Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho na Bahia, argumentava que o dito paraíso instalado aqui era mau aproveitado pelos indígenas.

As terras que louvando se descrevem são entendidas como territórios desertos, ou seja, ainda largamente desocupadas de convívio civil. Segundo consenso dos padres e maiores potestades da Terra na hierarquia do cristianismo romano, os naturais da terra viviam pouco acima dos animais, isto entendido aristotelicamente como uso restrito, precário ou torpe das potencias superiores da alma (SOUZA, 2008, p. 27).

Nesse “paraíso desperdiçado”, Gandavo propõe ao príncipe regente de Portugal, na época D. Henrique, a utilização da colônia, com todos os seus recursos, como solução para os vassalos, que ele chama de pobres¹⁸. Isso, segundo ele, resolveria os problemas de ordem social dos vassalos.

e achei que não se podia dum fraco homem esperar maior serviço (ainda que tal não pareça) que lançar mão desta informação da terra do Brasil (cousa que ate agora não empreendeu pessoa alguma) pera que nestes Reinos se divulgue sua fertilidade e provoque a muitas pessoas pobres que se vão viver a esta provincia, que nisso consiste a felicidade e augmento dela (GANDAVO, 1980, p. 2).

O enaltecimento desse território em processo de conquista trazia consigo os primeiros discursos de desqualificação do índio inserido nessa espacialidade desejada. A noção de desperdício do uso da terra era uma opinião compartilhada pelos jesuítas. Porém, para os inicianos, esse “desperdício” seria remediado pela catequese e pelo despertar da “consciência cristã”, havendo também um mau uso de seu livre arbítrio (VALLE, 2008, p. 29).

Se os índios não renunciavam a suas práticas “demoníacas”, era preciso forçá-los a abandoná-las. Proibir o canibalismo, a poligamia, os feiticeiros e os rituais pagãos, a nudez etc. Acabar com o nomadismo, fixando-os em aldeias e doando-lhes terras. E, finalmente, colocar os jesuítas nas aldeias para doutrina-los e dirigi-los, transformando-os em cristão (SALETTTO, 1998, p. 90).

Por outro lado, tanto pelas intenções da Coroa, dos colonos quanto pela catequese da Igreja, isso podia ser traduzido em uma única justificação – a dominação. Devido ao baixo contingente militar e populacional português para garantir um domínio territorial tão vasto, era importante a aliança com os indígenas.

Para os portugueses não só era necessário, como era imprescindível uma interação com os nativos no estabelecimento desse domínio. A população indígena, em 1500, era numericamente superior à de Portugal, apesar de logo em seguida ter sido assolada por

¹⁸ Entretanto, segundo Valle (2008, p. 23-24) ele “difícilmente se destinava, a não ser por exceção”, sobre as pessoas realmente pobres, na verdade os “necessitados” que ele tratava, provavelmente eram “gente de baixa fidalguia, militares e letrados em geral, cristãos-velhos de ofício livre, possivelmente até cristãos-novos em processo de limpeza de sangue e lenta ascensão na fidelidade institucional”. (VALLE, 2008, p. 23-24).

epidemias que causaram enorme mortalidade e, em consequência, queda populacional (RIBEIRO, 2006, p. 128).

Talvez pela condição ainda instável do início da colônia, havia um reconhecimento e admiração pela figura do indígena. No entanto, a partir do século XVIII, no período pombalino, ocorre o aprimoramento do discurso de desqualificação dos índios, na sua negação enquanto elemento importante na consolidação e expansão do Estado do Brasil. A admiração pelo índio vai sendo substituída por uma reelaboração da memória, pela figura única do homem português como feitor desse Novo Portugal. Segundo Perota:

[A] etno-história dos índios do Espírito Santo é bastante rica, mas pouco precisa. Numa análise das informações observa-se que os dados do século XVI são abundantes. Nos séculos XVII e XVIII eles se tornam escassos. No século XIX as informações voltam a ser abundantes. (PEROTA, 1995, p. 9).

Durante todo o processo colonial, principalmente no estabelecimento inicial e na expansão, Portugal recebe a participação do indígena, sendo ela fundamental, no próprio dizer de Ribeiro:

A expansão do domínio português terra adentro, na constituição do Brasil, é obra dos brasilíndios ou mamelucos. Gerados por pais brancos, a maioria deles lusitanos, sobre mulheres índias, dilataram o domínio português exorbitando a noção de papel das Tordesilhas, excedendo a tudo que podia esperar. (RIBEIRO, 2006, p. 95).

A historicidade do indígena, apesar de pouco trabalhada nesses primeiros séculos de presença portuguesa, pôde ser analisada em parte pelos portugueses, à luz dos recursos renascentistas disponíveis, seguindo a ideologia colonialista europeia. Havia ainda, mesmo que tortuosa, uma perspectiva historicista e um pouco mais humanizada do indígena brasileiro em relação, pelo menos, ao que seria escrito entre os séculos XVIII e XIX.

Vinculados a uma origem bíblica, segundo a qual sua proveniência remonta às tribos hebraicas perdidas, com o passar da história teria acontecido o distanciamento da “verdadeira fé cristã” e, com isso, a evangelização seria em certa medida uma ação de reintegração, uma ação humanizadora.

Logo após do descobrimento, época em que textos bíblicos gozavam de absoluta autoridade, os primeiros autores, como é natural, pediram a esses livros sagrados o segredo da origem dos índios americanos.

Não é pois admirar que fossem buscar e achassem os colonizadores do Novo Mundo entre as tribos judias. Esta tese aparece pela primeira vez com Arius Montanus, autor da “Bíblia Poliglota”, publicada em Antuérpia entre 1569 e 1573. Em 1571, o mesmo sábio espanhol editou um mapa-múndi, onde figurava a sua original concepção: dois filhos de Jectão, bisneto de Sem, filho de Noé, povoaram o Novo Mundo: Ophis chegou ao noroeste da América e daí ao Peru; Jobal colonizou o Brasil. (RIVET; 1960, p. 25)

Por outro lado, outros autores atribuíam explicações diferentes, também eurocêtricas, como no caso de frei Vicente de Salvador, apresentando a ideia de D. Diogo de Avalos, autor da obra *Miscellanea Austral*, afirmando que os tupi e os guarani teriam sua origem na Espanha, Andaluzia, através de uma guerra contra um povo bárbaro e canibal. Os espanhóis teriam, após vitorioso massacre, expulsado seus sobreviventes, que migraram todos para a América do Sul e se dispersara, para se reencontrarem posteriormente. Entretanto, com alguma reserva, atesta que “o certo é que esta gente veio de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem eles há escrituras, nem houve algum autor antigo que deles escrevesse” (SALVADOR, 2010, p. 59).

Essas pequenas notas sobre a historicidade indígena brasileira serviam para explicar de maneira sutil o grau de diferenciação entre as tribos, como o caso dos Aimoré mencionado por Gabriel Soares de Souza:

Descendem esses Aimores de outros gentios a que chamam Tapuyas, dos quais no tempo atrás se ausentaram certos casais, e foram-se para umas serras mui ásperas, fugindo de um desbarate, em que os puseram seus contrários, onde residiram muitos anos sem verem outra gente; e os que destes descenderam, vieram a perder a linguagem e fizeram outra nova que se não entende de nenhuma outra nação do gentio do Estado do Brasil. (SOARES, 2010 [1587], p. 74)

Em específico aos índios da Capitânia do Espírito Santo, além da menção sobre a “degradação bárbara” historicamente sofrida pelos Aimores, as informações sobre o período pré-cabralino, estão centradas a algumas rotas migratórias ocorridas entre tupis e tapuias na costa. Tanto Fernão Cardim quanto Gabriel Soares de Sousa apresentam esses importantes relatos:

Dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo habitava outra nação, que se chamavam tupiniquim, estes procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente, mas já são poucos estes foram sempre inimigos das coisas de Deus, endurecidos em seus erros, porque eram vingativos e queriam vingar-se comendo seus contrários e por serem amigos de muitas mulheres. (CARDIM, 2009, p. 203)

Pois temos declarado que toda costa que senhoreavam os Goitacazes, não é bem que nos despeçamos dela passando eles, pois temos tido parte dos danos que fizeram aos povoadores da Capitania do Espírito Santo e aos da Paraíba, os quais antigamente partiam pela costa do mar da banda sul com os Tamoios, e de norte com os Tapanazes, que viviam entre eles, os Tupiniquins, e como eram seus contrários, vieram a ter tão cruel guerra que os fizeram despejar a ribeira do mar, e irem-se para o sertão, em que ficaram senhores da costa até confinar com os tupiniquins cujos contrários também são, e se matam e comem uns aos outros, entre os que estava por marco o rio Cricaré. (SOUSA, [1587] 2009, p. 91)

A origem dessas informações citadas acima possivelmente foi colhida diretamente dos Tupinambá, grupo que estabelece maior contato nos primeiros tempos. Esse contato ia gerando um registro – indícios de uma memória desses deslocamentos migratórios – e assim configurava uma noção mais recente de sua história, o registro de sua movimentação algumas décadas antes da presença europeia.

Igualmente, o padre José de Anchieta apresenta uma informação sobre os Tapuia existentes entre as Capitanias do Espírito Santo e Porto Seguro:

Destes **Tapuias** (negrito nosso) foi antigamente povoada esta costa, como os índios afirmam e assim o mostram muitos nomes de muitos lugares que ficaram de suas línguas que ainda agora se usam; mas foram se recolhendo para os matos e muitos deles moram entre os índios da costa e do sertão. Estes, posto que têm alguma maneira de aldeias e roçarias de mantimentos, é contudo muito menos que os índios e o principal de sua vida é manterem-se de caça e por isso têm uma natureza tão inquieta que nunca podem estar muito tempo num lugar, que é o principal impedimento para sua conversão, porque *alioquim*, é gente bem inclinada e muitas nações deles não comem carne humana e mostram-se muito amigos dos Portugueses, dizendo que são seus parentes e por meio deles têm pazes com os índios que tratam com eles, de que antes eram inimigos. Só uma nação destes que chamam Guaimuré, que ao princípio foram amigos dos Portugueses, são agora crudelíssimos inimigos, andam sempre pelos matos e têm posto em grande aperto a capitania de Porto Seguro e Ilhéus, e já quasi chegam á Baía. (ANCHIETA, 1933 [1584], p. 302)

A integração histórica dos índios no Brasil à história geral da época traduzia um momento não só de preenchimento ao vazio informativo na história mundial europeia, onde o centro de fato seria Jerusalém, mas a dependência sensível da Metrópole em relação às chefias indígenas locais (ALMEIDA, 2003, p. 153).

Obviamente a construção desse conhecimento tinham motivações amplamente colonialistas. No entanto, a percepção do elemento indígena nesses primeiros séculos de contato é entendida como algo mais humano, um ser com propriedades de história, apesar do questionamento frente aos jesuítas por Gabriel Soares de Souza em caráter de “denúncia” sobre o monopólio da ordem religiosa sobre a mão de obra indígena.

A explicação para o povoamento do continente americano estaria traçada historicamente numa origem judaica, tendo por atores uma das tribos perdidas de Israel, que, chegando nas Américas (até aquele momento despovoada), teriam esquecido a fé em Deus. Por sua vez, a missão católica estaria no reestabelecimento da antiga fé em Deus, atualizada pelo cristianismo.

A história do índio e sua “perdição” no paraíso tropical do Novo Mundo essencialmente tratava da distância temporal e geográfica do seu centro de origem, a Israel Bíblica. Em certo

sentido, o embrutecimento dos Aymoré teria decorrido de um distanciamento mais radical dessa origem.

O tratamento dos índios era estabelecido de diferentes maneiras na colônia, como vemos entre os próprios portugueses em Portugal do século XVI. De um lado, havia o índio que era elevado a Cavaleiro da Ordem de Cristo (Araribóia, Felipe Camarão e Piragipe)¹⁹, e que ingressava diretamente na aristocracia colonial e, de outro, os índios que sob produto da guerra eram transformados em escravos na crescente economia açucareira.

A política de valorização das lideranças nativas foi parte do projeto de conquista e colonização das Américas. Se, como vimos, por ocasião dos descimentos, os principais eram especialmente tratados para convencerem seus seguidores à aliança, uma vez aldeados essa preocupação iria se manter. Em menor escala que nas colônias espanholas, as autoridades portuguesas, tanto religiosas quanto civis, também incentivaram a criação de uma nobreza indígena por meio da concessão de favores, títulos, patentes militares e nomes portugueses de prestígio a algumas chefias subordinados ao sistema colonial. (ALMEIDA, 2003, p. 150).

O equilíbrio de poder, registrado nas negociações constantes entre os chefes Tupinambá (morubixabas) e seus guerreiros utilizados nos conflitos com nações europeias rivais e outras tribos rivais, vai se tornando desfavorável à medida que a metrópole se estabelecia economicamente, através de vilas e cidades instaladas na costa. Identificamos que o seu ponto crítico se deu com a expulsão dos Jesuítas pelo Marques de Pombal em 1759, quando o equilíbrio político entre índios e a Metrópole se torna concretamente desfavorável a todos os nativos (HEMMING, 2007).

A negação da questão indígena vai se desencadeando gradativamente, com a afirmação do domínio português na colônia, e esse discurso tomado no século XVI sobre o índio terá uma repercussão maior entre o fim do século XVIII e o XIX, consolidando o ambiente intelectual em que se desenvolverá a arqueologia no Espírito Santo, da década de 1960. Não que fosse essa a construção ideológica vigente em particular na capitânia espírito-santense, mas em todo o território luso-brasileiro.

No século XX, depois de décadas de pesquisa desenvolvida pela universidade e IPHAN, persistia uma falta de interesse acadêmico e museológico pelo tema do índio, que em parte pode ser explicada pelo esforço das elites locais em tratar a presença e importância histórica do indígena apenas localmente.

¹⁹ Araribóia do tupi “Cobra Feroz” ou Martim Afonso de Sousa, Temininó que no Espírito Santo colaborou intensamente na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, recebe do rei de Portugal além do hábito da Ordem de Cristo a tença de 12 mil réis, o título de capitão-mor da aldeia de São Lourenço e casas à rua Direita (atual Primeiro de Março). (ALMEIDA, 2003)

3.2. Princípio das políticas de esquecimento, redefinições de usos dos espaços e expedições científicas: um novo olhar sobre o índio no Espírito Santo

Entre os anos de 1692/93, no sertão interior²⁰ da capitania, ocorre um fato que mudou os eixos das relações coloniais do Espírito Santo com a Metrópole – as descobertas de grandes lavras de ouro. Os poucos recursos da capitania para fazer a exploração aurífera e a pressão do rei levaram à compra da capitania do Espírito Santo pela Coroa, levando a mudanças de ordem administrativa e territorial (OLIVEIRA, 2008, p. 176).

Mais fortificações militares são construídas e o contingente militar é aumentado, garantindo uma otimização da defesa, uma vez que se temia que nações rivais, através da conquista do Espírito Santo, chegassem ao ouro de Minas Gerais. Concomitantemente a isso, a partir de 1704, foram proibidas incursões para o interior, a partir do litoral capixaba.

À capitania do Espírito Santo estava reservada a condição de defender Minas Gerais de qualquer tentativa de conquista. Sob ordem direta do rei foi criada a capitania de Minas Gerais, separando esse território definitivamente da antiga Capitania do Espírito Santo.

Mesmo apresentando inovações burocráticas, como uma ouvidoria geral e a elevação a condição de Comarca da Vila de Vitória, o Espírito Santo tem seu crescimento econômico prejudicado devido às atribuições de defesa, causando uma marginalização política tanto no Império quanto na República.

Com a exceção de algumas incursões ou mesmo da mineração na região atual do Município de Castelo, o sertão foi estabelecido com uma barreira florestal amplamente habitada por “nações de gentio inhumano” (OLIVEIRA, 2008, p. 204). Depois de um ataque de índios, que destruíram a mineração de Castelo, o interior é completamente abandonado, até meados do século XIX.

Sobre anos que se seguem entre os séculos XVII e XVIII, há poucas informações divulgadas quanto à etnografia²¹. Nesse momento, o Espírito Santo perde sua autonomia donatária e responde administrativamente à Bahia. Posteriormente, no final do período colonial passa a responder a nova capital, Rio de Janeiro.

Outra questão importante decorrida no período foi a expulsão dos jesuítas em 1759. Mesmo antes da expulsão decretada em 1759, a ordem já tinha seu contingente diminuído, com a expansão portuguesa na região norte, excedendo os limites originais do Tratado de Tordesilhas, indo para o Maranhão e o Grão Pará, atraiu os esforços dos jesuítas residentes na

²⁰ Interior que virá a ser a maior parte do atual Estado de Minas Gerais. O ouro é descoberto pelas mãos do bandeirante paulista Antônio Rodrigues Arzão revelando esse fato na vila de Vitória. (OLIVEIRA, 2008).

²¹ Apesar da ação dos jesuítas terem dado sequência até 1759, não há uma circulação dessas informações localmente no Espírito Santo, havendo necessidade de uma busca sistemática desses documentos coloniais.

Capitania, interrompendo em muito o trabalho missionário, sendo deixados 17 membros (SALETTTO, 1998).

A expulsão dos jesuítas do Brasil marcou de vez a nova política pombalina sobre os índios no Brasil. Foi criado o Diretório dos Índios e eles passaram a ser geridos diretamente pelo Estado, desde que mantessem, entretanto, os princípios ideológicos básicos dos jesuítas, por meio dos quais foi possível integrar o indígena na sociedade colonial circundante.

Uma importante ação política do Marquês de Pombal consistiu na alteração de algumas toponímicas de origem indígena para nomes portugueses, mudanças que tinham objetivos claros de ressemantização e consequente alteração do horizonte cultural. Isso contribuiu favoravelmente para manter Portugal no processo de homogeneização da cultura metropolitana na Colônia. No caso do Espírito Santo temos o antigo aldeamento de Reritiba²² (do tupi “lugar de cochás”). Para Benevente, esse foi o local do aldeamento de Anchieta e também da proibição do uso de línguas nativas.

Diversos Alvarás foram emitidos na década de 1750, antes da expulsão definitiva da Companhia de Jesus em 1759²³, a qual anunciou uma nova política de interação com os indígenas, diminuindo o poder dos padres sobre eles e elevando-os a categoria de colonos (1755), retirando-os da influência direta dos padres (1758) e possibilitando a integração dos indígenas como mão de obra colonial sem a intermediação da Ordem dos Inacianos.

Em 1789, com a Carta Régia de 2 de março, revogaram-se os dispositivos de proteção dos índios, equiparando-os doravante aos demais súditos: recomeçam, então, as violências desenfreadas contra o índio, aguçadas pelo fato de que o crescimento da produção agrícola de final do século XVIII trouxe consigo a necessidade de ampliação das fontes abastecedoras de mão-de-obra (SANTOS, 1999, p. 296).

No século XVIII, havia poucos grupos aldeados provenientes de entradas ou descimentos no sertão, a ação era cada vez mais limitada aos índios que ficavam próximos aos aldeamentos, já estabelecidos, como Reritiba e Reis Magos (LEITE, 2000).

Na década de 1710, o padre Domingos Monteiro, antigo missionário em Ilhéus, onde “pacificara” aimorés da região, tornou-se superior da aldeia e conseguiu atrair e tratar a paz com os que viviam mais próximos das povoações do Espírito Santo, e iniciar a sua catequese e aldeamento em Reis Magos. Porém, os aimorés da serra continuavam hostis (SALETTTO, 1998, p. 98).

²² Atual município de Anchieta, tendo os municípios de Guarapari ao norte e ao sul o de Piúma.

²³ Apesar de a ordem de expulsão ter sido emitida em 1759, os jesuítas foram efetivamente expulsos do Espírito Santo em 1760 (LEITE, 2000).

A imposição da Coroa de que os portugueses permanecessem no litoral, favorece o avanço de tribos macro-jê²⁴ nas florestas do Espírito Santo, que cobriam maior parte do território, ocupado anteriormente pelos tupis. Esses territórios eram espaço de ação intensa dos jesuítas com a implantação e ampliação de aldeamentos, dos ataques constantes para obtenção de escravos pelo governo geral e proprietários, além das inúmeras epidemias que assolaram e mataram milhares de índios logo no século XVI.

É interessante observarmos que, entre os séculos XVII e XVIII, ocorreram as falências das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, resultando numa reversão para a Coroa, que interrompeu os investimentos na região. A razão de tal decisão deveu-se não só ao desinteresse da Coroa portuguesa como também à estratégia de transformar a área zona tampão que inviabilizasse o acesso sem controle às Minas Gerais. As únicas derrubadas permitidas eram as que se destinavam ao fornecimento de madeiras para a Armada Real. Consequentemente, a zona tornou-se refúgio privilegiado dos grupos indígenas que se mantiveram nas matas interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional (PARAISO, 2009, p. 415).

As descrições do final do século XVI já eram marcadas pelo impacto da colonização, entretanto, em finais do século XVII essas mudanças foram mais evidentes. O Espírito Santo apresenta uma nova configuração etnográfica e a estrutura social de diversas tribos, principalmente as dos aldeamentos, encontravam-se modificadas.

As informações sobre os indígenas a partir do final do século XVIII voltam a se tornar abundantes, havendo considerável volume com a chegada da Família Real em 1808 e subsequente abertura dos portos às nações aliadas.

A chegada da família real traz mudanças à estrutura do Brasil e por sua vez mudanças nas capitanias, coincidindo com o esgotamento das jazidas de ouro nas Minas Gerais, sendo estabelecidas novas prioridades para o Espírito Santo no cenário nacional. Entre elas estão os projetos de integração econômica entre Minas e Espírito Santo e o estabelecimento da primeira estrada de expansão nos territórios cobertos por densas florestas e diversas tribos indígenas.

Com a expansão interna e a invasão de territórios tradicionais os conflitos vão se tornando cada vez mais frequentes e a guerra justa é reintroduzida localmente na política portuguesa. O índio será cada vez mais discutido como um problema social, relacionado ao atraso econômico, um impasse ao desenvolvimento local.

²⁴ Principalmente entre os rios Doce e São Mateus, anteriormente ocupadas pelos Tupi, verificou-se um rápido avanço de grupos macro-jê em seu território, já identificado em 1610 pelo padre Jesuíta Jacome Monteiro, entre eles os Aimoré, que serão denominados de Botocudo (Borum) no século XIX e XX, os Pataxó, Maxacali, e no sul os Puri, denominados de Goitacá no XVI (PEROTA, 1995).

3.2.1 Construção de uma história local entre 1790 a 1818

As informações entre o final do século XVIII e início do XIX trazem notas escritas de maneira mais dissertativa, por cronistas naturalistas, membros do governo central, além de governadores da Capitânia, descrevendo a distribuição genérica de tribos e as condições em que se encontrava a capitania, deixando a sua relevância econômica muito associada ao corpo naturalista da época.

A produção vinculada diretamente ao Estado português, pouco antes do período joanino, inicialmente apresentada pelo capitão-mor Inácio João Monjiardino, tinha o título de “Informação do capitão-mor Inácio João Monjiardino ao governador da Bahia sobre a capitania do Espírito Santo, datada de 11 de julho de 1790”²⁵ (NEVES, 2000).

Após a chegada da família real portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro retifica-se como a capital do Império Português, e a capitania passa a ser administrada diretamente pela Coroa. As informações governamentais tornam-se mais frequentes. Entre elas há o documento de Francisco Manuel da Cunha, atendendo ao Ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo: “Informação que Francisco Manuel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811” (BITTENCOURD, 1989).

Com a emancipação do Espírito Santo, o governador Francisco Rubim escreve uma informação sobre a capitania: “Memória para servir à história até o ano de 1817, a breve notícia estatística da Capitânia do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil, escritas em 1818”²⁶.

Seguindo esse programa, com um governador nomeado diretamente pelo rei – o governador Alberto Rubim –, abrem-se as primeiras zonas de povoamento de açorianos em 1812. Inaugura-se a penetração em territórios indígenas, nos quais, depois da derrubada da floresta, instalavam-se os primeiros quartéis militares contra os índios. O projeto de penetração e estabelecimento de populações europeias dá o seu primeiro sinal de força no que é hoje o município de Viana.

Como citado anteriormente, apesar da ampla absorção de grupos indígenas, principalmente dos tupi nos primeiros séculos, somado à grande mortandade por epidemias, as florestas do norte (entre os vales dos rios Doce e São Mateus) sofrem uma destupinização, apesar de não chegarem a apresentar um vazio demográfico ou mesmo atingir proporções baixas.

²⁵ A capitania encontrava-se sob a jurisdição administrativa da Bahia, motivo pelo qual as informações foram encaminhadas ao governador da Bahia, em Salvador (OLIVEIRA, 2008).

²⁶ Disponível no site do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Internet: <http://www.ape.es.gov.br>.

À medida que as primeiras tribos iam sendo agregadas no sistema colonial ou mortas pelo mesmo, diversos grupos macro-jê foram rápida e gradativamente ocupando esse território e redefinindo o mapa cultural da capitania, como se pode ler na informação de Jácome Monteiro de 1610 (LEITE, 2000).

Nesses finais do século XVIII as políticas de desindificação da demografia do território vão se aprimorando e se tornando mais efetivas. Com o avançar do século XIX esse debate vai se agregando cada vez numa narrativa científica. Foram demandadas diversas expedições naturalistas com o objetivo de entender a geologia, a botânica e a fauna.

Podemos verificar que a partir de 1790 dá-se início à construção de uma historiografia espírito-santense, produzida diretamente por membros do poder central, para a reafirmação do poderio português e justificação da expansão interna nos territórios reinventados como vazios de populações.

Políticas de esquecimento vão se tornando uma técnica eficiente que os intelectuais representantes da elite da época vão desenvolver, segundo a qual, em essência, tal como a floresta, o índio deveria ser domesticado ou derrubado.

3.3 Os problemas na penetração do território indígena, a noção de “vazio demográfico” em territórios indígenas tradicionais e o estabelecimento de discurso sobre esse território como natureza “virgem” ou intocada pela mão do homem

A procura pela natureza intocada e a intensificação do acúmulo de material museológico para compor as coleções de diversas nações europeias, como símbolo de poder, teve seu início, no Brasil, com a chegada da família real.

O Espírito Santo torna-se passagem de grandes expedições estrangeiras com o interesse de ver essa natureza exuberante e “virgem” e encontrar os selvagens, ainda “bestiais” que viviam de maneira “bárbara” ou arcaica. Nesse momento, o projeto civilizador teve uma nova discussão sobre o indígena, um pouco diferente daquela dos primeiros séculos, logo após a chegada dos portugueses e a ação da Igreja.

A construção de uma memória nacional implicou numa política de esquecimento muito eficiente, objetivando causar uma integração nacional sem conflitos. Nesse sentido, vão sendo sistematizados dentro da historiografia os vazios narrativos.

Uma das inovações do discurso colonizador estava na construção de uma imagem de intocabilidade da floresta. A atribuição de “virginal” vinha como uma reelaboração da memória histórica. Apesar de o estabelecimento de povoados luso-brasileiros ter ocorrido

apenas na linha da costa, as entradas no interior foram muito frequentes as procuras de metais, pedras preciosas e de escravos indígenas para a servidão ou para os aldeamentos dos jesuítas.

No entanto, essas expedições trouxeram inúmeras figuras que marcaram a etnografia e a história espírito-santense. Algumas expedições de peso foram realizadas no Brasil como um todo. O Espírito Santo, do início do século XIX até a primeira metade do século XX, registra várias delas. Foram realizadas com a produção de relatos publicados em diversos países com importantes informações etnográficas.

Em um primeiro momento, as expedições estrangeiras tinham o propósito de realizar inventários sobre a fauna, a flora e os costumes das sociedades nativas da colônia portuguesa, a partir da elaboração de preciosos diários de viagens, ilustrados com extremo requinte e da organização de coleções para seus países de origem ou mesmo para a metrópole portuguesa. Os frutos dessas coletas e, em especial, os seus múltiplos registros, contribuíram com a construção da ideia sobre o Brasil na Europa. (BRUNO, 2004, p. 14).

No período joanino, do início do século XIX, o Espírito Santo serviu de passagem para diversas expedições decorrentes da liberação de seus portos pelas nações aliadas interessadas em integrar conhecimentos geográficos, etnográficos e biológicos de territórios “desconhecidos” à comunidade intelectual européia.

Nesse momento histórico, o interesse de acumular objetos de origem faunística, botânica e etnográfica subsidiou o estabelecimento de vários museus que até o presente são responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas acadêmicas no Brasil.

Neste país, tanto o Império quanto a República valeram-se de expedições para dominar o território e a população, e o fruto destas investidas é responsável pela formação e consolidação de instituições, em um primeiro momento nos grandes centros e, com o passar das décadas, disseminadas nas diferentes regiões. Além das expedições do início do período colonial, destacam-se outras iniciativas conduzidas pelos interesses dos projetos imperiais e comprometidas com as instituições nacionais. (BRUNO, 2004, p. 16).

Inaugurando essa linha de expedições de cunho científico, passou pelo Espírito Santo, e em outras regiões do Brasil, em 1815, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Nessa ocasião, Maximiliano escreveu a obra denominada *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. Nesta obra, dedicou densos capítulos à sua passagem pela capitania do Espírito Santo, fazendo relatos sobre as populações “luso-capixabas”, sobre os índios ditos “civilizados”, sobre os Puri e principalmente sobre os Botocudo. Maximiliano, em sua obra, questionava a representação estabelecidas sobre os Botocudo à medida em que ia construindo afinidades com eles (COSTA, 2008).

Saint-Hilarie, com a *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, entre os anos de 1818, denuncia as condições em que se encontrava o indígena, como o abuso de sua mão de obra, reduzida a quase escravidão pelos portugueses. Além disso, também apresenta uma rica descrição etnográfica sobre as populações indígenas (SAINT-HILARIE, 2002).

No primeiro reinado do Império brasileiro, Rugendas publica a obra intitulada *Viagem Pitoresca através do Brasil* (**Figura 5**). Rugendas apresenta informações sobre as populações de índios Puri, Coropó e Coroado, entre as fronteiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Figura 5: A pintura de Debret intitulada “Palmeira barriguda (ventre)”, indicada acima, apresenta a paisagem natural com o indígena mesclado a ela, fazendo uso dela como “animal”, da mesma maneira com que mostra as araras no céu e a palmeira barriguda que era o seu objeto principal.

Fonte: Debret, [1820], (1965).

Com o processo de independência e a elevação de província, antigas capitâneas, como a do Espírito Santo, em meados do século XIX, vê o surgimento de sua historiografia tradicional, enquanto disciplina histórica.

No período imperial, o Espírito Santo estabeleceu um envio regular de relatórios de presidentes e vice-presidente de província para o imperador, havendo regularidade de informações sobre a província, bem como sobre o deslocamento e conflitos com as populações indígenas²⁷.

só três anos mais tarde lançaria o governo imperial um aviso pedindo a cada presidente de província que informasse a situação e a “índole” dos índios, fizesse recomendação sobre as terras mais propícias para seu aldeamento, indicasse quais considerava ser as “causas que têm baldado todos os esforços feitos para civiliza-los, com avultadas despesas da Fazenda Pública” e sobretudo apresentasse sugestões a serem consideradas para o estabelecimento de um Plano Geral de Civilização dos Índios. (...) Desse ambicioso plano, não houve notícias. (CUNHA, 2009, p. 138).

José Bonifácio coloca suas intenções em relação ao indígena como uma das principais questões a serem tratadas pelo Império. Favorável que era à integração total da sociedade nacional, o índio passa, assim, a ser visto como um futuro cidadão da nascente monarquia.

No momento em que José Bonifácio escreve sua memória sobre o índio, a probabilidade da criação de uma corrente emigratória europeia para o Brasil era ainda remota e as dificuldades interpostas à continuidade do tráfico africano, associadas às necessidades crescentes de mão-de-obra para a agricultura faziam com que acreditasse sinceramente na transformação dos índios bravos em hábeis agricultores. O otimismo pedagógico da ilustração associada ao pragmatismo e realismo da antiga catequese jesuíta faziam com que ele acreditasse nessa possibilidade (SANTOS, 1999, p. 298).

José Bonifácio entendia a “floresta” como ambiência corruptora. Nesse sentido, traçava a interferência do Estado brasileiro para resgatar os indígenas da “danação”, levar as demais sociedades, primitivas, à civilidade que agora brilhava pulsante no ocidente. Em geral, este pensamento, com poucas nuances, iria marcar todo o século XIX.

A interpretação etnográfica de expedições como a de Spix e Martius trouxeram novas adequações ao discurso depreciativo do indígena. Segundo Noelli e Menezes (2007) as obras de Martius, juntamente com Varnhagen, apresentam as populações indígenas como degeneradas devido a sua existência nas florestas. Para esses autores “O índio era o testemunho da imobilidade e estagnação de uma raça, estampava os sinais iniludíveis de uma

²⁷ Todos os relatórios podem ser encontrados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo em Vitória, capital, mas a maioria pode ser baixada pelo site < <http://www.ape.es.gov.br/>>.

involução. Seu corpo seria um fóssil vivo, uma espécie calcinada, macerada pela degeneração” (NOELLI; MENEZES, 2007 p. 1243).

Uma condição a-histórica era finalmente atribuída ao índio brasileiro, a máxima de Varnhagen, que para os “povos na infância, não há história; há só etnografia”, a desindificação atinge um dos seus pontos mais extremos, tendo o centro intelectual de seu debate na inversão dos valores propostos, por Rousseau, construindo sua oposição entre os “indianistas filo-tapuias” e as críticas à figura do Bom Selvagem²⁸.

Por nossa parte, com cada energia possível, protestamos que não invejamos viver em uma tal sociedade escrava de sua própria liberdade, e cremos que fôra ingratidão e extravagância, pensando assim, e estando a desfrutar nas cidades policiadas de todos os benefícios da nossa sociedade civil, conspirannos contra ella, como viciosa e corrompida para defender a selvageria, com essas frases de Rousseau; que por certo se procedendo logicamente com o que escrevia, e delles escapa vivo, se houvera retratado em suas confissões (VARNHAGEN, [1867] 2005, p. 17-18).

A ausência de uma sociedade entre os índios, organizada por um Estado, levava à reflexão de que o comportamento considerado bárbaro advinha dessa condição, e para tal, a melhor ação decorreria da integração desses a sociedade nacional, tutelada pela monarquia imperial. O Estado salvaria os índios deles mesmos.

Esse foi o debate desenvolvido fora da Província e no seu âmbito interno, e estava incluído na historiografia oficial. O posicionamento da época era o de omitir e diminuir o papel do índio, sabotando sua importância localmente (NOELLI, 2010).

Nos trabalhos historiográficos do século XIX, destacamos aqueles artigos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o trabalho de Cezar Marques, de 1878, intitulado *Diccionario histórico e estatístico da província do Espírito Santo*.

²⁸ Uma das citações de Rousseau sobre a diferença entre o “homem doméstico” e o “bom selvagem” implicava na degeneração do homem na vida civilizacional. O que Varnhagen faz é inverter o sentido da degeneração de Rousseau em afirmar que é o ambiente selvagem que degenera e não a civilização como afirma o filósofo iluminista na citação a seguir: “Entendemos, portanto, confundir o homem selvagem que temos diante dos olhos. A natureza trata todos os animais abandonados e seus cuidados com muita predileção que para mostrar quão ciosa é desse direito. O cavalo, o gato, o touro e até o asno têm em sua maioria uma estatura mais alta, todos uma constituição mais robusta, mais vigor, força e coragem quando nas florestas do que em nossas casas; perdem a metade dessas vantagens ao se tornarem domésticos, e dir-se-ia que todos os nossos cuidados para tratar bem e alimentar esses animais só resultam em abastardá-los. Dá-se o mesmo com o próprio: ao tornar-se sociável e escravo, torna-se fraco, temeroso, rastejante, e sua maneira de viver, indolente e efeminada, acaba por debilitar-lhe o mesmo tempo a força e a coragem. Acrescentamos que, entre as condições selvagem e doméstica, a diferença do homem para homem deve ser ainda maior do que de animal para animal, pois, tendo sido o homem e o animal tratados igualmente pela natureza, todas as comodidades que o homem se concede a mais do que os animais que domestica são outras tantas causas particulares que fazem degenerar mais sensivelmente” (ROUSSEAU, [1753] 1993, p. 153-154).

Nesse dicionário histórico, Marques enfatiza a questão indígena como um forte problema social no Espírito Santo, assim caracterizando-o: “longo por demais é este assumpto para aqui ser tratado, não só como desejamos, mas também como merece” (MARQUES, 1878, p. 141). A problemática referia-se à densidade demográfica indígena elevada nas florestas do interior e os filtros a serem usados para canalização dessas populações como mão de obra.

Apesar de seu caráter mais historiográfico, ao se referir a história local dos indígenas, Marques (1878) apresenta um breve mosaico etnográfico e reduz a historicidade deles a orbita da própria história dos Jesuítas, tecendo inúmeros elogios à sua atuação na capitania. Apesar de não ter visitado a província para compilar esse trabalho, coloca as questões principais que rondavam a temática indígena no Espírito Santo. Parte desse relato é em forma de denúncia às atrocidades cometidas por parte de fazendeiros, e informa que muitas “vezes os pobres índios soffreram terriveis atrocidades. No anno de 1832 levantaram-se os povos de S. Matheus e mataram mais de 140 botocudos” (Ibidem, p. 144).

Segundo Marques, os maus tratos decorridos ao longo de três séculos de contato são atribuídos à atitude hostil e “barbara” dos indígenas, e por isso a mudança civilizatória de atitude deveria ser espelhada nos jesuítas que, após esforço continuado conseguiram tirar das florestas inúmeras tribos de sua vida pagã e “desregrada” e transformar seus integrantes em “bons cristãos”.

José Bonifácio defendia uma continuação da ação dos jesuítas, interrompida no século XVIII. Acreditava numa ação de integração do índio à sociedade nacional. Nesse sentido, alguns intelectuais, pensando sobre os índios do Espírito Santo, consideravam o índio uma “criança, nem mais nem menos; deixá-lo as leis da natureza é uma verdadeira barbaridade” (MARQUES, 1878, p. 144).

Marques (1878), na segunda metade do século XIX, discutia uma otimização das atitudes contra os índios no sertão. Havia em seu discurso uma forte ideia de desperdício de mão de obra indígena, solta na barbárie ou mesmo morta em massacres por fazendeiros locais, ou presidentes de província. Acreditava que o índio poderia ser melhor direcionado na catequese, onde poderia ser transformado em mão de obra para o Império.

Deixar de mão, votar ao aniquilamento esta raça americana, a que se prendem nossas origens nacionaes, fôra tornar mais profunda a solução de continuidade, que, até certo ponto, existe já na nossa historia, fora continuar anachronicamente o regimento odioso da conquista, deixando milhares de braços paralyzados na barbárie, quando podiam ser tambem aproveitados para a lavoura e para a indústria, mormente sendo elemento indígena retemperado pela idéia christã, alumiado pela luz do evangélica, salvando-se assim tantas almas pelas quaes o sangue da Redempção esta clamando, e que uma só, salvando-se, daria mais gloria a Deus por toda a eternidade do que

milhões de mundos rolando harmoniosamente nos espaços da ercação (MARQUES, 1878, p. 145).

Marques (1878), mesmo não tendo visitado o Espírito Santo, realizou pesquisa em arquivos do Rio de Janeiro. Apesar de tratar dos massacres que estavam sendo realizados na província, não aborda a polêmica quase que completamente omitida na região, sobre a escravidão indígena. O seu “humanitarismo” era filtrado, na realidade, pelo desperdício de mão de obra, que implicava nesses massacres. Esse tema foi observado por outros expedicionários, como Charles Frederick Hartt.

Em São Mateus, havia, na fazenda, uma jovem mulher que tinha duas crianças; uma, um menino de poucos anos de idade, estava doente de comer terra impedido de crescer, amarelo e inchado; a outra era uma criancinha de peito. A mãe estava ansiosa por vender o mais novo, e eu podia tê-lo comprado por uma bagatela. Um dia o mais moço morreu repentinamente. A mãe imediatamente cavou uma sepultura para ele no chão do rancho, e foi satisfeita para o seu trabalho como de costume, o único efeito que nela causou a morte foi decidi-la a não vender o filho que lhe restara. As crianças são frequentemente trocadas com os fazendeiros, que na realidade as conservam como escravos (HARTT, 1942, p. 640).

Em outros pontos do texto, Hartt indica a escravidão por meio da compra de crianças e da contratação de mão de obra indígena nas fazendas, quando afirma “pode-se às vezes encontrar um Botocudo civilizado numa fazenda, mas as crianças vendidas pelos pais empregadas como criados nas plantações, raramente chegam a adulto” (HARTT, 1942 [1878], p. 644).

A questão indígena no Espírito Santo do século XIX e primeira metade do XX assume um teor mais radical. Estudos mais detalhados sobre o tema da escravidão indígena no Espírito Santo merece aprofundamento, que esse trabalho não propõe-se a realizar.

Pelo fato do Espírito Santo no século XIX estar numa posição econômica abaixo de províncias mais ricas, como é o caso do Rio de Janeiro e da Bahia, onde existia uma elite local, política e economicamente mais fraca que as vizinhas, o tráfico de escravos africanos foi menos intenso. Com isso, a mão de obra indígena foi fortemente requisitada. Buscou-se mão de obra nos aldeamentos, assim rondavam as florestas mais próximas das fazendas, onde foram travados os combates. Esses combates geravam escravos e/ou mortos.

Um debate mais radical entre os presidentes de província sobre as populações indígenas e sua atuação local atribuíam a grande densidade de índios o principal fator do atraso da economia.

Esse debate ficou mais acirrado quando o Espírito Santo foi escolhido pela colonização europeia, no interior. Assim, grandes levadas de imigrantes vieram: principalmente de regiões das atuais Alemanha e Itália.

A teoria de embranquecimento do Brasil veio como uma solução para o desenvolvimento de um país repleto de negros e índios. Assim, efetivou-se um programa de importação de populações europeias. Uma informação do presidente de província em 1852 à Assembleia de deputados provinciais do Espírito Santo reflete essa mentalidade:

Sinto Sr., não poder notificar-vos a fundação de alguma nova colônia nesta Província: o meu pezar nasce da convicção de que a colonização estrangeira é o único meio de fazer prosperar com rapidez a Província que encerrando tantos elementos de engrandecimentos se conserva em estado de abatimento, e ocupa uma posição muito secundária entre suas coirmãs por falta de população inteligente e ativa. (...) Não desanimamos porém, que a mão que fechou as portas do Império à população da África, as abrirá a imigração européia (D'ZAMBUJA, 1852, p. 40-41).

Para efetivá-lo, o Espírito Santo sempre se alinhou com o discurso do colonialismo interno, da capital imperial, assumindo o posicionamento mais radical sobre esses indígenas. Através de toda a sua trajetória, a historiografia oficial tenta, com sucesso, como em outras regiões do Brasil, omitir e diminuir a questão indígena.

Outra questão extremamente importante para esse século, que reflete na produção historiográfica dos séculos posteriores, é a questão da legislação indígena sobre o direito de posse dos índios sobre a sua aldeia, apresentada desde o início do período colonial. Aos índios foi atribuído o direito de propriedade inalienável da terra, o qual não se enquadrava para terras devolutas.

[...] a primazia e inalienabilidade do direito dos índios sobre a terra que ocupam deve se estender aos aldeamentos para onde haviam sido levados, mesmo longe de suas terras originais. Tanto é verdade isto que, em 1809, a Coroa volta atrás na concessão de sesmarias dentro de terras da aldeia de Valença, de índios Coroados, e reafirma princípios fundamentais: as terras das aldeias são inalienáveis e não podem ser consideradas devolutas; são nulas as concessões de sesmarias em tais terras (CUNHA, 2009, p. 141).

A produção dos vazios demográficos adveio em grande parte da estratégia em burlar a legislação, acabando por negar a existência dos índios, para com isso ampliarem o latifúndio. Apresentavam-se com maior frequência na cartografia oficial áreas com índios considerados hostis, os quais eram colocados em reduções, onde deveriam prestar serviços pela orientação recebida dos fazendeiros do Estado. A escravidão indígena ocorria, como citado anteriormente, escamoteada em todo o Brasil.

Com a introdução das teorias evolucionistas, a partir da década de 1850, as quais se refletiram mais radicalmente após 1870 na Escola de Recife, com a emergência da antropologia física, o discurso sobre o índio alcançou a fase mais hostil de sua existência.

Apesar de o movimento literário do Romantismo valorizar a figura do índio como símbolo nacional, ele o fez apenas no âmbito do século XVI, na época do “Descobrimento”, delegando aos índios contemporâneos apenas o interesse pela antropologia física, em outras palavras das disciplinas relacionadas às ciências naturais.

Já mencionamos anteriormente que Hartt, ao fazer parte da Expedição de Thayer entre 1865 e 1866, passa pela província capixaba, dedica um capítulo aos botocudos em forma de nota etnográfica e produz estudos antropométricos sobre os índios que habitavam o norte da província. Esses estudos tinham o objetivo de analisar as informações científicas anteriores sobre a extrema condição de selvageria e degradação que se encontravam as ditas “raças botocudas” (**Figura 6**).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Museu Imperial (atual Museu Nacional após a República), e mais tarde o Museu Paulista, foram, por parte do século XX, instituições atuantes independentemente uma da outra, nas questões que envolveram a antropologia e a arqueologia do Espírito Santo. Do formato original do maxilar do crânio de São Mateus é difícil agora fazer uma ideia correta, pois está algum tanto quebrado. Os dentes partiram-se, e os alveolos foram parcialmente absorvidos. Nada há, contudo, que possa indicar nos restos conservados, grande tamanho ou projeção para frente. O crânio inteiro pode ser comparado favoravelmente com o crânio de outras tribos bárbaras da América. Nada nele indica, por certo, uma extrema degradação (HARTT, 1941, p. 627).

A presença do Museu Nacional continuará marcante no Espírito Santo até meados da década de 1940, quando a maior parte dos materiais etnográficos e arqueológicos foi encaminhada para o Rio de Janeiro, encontrando-se até o presente momento, como pode ser confirmado ao longo do levantamento bibliográfico²⁹.

Figuras 6: retratadas no livro de Hartt, com notas sobre a antropometria, em capítulo especial sobre os botocudo do rio Doce e São Mateus. Por volta da década de 1860 o índio cada vez mais vai se tornando um problema das ciências naturais.

FIG. 92

FIG. 93

FIG. 94

Fonte: HARTT, 1941.

²⁹ Entre os anos de 1879 a 1941 materiais bioarqueológicos e bioantropológicos como crânios de Botocudos (Borum) eram diretamente encaminhados e armazenados, tendo sido provenientes de diversas regiões do Espírito Santo ao Museu Nacional, como pode ser verificado no Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional (SANTOS; SILVA; MELO, 2006).

Seguindo parte dos passos do também príncipe alemão Maximiliano, a princesa Teresa da Bavária, segue pela maior parte da costa brasileira e interior da bacia Amazônica e publica o livro *Meine reise in den Brasilianischen tropen*³⁰, contendo relatos sobre a fauna, a flora e as populações indígenas, além de trazer importantes imagens fotográficas da província do Espírito Santo da década de 1880 (**Figura 7**).

As expedições que seguem pelo território do Espírito Santo preocuparam-se em coletar materiais (animais, plantas, etnográficos, arqueológicos etc), que foram muitas vezes encaminhados para o Museu Nacional e Museu Paulista. Achados fortuitos de moradores eventualmente eram informados, e até produtos de escavação de amadores foram encaminhados para o Museu Nacional.

A Exposição de 1882 na capital imperial foi um evento que marcou a nova inserção do indígena no Brasil. Essa nova inserção começa a ser construída posteriormente à década de 1870, com a Escola de Recife. A Exposição de 1882, marca definitivamente o declínio do movimento indigenista na literatura através do Romantismo, em grande parte pela pressão das novas conceituações de raça, assumindo cada vez mais uma vertente biológica e evolucionista. O índio foi gradativamente deixando de ser uma questão da literatura Romântica e para se tornar um problema das ciências naturais (ADERMANN, 2004).

Nesse momento acontece uma crise da figura do índio como símbolo da identidade nacional. Graças aos esforços dessa nova intelectualidade surgida depois da década de 1870, o indígena, além de se tornar um símbolo de atraso, é transformado em elemento exótico essa “nova” identidade nacional.

³⁰ Pode ser baixado no site: www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01917500#page/1/mode/1up

Figura 7: Acampamento da princesa Teresa da Bavaria, na Província do Espírito Santo, leito do Rio Doce, século XIX.

Fonte: Bayer (1897).

A província capixaba teve importante participação na apresentação de tribos botocuda do Rio Doce e de variado material arqueológico e etnográfico. No século XIX o indígena encontra-se numa fase “madura” dos debates cientificistas, dentro do evolucionismo cultural.

A participação da província do Espírito Santo na exposição de 1882 foi pelo envio de sete índios Botocudo do aldeamento de Mutum³¹ além de quatro caixas de madeira contendo grande quantidade de material etnográfico e arqueológico. Nas palavras do historiador Antônio de Athayde, havia “tudo o que tivesse relação com a vida dos silvícolas” (ATHAYDE, 1935, p. 17). (**Figura 8**).

³¹ O aldeamento de Mutum ficava localizado onde é atualmente o município de Baixo Guandú – ES.

Figura 8: Capa da revista de apresentação da Exposição Antropológica de 1882, mostrando a figura de uma índia botocuda do Rio Doce, província do Espírito Santo.

Fonte: MORAES FILHO, 1882.

Muitos intelectuais naturais da província do Espírito Santo compareceram à exposição, e puderam relatar sua impressão sobre o evento, apesar de poucos relatos Athayde posteriormente publica algumas notas sobre a condição dos indígenas capixabas:

Finalmente, ficaram os pobres índios na Exposição Anthropologica, na capital do ex-Imperio, infelizmente, expostos no Campo de Sant'Anna, atual praça Republica, ao menoscabo e á malvadez da curiosidade publica, victimas até de alfinetadas dos garotos, o que testemunhámos, quando lá visitamos.

Essa desumanidade pela vida dos silvicolos mereceu severa reprimenda da imprensa do Rio, principalmente do indefesso jornalista José do Patrocínio na "Gazeta da Tarde", e bem assim, fundamentado protesto do nosso incomparável e eminente conterrâneo, de saudosa memória – o conselheiro Costa Pereira, junto aos poderes públicos da Nação (Ibidem, p. 17).

Durante o mesmo evento, o Dr. J. Rodrigues Peixoto realiza uma análise craniológica sobre os botocudos, fazendo uso de crânios – a maioria proveniente do Espírito Santo e dos sete indivíduos do aldeamento de Mutum.

Pretendíamos addiccionar, como complemento, as investigações que fizemos sobre um grupo de 7 Botocudos da tribu dos Nak-nanuks, oriundos do aldeamento do Mutum, no rio Doce, que aqui estiveram por ocasião da Exposição Anthropologica. Parece-nos que este ultimo trabalho deve ter algum valor, por ser a primeira vez que os indígenas do Brazil são

submetidos a um estudo verdadeiramente científico, como é a anthropometria. Entretanto, somos forçados a adia-lo para mais tarde, para não retardar a publicação d'estes Arrimos. (PEIXOTO, 1885, p. 208)

Os resultados dessa análise procuravam explicar as origens dos grupos considerados uns dos mais atrasados e primitivos do território nacional. Com os resultados comparativos entre os crânios encontrados nas grutas de Lagoa Santa em MG por Peter Lund e os dos Sambaquis encontrados na costa, Rodrigues Peixoto propõem que os Botocudo seriam o remanescente mais próximo das populações mais antigas do Brasil e que resultariam do cruzamento das ditas “raças de Homem de Lagoa Santa com o Homem do Sambaqui” (Ibidem, p. 255).

A produção intelectual e as ações políticas do século XIX deixaram os elementos que desencadearam e trouxeram a legitimidade das políticas indigenistas do século XX. No que tange a produção da memória indígena na sociedade capixaba, com poucas vozes contrárias, há, em decorrência desses elementos, um esquecimento, desvalorização e uma relação do índio com o exotismo. Antes da década de 1960 os achados arqueológicos estavam legados exclusivamente ao colecionismo exótico e à acumulação de objetos que compunham pequenos “gabinetes de curiosidades” nas mãos de leigos.

A pequena coleção de peças que dispunha o extinto Museu de História do Espírito Santo³² entre a década de 1930 e 1960, como um “depósito de velharia” era a visibilidade que as instituições atribuíam aos referenciais de memória indígena no Estado.

Uma investigação do indígena ou mesmo de seu passado se iniciou internamente no Espírito Santo apenas em meados do século XX, quando o movimento indígena foi se organizando e ganhando maior projeção no quadro político capixaba.

3.4 A República e o indígena no Espírito Santo

No século XX, no Espírito Santo registra-se o interesse de intelectuais de diversas áreas pelo estudo sítios arqueológicos. Também nesse século ocorrem as primeiras escavações por parte de amadores, principalmente entre as décadas de 1930 e 1950. Posteriormente, com a legislação de 1961, que regulamentou quem poderia escavar sítios arqueológicos, surge a fase que pode ser definida como acadêmica ou profissional.

Com a República em 1889, o pensamento positivista foi firmado como a principal doutrina filosófica, do qual a nova bandeira emprestava o lema “ordem e progresso”. Esse lema tem reflexo nas políticas sociais aplicadas aos grupos indígenas do Brasil muito influenciadas pelas ideias liberais que defendiam, não só a própria república e a abolição da

³² Atual Museu Solar Monjardim – sob administração do Ibram.

escravatura, mas também a integração completa dos índios e dos negros a sociedade nacional, a integração do proletariado a ordem nacional, o pacifismo e a separação do Estado do poder temporal (Estado) e espiritual (Igreja).

Com isso, mantinha-se a ideologia de integração do indígena à sociedade nacional como na monarquia. Entretanto, o Estado laico, uma das principais diferenças institucionais entre a República e o Império, assumia cada vez mais a gestão direta desse processo. Porém, esse debate sobre a gestão das políticas sociais relacionadas ao índio teve nesse processo o destaque, a rigor, de três tendências políticas distintas:

A primeira representada por H. von Ihering e J. Campos Novais, entre outros, que aconselhava o extermínio dos índios bravos que ousassem barrar a expansão da economia nacional. A segunda era representada pelo padre Claro Monteiro, Teodoro Sampaio, Brasília Machado, Noberto Jorge e outros. Eles afirmavam que a incorporação do indígena à sociedade somente seria possível através da catequese desenvolvida pela Igreja Católica. A terceira tendência era representada por J. Mariano de Oliveira, Leolinda Daltro, L. B. Horta Barbosa entre outros. Eles estavam convictos de que a única alternativa para a população indígena era a criação de um órgão, orientado por princípios leigos, que lhe assegurasse a proteção da lei e o direito de posse das terras que habitava (GAGLIARDI, 1989, p. 134).

A tese de extermínio defendida, principalmente, por Ihering³³ foi imediatamente contestada, tanto pelos positivistas quanto pela Igreja e classe média urbana dos grandes centros, vigorando assim as teses de incorporação do elemento indígena à sociedade nacional.

A crise institucional instalada com a queda da monarquia e a proclamação da república permitiu um sério questionamento à catequese como a melhor opção de incorporação das sociedades indígenas a dinâmica nacional. O Estado Republicano caminhava pela gestão exclusiva das políticas sociais em relação aos indígenas.

É nesse cenário de discussão, que foi criado o Serviço de Proteção do Índio e Trabalhadores Rurais, em 1910. O SPI sob a direção do militar Candido Mariano da Silva Rondon teve forte atuação no Espírito Santo, no que se refere aos Botocudo e demais grupos indígenas existentes nas regiões Centro/Norte do Estado (**Foto 5**).

A revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, contendo informações referentes à atuação de Estigarribia entre as décadas de 1910 e 1920, na ação civilizadora

³³Von Ihering, em 1911, realiza uma expedição científica no vale rio Doce, entre Espírito Santo e Minas, com o intuito de aumentar a coleção etnográfica e natural do Museu Paulista, quando era diretor. Quando Batista Lacerda do Museu Nacional desqualificava o Museu Paulista pelo “pouco agrupamento de coleções”. Os resultados dessa expedição se encontram publicados na revista do museu paulista de 1911 (SCHWARCZ, 1993, p. 80-81)

contra os índios Botocudo do Rio Doce, publica uma entrevista com ele (1937)³⁴, que responde quando perguntado se os índios ainda manteriam suas características:

Não, no que se refere aos costumes, porque a ação civilizadora que estamos exercendo, com resultado, tende a incorporá-la a nossa sociedade, onde se confundirão na heterogeneidade do nosso meio. As qualidades físicas e morais, essas resistirão mais à ação niveladora do meio e reagirão sobre eles, modificando-o proporcionalmente à força com que atuarem (ESTIGARRIBIA, 1937, p. 15).

Foto 5: Contato da sociedade nacional com grupos Botocudo nas margens da ferrovia em construção ligando o Espírito Santo a Minas Gerais. Foto tirada durante a visita do núncio apostólico Ângelo Scapardini, em 21/09/1917.

Fonte: Acervo fotográfico do IHGES.

Nesse período tanto os católicos quanto os positivistas³⁵ defendiam a total integração do indígena no ambiente considerado civilizado. Da mesma maneira que fora debatido no século XIX, a integração do indígena a sociedade dominante era a inserção dele no sistema produtivo, sendo o Estado dessa vez, o grande articulador.

³⁴ Dr. Antônio Martins Vianna Estigarribia, engenheiro, oficial do exército, foi um inspetor que atuou no Espírito Santo pelo SPI, trabalhou principalmente com os Botocudo entre outras tribos que existiam na primeira metade do século XX.

³⁵ O Marechal Candido Rondon, posteriormente, muda sua posição ideológica em relação à ação do Estado a respeito do indígena e sua integração à sociedade dominante, no final da década de 1940, segundo o trabalho de Gagliardi, onde explica que isso, “em vez de constituir um ‘progresso’, representava uma forma de depauperamento, o sacrifício de um modo mais genuíno de ser do homem”. Defendia que ao invés de nacionalizar o indígena deveriam ser preservados a sua cultura e o seu território, constituindo-se numa forma legítima da natureza humana. (GAGLIARDI, 1989, p. 281).

Por isso, era fundamental que a acelerada expansão em territórios tradicionais indígenas buscasse obter, além dos territórios em si, uma preparação de mão de obra capaz de atender às necessidades locais, geralmente associadas à agricultura (PARAISO, 1998).

O SPI atravessa diversas mudanças internas e transita em diversos ministérios. Mesmo assim, funcionou basicamente, como órgão de pacificação de áreas de tensões, que envolviam a expansão interna da economia nacional e os territórios indígenas. Não havia uma percepção da preservação da diversidade cultural das diversas tribos. O suporte era o tratamento de sua preservação física, o índio biológico propriamente dito, não o cultural.

Em essência, o pensamento republicano perpetua as políticas públicas em relação ao indígena, mantendo sua condição periférica no cenário nacional, e cria, assim, uma imagem pejorativa em relação a seu passado histórico e aos indicativos desse passado, que no caso, são os vestígios arqueológicos.

Como no Império, a intelectualidade local, utiliza-se da arqueologia como elemento reforçador de sua degeneração, de sua “imutabilidade” e de sua condição a-histórica no mundo defendido por Martius e Varnhagem.

Era fundamental nesse processo que a memória e historicidade do indígena fossem trabalhadas pela ideia de atraso e pelo esquecimento, ambos em nome de uma política de reconciliação da nação com ela própria, mas de fato, com objetivos de naturalização das diferenças sociais (PARAISO, 1998).

As políticas de esquecimento tornaram-se uma ferramenta importante para a administração do *status quo* e para a manutenção das relações de dominação. Além disso, foram uma importante iniciativa para eliminação da diversidade étnica. Foram, dessa maneira, um dos elementos chefes para unificação da sociedade em busca de uma “modernização” aos moldes europeus de civilização.

Entre as políticas simbólicas, aqueles que trazem à cena o passado coletivo gozam de um status privilegiado em razão de um fenômeno antropológico massivo: não existe identidade (individual ou coletiva) sem o suporte da história e da memória (individual ou coletiva) (MICHEL, 2010, p. 14).

Com isso, os conflitos e as diferenças internas seriam negligenciados e a culpabilização desse atraso recaída no elemento “não-branco”, e nesse processo de “integração” estaria seguindo cada vez mais diluído e “apagado” na sociedade nacional. O indígena ficava fadado a ser o avesso ao desenvolvimento econômico.

Em um dicionário informativo do Estado do Espírito Santo, publicado em 1959, pela Imprensa Oficial, na página explicativa sobre o índio, verificamos a pouca importância dada ao índio na história geral, o que se reflete na ausência de informações.

Dominavam o território espírito-santense na época de sua descoberta e a colonização os Tupiniquins, Aimorés, Purís e Goitacazes. (...) À medida que se incorporava à civilização grandes serviços ia prestando aos colonizadores (QUEIROZ DO VALLE, 1959, p. 138).

Do exposto, verificamos uma ampla etnografia a respeito do indígena, produzida do século XVI ao XX, com grande volume informativo em oposição ao vazio narrativo que a historiografia oficial tratou sobre o indígena no Espírito Santo.

Como no exposto, verificamos que esse vazio narrativo tornou-se mais intenso nas décadas de 1930 e 1950. Essa situação foi intensificada, provavelmente, pela crescente ação do SPI no interior e início do “ciclo econômico madeireiro” nas florestas do norte capixaba. (GORGO; PACHECO; ROSA, 1996).

As informações sobre a situação das populações indígenas de meados do século XX eram desconhecidas ou imprecisas, como mencionado pelo historiador e folclorista Renato Pacheco em 1957, sobre os Botocudo na região norte espírito-santense no final do artigo ele menciona:

Não mais existe o Pôsto do S.P.I. em Pancas: ao que me informaram foi fechado, por falta de índios que haviam fugido. Em 1939 Nimuendaju averiguou a existência de 78 botocudo, em Minas Gerais, nos Postos Oficiais de Teófilo Otoni e Resplendor, que ainda existem presentemente. Não temos dados para informar quantos são, atualmente, os botocudo, índios de calças compridas que, como milhares de outros, sofreram o impacto da civilização ocidental sobre sua cultura. Aqueles a que no século XVI não havia “poder no mundo que os possa vencer” jazem derrotados pelo contato. Um estudo do estado presente dos botocudo e a situação de sua cultura seria de interesse. (PACHECO, 1957, p. 71).

Outra importante estratégia de invisibilização das populações “não brancas”, entre elas as indígenas, foi a do uso, principalmente pela República entre as décadas de 1940 e 1950, de categorias ditas mestiças como instrumento de unidade nacional na quantificação populacional dos censos do País.

Essas categorias tendenciosamente “neutras”, como por exemplo o incremento do “pardo” (que poderia ser caboclo ou mulato) nas quantificações censitárias, teve sua origem na segunda metade do século XIX, depois incorporada pela intelectualidade republicana, como síntese das três culturas.

A construção do discurso da mestiçagem como principal fundadora da nacionalidade brasileira, incorporando virtudes das três culturas impossibilitou um refinamento na análise sociológica sobre a heterogeneidade da sociedade brasileira. O processo de invisibilização do indígena na sociedade brasileira recebe sua forma de institucionalização mais apurada. (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 128).

(...) atuando através de mecanismos homogeneizadores que produzem a invisibilização de certas parcelas da população, partem da crença – que por sua vez alimentam – de que o problema indígena é apenas uma relíquia histórica no Brasil contemporâneo. A problemática a que os dados de censo respondem – e em conformidade com a qual são delineadas as perguntas e os métodos de investigação – é a da construção da nação brasileira. Ou seja, como assegurar a unidade nacional em um extenso território, com uma população altamente heterogênea em termos raciais, linguísticos e culturais, além de fortemente estratificada em termos econômicos e políticos? Tal tarefa, iniciada pela elite agrária, hierárquica e monarquista, que articulava em torno do projeto de criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi posteriormente continuada pelos jovens intelectuais republicanos, influenciados pelos ideais do positivismo. (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 127)

A consolidação de um imaginário oficial mais coeso passou por políticas de anulação dos pluralismos culturais existentes através de tentativas de controle da memória desses grupos ou pela negação da mesma, impedindo a manifestação de “lugares amnésicos, a ausência de comemorações, os poderes públicos podem usar-se de instrumentos de esquecimento que não buscam mascarar a tentativa de dissimulação mas assumem e reivindicam claramente a necessidade de esquecimento” (MICHEL, 2010, p. 20).

Como pôde ser observado nesse capítulo, o processo de legitimação do poder sobre a mão de obra e territórios indígenas teve um forte aparato estratégico muito além do uso bélico. A produção intelectual nessa área, iniciada no século XVI pouco se modificou, em sua essência, até meados do século XX.

As técnicas de governabilidade intelectual, seguindo sempre o paradigma do colonialismo, podem ser resumidas, no dizer de Ihering, sobre a natureza “desconhecida” no país (aí se incluíam os índios). Em seu ato de posse como diretor do Museu Paulista em 1899, afirmou que tais técnicas tinham o escopo de “conhecer sua distribuição geográfica [do país], o modo de viver das diversas espécies e a sua importância do ponto de vista econômica”. (IHERING; 1902, p. 21).

As estratégias que se seguiram se caracterizam pela desqualificação dos indivíduos, a alteração na paisagem cultural, a produção de vazio narrativo pela historiografia oficial, a produção de vazio demográfico pela cartografia oficial nos territórios tradicionalmente ocupados e por último pela produção de um vazio censitário “apagando” quase que por completo a participação dos índios na sociedade capixaba.

Com o exposto nesse capítulo, pôde-se contemplar o ambiente sócio-cultural encontrado por Adam Orssich e Celso Perota nos primeiros anos de atuação em meados da década de 1960. No próximo capítulo discutiremos como se instalou e como se formou o acervo arqueológico aqui trabalhado e seu impacto imediato na arqueologia pré-colonial capixaba.

4. FORMAÇÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO DO ESPÍRITO SANTO

4.1 A atuação dos amadores e a institucionalização da pesquisa arqueológica no Espírito Santo

O interesse pela arqueologia no Espírito Santo começa, na maioria das vezes, tendo pouca ou quase nenhuma relação com os índios historicamente conhecidos ou com aqueles ainda vivem (AM) contemporaneamente com o registro arqueológico. O foco foi voltado para os sambaquis, sem vínculo etnográfico com grupos indígenas do Brasil.

O primeiro correlato³⁶ no Espírito Santo entre o vestígio arqueológico e a informação etnográfica foi estabelecido por Afonso Claudio de Freitas Neves, em 1922, na publicação *Ensaio de Ethnografia, Sociologia e Críticas*, em capítulo sobre as tribos indígenas que habitavam o Espírito Santo na época do “Descobrimento”.

Coincidindo com essas informações o recente achado de machado de pedra polida, de enormes dimensões, pois alguns mediam dois palmos craveiros de comprimento sobre 5 polegadas de largura, no rio Meahipe, isto é, entre as cidades de Guarapari e Anchieta, parece verossímil que fossem portadores de tais armas, isto é, goytacazes, os índios convertidos pelo grande apóstolo cristão do Novo Mundo, na aldeia de Reritiba, que modernamente lembra o seu nome e feitos beneméritos. (NEVES, [1922] 1931, p. 132).

Tendo sido Afonso Claudio formado pela Escola de Recife, juntamente com Tobias Barreto, pertenceu à “Geração de 1870”, influenciando de forma significativa o pensamento social brasileiro com elementos do evolucionismo vitoriano. Apesar de em vários pontos do livro *Ensaio de Ethnografia* ser um tratado sociológico crítico ao darwinismo social, ao determinismo geográfico e as construções racistas, a temática indígena estava em muito envolvida pela antropologia física da época, influencia da Escola de Recife.

Quando discutiu o problema das origens de alguns povos indígenas, como no caso do botocudo (borum), fez seguindo um plano biológico de análise da sociedade.

Além disso cumpre notar que dois sábios brasileiros que estudaram o homem dos *sambaquis* em confronto com os *botocudos*, construíram apenas uma hipótese que estudos mais acurados poderão confirmar ou infirmar: acoima-la de prematura, é que não nos parece de bom critério, porque idênticas, quando não arrojadas, construíram acerca do homem pré-histórico europeu Lubbock, Zaborowski, Topinard e não poucos mais. (NEVES, [1922] 1931, p. 127).

Os eventos que se decorreram após a Exposição Antropológica de 1882 na Capital Imperial tiveram forte reflexo na República, e, como discutido no capítulo anterior, marcaram

³⁶ Alguns cronistas eventualmente relacionavam os vestígios arqueológicos com as populações indígenas do Espírito Santo, como no caso de Saint-Hilaire em 1818. Entretanto, Afonso Cláudio é o primeiro capixaba que escreve sobre isso especificamente.

uma ruptura no olhar sobre o indígena. Isolaram-no na antropologia física e consolidaram o pensamento sobre as diferenças entre os ditos Tupis e Tapuias como “raças” de origens distintas, consagrando o Tupi como mais evoluídos no século XVI, responsáveis pela construção da nacionalidade por apresentarem maior “receptividade” aos anseios coloniais, e vendo nos Tapuia o oposto dos primeiros.

Autores bem informados asseguram que o estado moral e intelectual dos índios do Brasil, no século do descobrimento, era o peculiar aos povos em transição do fetichismo grosseiro, da adoração dos seres animados, para a astrolatria, posto que ainda indeciso, sob a forma de culto ao sol e à lua (*guaracy* e *jacy*) (NEVES, [1922] 1931, p. 178).

Os Botocudo eram vistos como remanescentes da pré-história distante, anterior aos Tupi, um grupo tido como mais civilizado em relação aos demais e os Botocudo (Tapuia) mais retrógrados, Afonso Claudio incorpora em seu texto os resultados da análise antropométrica de Rodrigues Peixoto (1885) entre crânios de botocudos do Espírito Santo (em sua maioria) e dos crânios de Lagoa Santa e dos Sambaquis do litoral.

Foram os seus antepassados pre-colombianos, comedores de moluscos, os construtores dos *sambaquis*. Pelos caracteres do crânio cerebral, os *botocudos* se aproximam mais da raça da Lagoa Santa. Pelos caracteres da face são parentes próximos da raça dos *sambaquis*. Quanto aos índices nasal e orbitário, conservam o meio termo entre os dois tipos. Não será o *botocudo* o resultado do entrecruzamento destas duas raças? (NEVES, [1922] 1931, p. 127).

Uma questão importante que não será trabalhada aqui é a relação que teria existido entre os indígenas do Espírito Santo e o Governo Militar (1964 a 1985). O reconhecimento das terras indígenas ocorre na recém-fundada Funai, entre a década de 1960 e 1970, no qual Perota chega a atuar como um dos antropólogos (PEROTA, 1995).

Antes da Lei de 1961, entre os anos 1930 a 1960, o interesse pelos sítios arqueológicos no Espírito Santo foi pontual, por parte de curiosos locais ou, na grande maioria, provenientes do Rio de Janeiro. Foram amadores que produziram alguns artigos e capítulos de livros sobre sambaquis e sítios cerâmicos tupis das regiões litorâneas e do interior do Estado (COSTA, 2011).

O interesse pela arqueologia manifestou-se de maneira tímida, coincidindo com uma expansão da classe média no Estado, reflexo do crescimento econômico, proveniente de grandes empreendimentos industriais, como a expansão da Companhia Vale do Rio Doce, a ampliação do complexo portuário capixaba, voltado para escoamento do minério de Minas Gerais e economia cafeeira e a intensa exploração madeireira.

Nas últimas cinco décadas, em virtude da expansão do sistema universitário e da institucionalização da prática das ciências sociais e

humanas no Brasil, ampliaram-se de maneira notável o conhecimento e o nível de informação que dispomos sobre o país nos seus mais variados aspectos. No Espírito Santo, porém, antes disso, havia um desconhecimento quase completo de sua trajetória histórica e a falta absoluta de dados que pudessem orientar a tomada de decisões. Foi por iniciativa da Federação das Indústrias capitaneada por seu fundador Américo Buaiz³⁷ e com apoio do governador Carlos Lindenberg que se iniciou efetivamente o levantamento socioeconômico de sua realidade tendo em vista a confecção de programas e a realização de ações de governo (SANTOS, 2011, p. 237).

Nessa fase informal da arqueologia no Espírito Santo, havia dois tipos de amadores, os amadores acadêmicos e os colecionadores. Os amadores acadêmicos caracterizavam-se por possuir algum curso superior, um interesse mais apurado, na maioria das vezes eram provenientes das áreas médica, biológica ou geológica que tinham por sua vez, suas atividades descritas e publicadas em artigos ou mesmo em livros.

A Universidade Federal do Espírito Santo, em conjunto com ações do DPHAN (a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por meio do Dr. Cristiano Fraga³⁸, traz para o estado os primeiros arqueólogos, como são os casos do Dr. Adam e Dra. Elfriede Orssich. Ambos possuíam formação acadêmica em arqueologia. Esses arqueólogos estabeleceram residência no Espírito Santo e com isso atenderam às novas demandas que a legislação de 1961 impunha em relação à regulamentação da pesquisa em arqueologia no Brasil.

Nesse momento o DPHAN passa a funcionar como instituição reguladora das pesquisas arqueológicas no Brasil, como descrito na lei de 1961:

Art. 8º: O direito de realizar escavações para fins arqueológicos, em terras de domínio público ou particular, constitui-se mediante permissão do Governo da União, através da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando obrigado a respeitá-lo o proprietário ou possuidor do solo. (IPHAN, 2006, p. 14).

Os demais amadores eram curiosos e colecionadores, que procuravam nas jazidas, artefatos para aumentar coleções pessoais de machados ou cerâmicas. Esses fizeram verdadeiros armazéns de suas coleções, por meio de doações de terceiros ou mesmo na execução de escavações. Sobre esses colecionadores, que realizavam escavações no interior do Estado, Orssich possuía uma opinião severa, reforçando a necessidade junto ao DPHAN da presença de arqueólogos profissionais, com currículo acadêmico. Orssich (1982) coloca como via esse problema:

³⁷ Empresário descendente de imigrantes libaneses, um dos principais personagens entre as décadas de 1960 que favoreceu, junto aos governos estaduais, a ampliação industrial do Espírito Santo. Esse período coincide com a ampliação da Universidade Federal do Espírito Santo.

³⁸ Dr. Christiano Fraga, arquiteto, professor da UFES e representante local do DPHAN, na época uma sub-regional do Rio de Janeiro.

lamentável a destruição dos sítios arqueológicos por leigos amadores em busca de objetos para as suas coleções. O aldeamento em Santa Julia já é o segundo em que ouço dizer que o Dr. José Rodim Peret fez escavações ilícitas (ORSSICH, 1982, p. 118).

O Dr. Orssich responde a vários ofícios a pedido do Dr. Christiano Fraga, Diretor do SPHAN local, sobre denúncias de depredação e achadouros, realizando visitas técnicas, muitas vezes seguidas de sondagens, coleta material de superfície e mais informações sobre a existência de outras ocorrências arqueológicas.

Colecionadores realizavam escavações para ampliar seu acervo particular de peças pré-históricas no Espírito Santo, tal como faziam os antiquários do século XVIII na Europa. Sobre os ‘amadores acadêmicos’ não emite nenhuma opinião nem positiva ou negativa, entretanto, faz uso de sua produção para guiar o programa de levantamento arqueológico como modelo de diagnóstico inicial.

Os primeiros anos da arqueologia amadora e mesmo dos apontamentos do casal Orssich, priorizaram a análise de grupos mais antigos, como os povos que construíram os sambaquis. A arqueologia no Espírito Santo, pelo menos nos primeiros momentos começa distante da questão indígena.

A regulamentação da arqueologia, ou a sua profissionalização, começa no Espírito Santo, tutelada pelo Estado brasileiro, mas fora de uma instituição (museu ou universidade). Apesar de existir um museu em Vitória³⁹, ele não possuía nenhuma estrutura para ser responsável por acervos arqueológicos. Acrescenta-se a isso o fato de a universidade, recém-criada, não manter em seus quadros nenhum arqueólogo para dar início às pesquisas.

A arqueologia que nesse momento Orssich começa a desenvolver, diz respeito às primeiras pesquisas e tentativas de criação de espaços. Nesse sentido, depara-se com uma visão de que museus de arqueologia pré-histórica não passavam de um local para depósito de coisas, ou de fósseis sem vida, nada mais que um gabinete de curiosidades de peças que serviam para legitimar a vida ocidental e desmerecer o passado do indígena da região.

Outro dado importante sobre o período é que, em 1939, é criado o primeiro espaço museológico do Espírito Santo – chamado de Museu Capichaba⁴⁰, sob ordem direta do governo federal, através do Interventor Federal João Punaro Bley, começa a acumulação do acervo histórico e arqueológico por uma instituição oficial, sendo privilegiado o acervo da

³⁹ O Museu Capichaba, que na época escrevia-se com “ch” e hoje se escreve com “x”.

⁴⁰ O Museu Capichaba de História foi fundado em 1939, funcionando como instituição estadual até 1968 quando foi incorporado (federalizado) pela UFES, passando a se chamar Museu de Arte e História da UFES. Atualmente pertence ao IBRAM e tem nome Museu Solar Monjardim.

igreja em detrimento dos demais tipos. A pouca importância ao acervo arqueológico e etnográfico é notada por Orssich em 1966.

Infelizmente esse museu é quase desconhecido, mesmo nos meios mais educados de Vitória. A meu ver precisaria urgentemente de revitalização, para poder servir de centro de pesquisas, para divulgação de conhecimentos culturais e científicos, e para a educação da mocidade. Parece que o orçamento desse museu é insuficiente, ele não tem biblioteca adequada e seu movimento é quase nulo. (ORSSICH, 1982, p. 47).

Da mesma maneira que lhe pareceu o Museu Paulista, no Museu Capichaba “a instituição parecia consagrada à exaltação de grupos de grupos locais” (SCHWARCZ, 1993, p. 90). O surgimento do Museu Capichaba no final da década de 1930 evitou em seu espaço expositivo as etnografias indígena e africana. Entretanto, nenhum estudo sistemático foi realizado para verificar as razões pelas quais esse modelo foi usado.

A chegada dos anos 30 marcará o fim da “Era dos Museus Etnográficos” como fenômeno mundial. Atrelado à crítica radical que incide sobre o paradigma evolucionista nesse momento, tais museus levarão tempo para se reestruturar em outras bases teóricas (ORSSICH, 1982, p. 96).

Nesse cenário atuaram os amadores. Entre eles pode-se citar os amadores acadêmicos: Meyer Ferreira, Aldemar de Oliveira Neves, Ernesto Salles Cunha e Augusto Ruschi.

Meyer Ferreira, dentista, descreve alguns sítios arqueológicos litorâneos, mas centra-se numa descrição de fatos curiosos, sem definir o material que esteve à sua disposição. Relata a presença do Sambaqui da Ilha do Felix, de 10 metros de altura, um dos maiores até hoje registrado no Estado do Espírito Santo, na publicação Sambaquis de Vitória, de 1932.

Dr. Aldemar de Oliveira Neves publicou, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o trabalho intitulado O Cerâmio de Sapucaia, um apanhado de informações a respeito de um sítio arqueológico encontrado no vale do Rio Cricaré. Nesse trabalho está inserido um comentário da professora Heloísa Torres, então diretora do Museu Nacional, no qual define a cerâmica como tupi, tendo em vista as características da decoração pintada (**Figura 9**).

Mesmo tendo a pesquisadora, em seu comentário, sinalizado que as condições de coleta desse material não eram as ideais⁴¹, não seguindo uma metodologia arqueológica adequada, o correlato estabelecido entre o dado etnográfico e o arqueológico no Espírito Santo é apresentado de forma positiva:

⁴¹ Sobre isso Heloísa Torres comenta: “Infelizmente escasseiam, na informação as condições do achado: profundidade em que se encontravam as peças, e, relação ao nível do solo; associação e posição relativa dos diversos elementos, etc... Nessas circunstâncias, falencem-nos dados que auxiliem a determinar a natureza da jazida: se se tratou de enterramento ou de um remanescente de aldeia” (NEVES, 1943, p. 38).

Uma série de fatos, portanto, asseguram ao Cerâmio da Sapucaia a origem tupi: 1 – as crônicas, nos textos e nos desenhos; 2 – a coincidência de distribuição geográfica de cerâmica desse tipo com a ocupação do litoral pelos tupi. (NEVES, 1943, p.41).

Esse trabalho, pioneiro, é de fundamental importância para o conhecimento da pré-história do Espírito Santo, porque o autor, apesar de não ser arqueólogo (era médico sanitarista), tendo bom senso na coleta das informações, e, principalmente, na busca de definições sobre o material (**Foto 6**). Aliam-se a esses dados o fato de estar na melhor instituição científica da época, que tornou possível fazer uma publicação ilustrada, que hoje auxilia a interpretação e o coloca dentro da dinâmica da pré-histórica atual (Ibidem, p. 49).

Figura 9: Croqui de cerâmica tupi do norte do Espírito Santo, elaborado por Heloisa Torres.

Fonte: Neves (1943).

O dentista fluminense Dr. Ernesto Salles Cunha (1963/76), foi o que mais se aproximou dos arqueólogos em termos acadêmicos chegando a publicar com Celso Perota. Cunha se interessou pela população sambaquiana do litoral do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Seus estudos concentraram-se nos aspectos dentários da citada população. Na década de 60, o Dr. Ernesto Salles da Cunha cadastrou e pesquisou alguns sambaquis na Baía de Vitória. (CUNHA, 1970, 1968, 1962, 1952).

Esse trabalho contou com a colaboração do Prof. Alberto Stange Junior, professor da cadeira de antropologia da UFES e do Dr. Roberto Vianna, então engenheiro do DNOCS (Departamento Nacional de Obras) e também professor da UFES. Teve como informante o Dr. Affonso Schwab, que se interessava pelo assunto. Os resultados de seus trabalhos foram publicados em periódicos no Estado do Rio de Janeiro.

Um dos principais amadores acadêmicos a desenvolver pesquisas arqueológicas no Espírito Santo, principalmente na Baía de Vitória, foi o Prof. Ernesto Salles Cunha. Divide sua importância contributiva entre a história odontológica, antropologia biológica e a arqueologia, disciplina para qual descreveu estudos antropométricos e relatou os diversos sambaquis existentes na parte norte da Baía de Vitória, inclusive elaborando um mapa para localização.

Foto 6: Equipe de escavação organizada com indivíduos da comunidade local por Aldemar Neves.

Fonte: Neves (1943).

O foco de seu trabalho estava na investigação da paleopatologia dentária dos indivíduos que produziram os diversos sambaquis do Espírito Santo na Baía de Vitória e no Rio de Janeiro na Baía de Guanabara. Seu principal trabalho encontra-se na obra *História Odontológica do Brasil*, dividida em dois capítulos, sendo o segundo dedicado principalmente ao seu estudo nos sítios do Espírito Santo.

A sua metodologia em campo resumia-se a sondagens bem quadriculadas, o que provavelmente vinha de alguma orientação bibliográfica que tinha em arqueologia, com

pouca descrição dos materiais arqueológicos e a estratigrafia. Após abertura de ponto contendo estrutura funerária, era retirado apenas o crânio completo, deixando todo o resto.

A descrição sobre o sítio arqueológico não se limitava a sua localização, tratava das dimensões, com altura e limites máximos do sítio. E frequentemente estabelecia caracterizações comparativas entre os sambaquis do Rio de Janeiro e Espírito Santo, observando por sua vez, certa semelhança entre ambos.

Os levantamentos em Vitória frequentemente resultavam em coleta de material ósseo humano, que por sua vez era incorporado, pelo menos em parte, à reserva técnica do Museu Nacional-RJ. As abordagens com o material osteológico que Salles Cunha levantara foram divulgadas de maneira sintetizada no seu livro citado (1957) e em diversos artigos com apresentação resultados de ‘Raio X’ e medições antropométricas.

Salles Cunha tinha a consciência temporal de que os construtores de sambaqui posicionava-se em períodos anteriores aos grupos ceramistas encontrados no século XVI. As poucas referências que se dispunham na literatura sobre os Sambaquis no Espírito Santo ajudaram a localização dos mesmos (**Figura 10**).

Figura 10:

Dr. Augusto Ruschi, biólogo capixaba, publicou no boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão⁴², do qual foi diretor, o trabalho Contribuição à arqueologia de Santa Tereza, no Estado do Espírito Santo - Objetos de pedra de origem indígena. Foi uma compilação de dados e referências arqueológicas coletadas no Município de Santa Teresa, no vale do Rio Doce e de informações esparsas sobre achados na serra do Mar. É importante destacar a precisão das informações contidas no trabalho, o que possibilitou ao PRONAPA a realização de um trabalho técnico, em alguns sítios, no ano de 1970. Ruschi também elaborara mapas etnográficos das populações indígenas do Espírito Santo (RUSCHI, 1953) (**Figura 11**).

Figura 11: Croqui de peças líticas de procedência de diversos pontos do município de Santa Teresa e redondezas.

Edição: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP.

Esse período da história da arqueologia capixaba necessitaria de uma análise mais aprofundada das produções de cada um dos amadores, sendo interessantes as características que cada um evidenciou nas coleções adquiridas. Como exemplo, podemos citar o caso dos

⁴² Há uma referência que atesta que o próprio professor Candido de Mello Leitão, da Escola Nacional de Agricultura, “examinou” um sambaqui na parte norte da baía de Vitória, onde coletou ossadas humanas, lâminas polidas, dentes perfurados de felino e enviou o material ao Museu Nacional (LEONARDOS, 1938, p. 49).

odontologistas, preocupados em estudar a paleo-patologia dentária dos esqueletos provenientes dos sambaquis, entre eles Salles Cunha e Meyer Ferreira.

Ainda podemos citar como exemplo a perspectiva mais humanista de enaltecimento da figura do índio, como faz o Dr. Aldemar de Neves, em sua publicação na Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, de 1943, onde relata a escavação de um sítio tupi em Sapucaia, litoral norte do Espírito Santo.

Forças estranhas possivelmente ancestrais dominavam-nos inteiramente e de um modo esquisito. Fascinação? Não, talvez a voz do sangue! Tentamos seguir as pegadas dos nossos ameríndios, não como os frios naturalistas de outros climas, os Saint-Hilarie, Von Martius, De Wied, Hartt, e outros, porém impelidos pelo entusiasmo selvagem dos homens dos trópicos (NEVES, 1943, p. 43).

De certa forma, a arqueologia defendida e realizada por Orssich passava ao largo dessa perspectiva humanista de Aldemar Neves. Orssich segue a perspectiva cientificista do século XIX, sem, no entanto, a ideia degenerativa do índio ‘involuído’ nas florestas tropicais estar presente em sua obra.

Verificamos nos materiais escritos por Orssich forte vertente funcionalista, apresentando uma história a parte da história geral do homem, numa escala regional e/ou nacional, em decorrência de seu curto período de pesquisas decorrentes de sua morte poucos anos depois.

Em relação aos amadores pioneiros da arqueologia, apesar de terem sido em parte considerados como depredadores do patrimônio arqueológico brasileiro, graças a eles podemos ter o registro, mesmo que parcial, de alguns sítios arqueológicos. Esses sítios poucos anos depois foram completamente destruídos (PROUS, 1992).

Apesar de, muitas vezes, Orssich colocar em causa o perigo que os amadores representavam aos sítios arqueológicos, em alguns casos reconhecia no trabalho desses amadores alguma noção metodológica, alinhada à pesquisa científica.

O Diretor do Colégio dos Maristas em Vila Velha, Irmão Evaldo, o qual está lecionando Arqueologia na Faculdade de Filosofia em Vitória está escavando sambaquis nos arredores de Vitória e formando uma coleção arqueológica no seu colégio, a qual visitei. Da conversa tratada com ele tive a impressão que bem conhece os métodos modernos de pesquisa. Chegaram-me rumores que alguns outros professores da Faculdade de Filosofia de Vitória pretendem fazer nos próximos meses escavações em sambaquis e sítios arqueológicos. Duvido que são formados nesta especialidade ou tenham a experiência necessária para as informações indispensáveis. Mesmo assim acho louvável esta iniciativa, pressuposto um arqueólogo formado está convidado a fiscalizar os trabalhos. Sugeriria advertir oficialmente a Diretoria da Faculdade de Filosofia a respeito das exigências legais para escavações arqueológicas (ORSSICH, 1966, p. 2).

O desenvolvimento das pesquisas de Orssich foi interrompido por sua morte em 1967. Sua esposa se junta, anos depois, ao corpo docente da UFES, no Departamento de Artes. Contudo, a partir de 1967 verificou-se a ausência de pesquisas ou publicações na área da arqueologia (COSTA, 2011). O abandono das pesquisas de campo por parte da arqueóloga Eufrieda Orssich, segundo Perota, em comunicação, deveu-se pelo desgaste emocional da pesquisadora após a morte do Dr. Adam.

Apesar de os primeiros passos para a institucionalização da arqueologia no Espírito Santo terem ocorrido após a lei de 1961, com a atuação do casal Orssich, ela só acontece de fato quando Celso Perota, entre 1968 e 1971, por meio do Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, desenvolve atividades de pesquisa na área de arqueologia, no Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Esse museu, com sua reserva técnica e seus laboratórios foi a base institucional para a realização de pesquisas arqueológicas no Espírito Santo (COSTA, 2011).

4.2 O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

A década de 1960 marca o início da regulamentação legal da arqueologia no Brasil, com a criação da lei federal número 3924 de 1961. A criação dessa lei leva ao questionamento de qual profissional estaria apto a desenvolver pesquisas arqueológicas no Brasil (SOUZA, 1991).

Disso decorre a necessidade de cursos de capacitação em arqueologia no Brasil. Buscando investir nesse quadro, José Loureiro Fernandes, à frente do Centro de Ensino e Pesquisa Arqueológica, no Paraná (CEPA/PR), subsidia a vinda de pesquisadores estrangeiros para dar cursos de capacitação para estudantes brasileiros⁴³.

Os principais nomes a oferecer esses cursos e proporcionar a formação de arqueólogos no Brasil foi o casal de arqueólogos franceses Joseph Emperaire e Annette Laming-Emperaire e o casal de arqueólogos norte americano Clifford Evans e Betty Meggers. O CEPA se torna o primeiro filtro de formação profissional de arqueólogos do Brasil.

⁴³ Outros Estados brasileiros, na década de 1960, também se preocuparam em formar profissionais aptos a trabalhar com a arqueologia no Brasil, como é o caso do Estado de São Paulo, onde pesquisadores viajaram para França a fim de fazer seus mestrados e doutorados e depois formarem outros pesquisadores na área da arqueologia. Contudo, nosso interesse aqui é abordar a questão do PRONAPA, por isso optamos em apresentar apenas os dados históricos relacionados a esse programa de pesquisa.

Após o desdobramento das pesquisas de Meggers e Evans, na década de 1950, nas terras baixas da América do Sul, constatou-se um grande vazio de informações arqueológicas sobre o Brasil. Em 1965 inicia-se o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Brasil, conhecido pela sigla PRONAPA.

A problemática científica centrou-se em entender os pontos de origem e dispersão dos grupos ceramistas agricultores pelas terras baixas da América do Sul, já iniciado em outros países do continente, o PRONAPA era a sua vertente no Brasil.

O relatório preliminar de 1969 do PRONAPA, sob a coordenação de Betty Meggers e Clifford Evans, contou com a participação de José Proenza Brochado, Igor Chmyz, Ondemar F. Dias Jr, Silvia Maranca, Eurico Th. Miller, Nássaro A. de Souza Nasser, Walter F. Piazza, José Wilson Rauth, Mário F. Simões e Celso Perota, que estava vinculado institucionalmente ao Museu de Arte e História, da UFES. Esse relatório apresentou informações sobre como se davam as cronologias culturais do Brasil pré-histórico (**Foto 7**).

Foto 7: Seminário PRONAPA ocorrido em 1972 em Washington D.C. Na parte superior da esquerda para direita Eurico Th. Miller, Walter F. Piazza, Betty Meggers, Clifford Evans, Celso Perota, Igor Chmyz. Na parte inferior José Proenza Brochado, José Wilson Rauth, Silvia Maranca, Ondemar Dias Jr, Nássaro A. de Souza Nasser e Mário F. Simões.

Fonte: Acervo do Instituto de Arqueologia Brasileiro (IAB).

O PRONAPA, com o apoio financeiro do CNPq, endossado pelo Smithsonian Institution, atua no país por meio do Museu Emílio Goeldi/Pará, publicando diversos boletins e relatórios, empreendendo o maior levantamento arqueológico, já realizado no Brasil desde então (DIAS, 1994).

Nesse momento instala-se no Espírito Santo uma sub-regional da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), vinculada à superintendência do Rio de Janeiro. O DPHAN por meio de seu representante local, o Dr. Christiano Fraga⁴⁴, em 1965, havia realizado a contratação dos serviços do arqueólogo croata Adam Orssich⁴⁵ para o desenvolvimento dos primeiros levantamentos alinhados com a lei de 1961.

Entretanto, com a morte de Adam Orssich em 1967, logo após o primeiro ano de atividade, a pesquisa arqueológica no Espírito Santo é brevemente interrompida. Em 1968 é retomada por Perota, seguindo o plano prospectivo do PRONAPA, ficando inicialmente por dois meses no Espírito Santo fazendo as vistorias iniciais. Como ele mesmo cita no seu relatório à Diretoria do Museu de Arte e História da UFES.

Após o afastamento do Dr. Adam E. Orssich, por motivo de saúde e depois seu falecimento, fomos convidados pela Direção do Museu de Arte e História da Universidade Federal do Espírito Santo, para dar continuidade aos trabalhos de levantamento e escavação de sítios arqueológicos no Estado (PEROTA, 1969c, p. 1).

4.3 Pressupostos Teóricos e Metodológicos do PRONAPA

A arqueologia desenvolvida nos EUA na primeira metade do século XX integrava-se à linha teórica-metodológica do histórico-culturalismo, surgida na Europa e amplamente difundida em diversas partes do Mundo. Entretanto, ela manifestava enfoques diferentes em cada região, como foi o caso da América do Norte.

Nos Estados Unidos, um enfoque histórico-cultural foi adotado logo depois de 1910, como resposta a uma crescente familiaridade com o registro arqueológico. A pesquisa continuada revelou mudanças temporais que não podiam ser explicadas pela simples substituição de um grupo populacional pelo outro (TRIGGER, 2004, p. 181).

⁴⁴ Dr. Christiano Fraga, arquiteto, professor da UFES e representante do DPHAN do Espírito Santo na época, grande entusiasta e colaborador da instalação da arqueologia no Espírito Santo.

⁴⁵ Antes da fundação do CEPA do Paraná, Adam Orssich, após convite da UFPR a oferecer o primeiro curso de arqueologia do Brasil, o primeiro em 1952 e outro em 1954, quando o Sr. José Loureiro Fernandes, com a participação nos cursos, com “base no que aprendeu nessa ocasião (...), pôde inaugurar o CEPA” em 1956 (DREYER, 2006).

O histórico-culturalismo vai aderindo às ideias provenientes da antropologia neo-evolucionista, já que incluía em seu quadro elementos para explicar as mudanças culturais.

A manifestação do histórico culturalismo europeu dá reforço às ideias nacionalistas, que estabeleciam vínculo direto entre as populações arqueologicamente investigadas e a sociedade presente. Nos Estados Unidos, por sua vez, os vestígios arqueológicos possuíam um grande distanciamento do que era considerada a sociedade nacional.

Essa corrente teórica dá ênfase à relação esquemática entre grupos culturais (povo), língua e cultura material, a fim de registrar as áreas culturais e entender, com isso, quais foram as migrações, expansões ou diásporas. Segundo Trigger, em sua observação sobre os arqueólogos americanos da época,

de um modo geral eles aceitavam o pressuposto de que diferenças culturais em uma única localidade indicavam diferenças temporais, ao passo que culturas similares atribuídas por vastas áreas destacavam o mesmo período. Os traços usados para definir um padrão eram declarados um reflexo cultural dos ajustamentos primários de povos ao ambiente, conforme definido pela tradição (TRIGGER, 2004, p. 184).

Essa linha de pensamento tornou-se cada vez mais forte a partir dos anos de 1950, na medida em que iam sendo construídas cronologias culturais que atribuíam à difusão um papel significativo na promoção da mudança cultural (TRIGGER, 2004). Com isso, a maioria dos arqueólogos tendia a integrar em seu corpo teórico o difusionismo. Com Meggers e Evans foi da mesma maneira.

Nos Estados Unidos da América, o alinhamento de parte da antropologia com a arqueologia resultou na escolha do problema sobre a origem e dispersão da agricultura no Continente como um todo. Essa problemática estava no porquê de a civilização urbana emergir em algumas regiões e em outras não.

A antropologia neo-evolucionista norte americana implantou em seu corpo teórico a crença de que uma determinada cultura teria um desenvolvimento direcionado pelas condições ambientais em que se encontrava, e essa, por sua vez, seria uma das principais fontes explicativas para a sua caracterização. Meggers e Evans são bastante categóricos quanto à aplicação do evolucionismo na arqueologia.

Um conceito evolucionista de tipo é mais útil para o arqueólogo do que para o biólogo. O padrão de mudança opera da mesma maneira, tanto no fenômeno orgânico quanto no cultural: as entidades passam a existir, aumentam em frequência, para então declinarem e desaparecerem dando origem a outras novas. Cada um desses padrões pode ser diagramado como uma oval de extremidades agudas, que pode ser comprida, atenuada, ou mesmo distorcida em conformidade com o ritmo de mudança da entidade à qual corresponde (MEGGERS, EVANS, 1970, p. 9).

A corrente neo-evolucionista americana, de maneira ampla, nasce de uma reformulação das ideias do evolucionismo de Morgan e em parte da dissidência da escola do particularismo histórico. Os seus principais teóricos foram Leslie White e Julian Steward⁴⁶, tendo em vista sofrerem influência de Alfred Kroeber e Robert Lowie, discípulos diretos de Franz Boas (NEVES, 1996, p. 31).

No entanto, dentro do neo-evolucionismo, a parte que será mais absorvida por Evans e Meggers está em Steward. Steward e White diferenciam-se em diversos pontos, entre eles na concepção de cultura e, por sua vez, na orientação metodológica. Julian Steward ao contrário de White que buscava o entendimento da evolução universal da cultura, interessava-se por “respostas adaptativas locais, de culturas específicas a ambientes específicos” (NEVES, 1996, p. 31).

Steward tratou da relação entre áreas culturais e paisagens naturais específicas, onde os complexos culturais estariam ligados a determinadas unidades paisagísticas, significando isso num certo determinismo geográfico nas manifestações culturais.

(...) organizando e sistematizando o material relativo às mais diversas culturas do continente americano, publica o seu famoso manual, cujos fundamentos metodológicos são representados por construções generalizadoras designadas “tipos” interculturais. Assim, na América do Sul, por exemplo, as culturas pré-colombianas podem ser classificadas em: “altas culturas” ou “civilizações”; “chefias”; “culturas da floresta tropical” e “marginais”. A tipologia elaborada pelo autor baseia-se, além de aspectos do ambiente físico e humano, em características estruturais e tecnológicas das culturas analisadas (VIERTLER, 1988, p. 15-16).

O PRONAPA trabalhou seus pressupostos teóricos na busca de entender os processos de adaptação cultural e difusão no Brasil, onde a pressão ambiental exerceu um papel determinante nas culturas examinadas, cabendo ao PRONAPA identificar nos compartimentos ambientais os tipos culturais. A ecologia cultural, vertente de Stewart, configurava a linha de pensamento dentro do neo-evolucionismo onde entendia o desenvolvimento cultural do homem como multilinear, e, resultante da interação meio ambiente e da cultura.

A ecologia cultural é caracterizada por uma preocupação com a adaptação, em dois níveis: primeiro, em relação à forma pela qual sistemas se adaptam ao seu ambiente total e segundo – como consequência dessa adaptação sistêmica – com relação à forma pela qual as instituições de uma certa cultura adaptam-se umas às outras (...). O ecologista cultural sustenta que a focalização desses processos de adaptação permite que se veja como

⁴⁶ Julian Haynes Steward (1902-1972), antropólogo norte americano, um dos fundadores da corrente teórica neo-evolucionista e da orientação metodológica relacionada na ecologia cultural, tem como um dos principais trabalhos a organização e publicação do *Handbook of Indians South Americans*.

surtem as inúmeras configurações culturais, como são mantidas e como se transformam. (KAPLAN, MANNERS, 1975, p. 118-119).

Entretanto, qual metodologia atenderia a esse corpo teórico específico? Esse subsídio técnico vem da incorporação do Método para estabelecer cronologias culturais, de James Ford, em 1957. Ford demonstra que três são os mecanismos principais de mudança cultural: a invenção, o descobrimento e a difusão.

A invenção vinha como resultado adaptativo do homem à pressão do meio ambiente, e a descoberta consistia em combinar, de maneira inédita elementos culturais já conhecidos. A difusão era apresentada como um dos fenômenos comuns, entendida como a responsável pelo aumento do acervo cultural de uma população (FORD, 1962, p. 7-8).

O princípio de invenção como adaptação cultural trouxe a relação entre os pressupostos teóricos de Steward e o corpo metodológico da arqueologia. Possibilitando uma análise das questões de Steward em escala diacrônica, a **invenção** se integra dentro do sistema evolução cultural do homem como multilinear, em explicar a presença de traços culturais similares em culturas de regiões distantes e descontínuas.

A invenção independente merece um breve comentário por ter sido considerado uma explicação plausível para a ocorrência de traços similares em regiões não contíguas. Sua popularidade deriva de duas suposições: (1) a inventiva humana pode desenvolver os mesmos traços independentes do contato; e (2) muitas das duplicações envolvem conceitos ou técnicas tão simples, que a reinvenção é altamente provável, senão, inevitável (MEGGERS, 1979, p. 211).

Assim, seguia-se com a perspectiva de estudo da origem e dispersão da agricultura no continente:

(...) muitas perguntas fascinantes devem ser respondidas ainda para que o processo da domesticação das plantas seja entendido. Foi o processo iniciado de uma só vez ou várias vezes em diferentes partes da Terra? Como se difundiu a agricultura? Foi a ideia difundida para uma nova região e ali aplicada às plantas indígenas, ou foram as próprias plantas transportadas em mudas ou em sementes? Qual o efeito da agricultura sobre o desenvolvimento cultural? Para responder a todas estas perguntas devemos, inicialmente, estar em condições de diferenciar sítios pertencentes a culturas não-agrícolas - i. é. cuja subsistência estava apenas restrita à coleta de produtos naturais - daqueles já associados com a agricultura. (MEGGERS, EVANS, 1965, p. 6).

Haveria então por entendimento um centro de origem (núcleo cultural) de onde se dispersariam populações em constantes levadas migratórias, ou por contato (direto ou indireto) a esse centro a difusão de elementos culturais identificáveis estilisticamente na cultura material ou imaterial poderiam ser rastreados. Caberia a arqueologia identificar esses elementos - centro e rotas de dispersão - no vestígio arqueológico.

Seguindo o princípio clássico de que a agricultura estaria associada diretamente ao advento da cerâmica, a aplicação do método Ford no Brasil centrou-se nos estudos cerâmicos, considerada como categoria ideal.

A cerâmica é a categoria de material ideal, porque a fragilidade que encerra exige uma produção em larga escala, mas os cacos são suficientemente resistentes para persistir mesmo a condições climáticas adversas; porque foi usada no sítio habitação e, portanto, aí deixada em certa quantidade (ao contrário das pontas de projétil, em geral perdidas ao acaso); e porque uma variedade quase infinita de acabamento de superfície, decoração e formas de vasilhames é compatível com o preenchimento de sua função de recipiente. Portanto, a análise cerâmica é o principal instrumento do arqueólogo, não porque ele a considera um componente muito importante do extinto inventário cultural, mas por ser um indicador da sensibilidade única para construir cronologias relativas; e cronologia é um pré-requisito para todas as outras espécies de reconstrução e interpretação arqueológicas (MEGGERS, EVANS, 1970, p. 10-11).

Apesar de sua aplicação ter atribuição em diversas categorias de artefato, o próprio Ford utilizou seu método para estudar pontas líticas de flecha, de culturas ditas pré-cerâmicas. Porém, as facilidades proporcionadas por uma maior variedade estilística na cerâmica possibilitou montar um quadro populacional melhor visível, propiciando condições ideais de aplicação no país, devendo o vestígio arqueológico ter uma formalidade estilística bem definida (MEGGERS, EVANS, 1970, p. 10).

A elaboração de uma seriação consistia basicamente em coletar o material de uma determinada porção geográfica, para que as diferenças quantitativas e qualitativas não se desviassem essencialmente ao fator espacial. A amostra deveria ser no mínimo de 100 fragmentos e em cada coleção representar um curto período de tempo: quanto mais curto melhor⁴⁷.

O padrão cronológico de uma região estabelecia-se por meio do método quantitativo de seriação e estratificação (juntos ou separados)⁴⁸, para a construção do ciclo de popularidade. Eram feitos pelo menos dois cortes para garantir que o terreno não estivesse perturbado e prejudicasse a realização de uma seriação. Em vários locais a coleta de superfície foi maior do que a coleta de material estabelecido por poços testes (PEROTA, 1974).

A construção de um ciclo de popularidade consiste basicamente em seguir uma tipologia classificatória, identificando o aparecimento com maior ou menor frequência de uma

⁴⁷ Os procedimentos de coleta de material estavam bem explicados e, além de haver cuidados na coleta de material para datação de carbono 14, estavam inclusos nas amostras para análise de pólen, apesar de não terem sido realizadas no Espírito Santo.

⁴⁸ A prospecção era realizada com coleta de superfície e corte-estratigráfico. A coleta era feita quando a vegetação rala permitia ver fragmentos aflorando na superfície. O corte estratigráfico era justificado quando a espessura do refugo superava 10 cm (PEROTA, 1974).

determinada característica avaliada. Parte-se do pressuposto de que essa popularidade marca uma temporalidade (**Figura 12**).

Figura 12: Mudança de frequência dos métodos de iluminação no Estado da Pensilvânia, U.S.A., entre 1850-1959 a.D. Os comprimentos das linhas horizontais indicam percentagens de popularidade de cada método de tempo. A técnica de datar uma amostra de idade desconhecida é indicada pela amostra X.

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP.

A escavação sistemática era composta em estratos artificiais, sem se preocupar com os níveis naturais ou ‘estrato visível’. Esses níveis artificiais seriam em torno de 3 a 10 cm de profundidade cada – a esse procedimento era denominado estratificação.

Eram considerados sítios de maior relevância os estabelecidos nos leitos de rios, por se tratar, na concepção do PRONAPA, do lugar mais favorável ao desenvolvimento de uma agricultura⁴⁹:

O trabalho de campo consistirá na localização de todos os sítios às margens do rio e da escavação de um ou dois cortes estratigráficos em cada um. Caso os sítios sejam pouco profundos, dois ou três deles serão terminados em um só dia. Sítios mais profundos podem requerer um dia inteiro de trabalho. Nesta fase de investigação só excepcionalmente seria necessário mais de um dia para um sítio. O objetivo principal da primeira viagem será localizar o maior número possível de sítios e coletar uma

⁴⁹ Para tanto, as telas das peneiras para separação do sedimento deveriam conter um centímetro de diâmetro, o que reafirma o interesse em privilegiar as populações vinculadas com as práticas da agricultura, ou as práticas pensadas na época sobre o desenvolvimento da agricultura (MEGERS, EVANS, 1962).

amostra estratigráfica de cerâmica e outros artefatos de cada um deles, afim de permitir o estabelecimento de uma sequência local. (MEGGERS, EVANS, 1962, p. 32).

Depois de devidamente coletado, a classificação tipológica era organizada para estabelecimento de complexo de elementos ou técnicas entre o material arqueológico (cerâmico, lítico, padrões de assentamento, entre outros) relacionados num determinado tempo e espaço. Com esse processo se estabelecia uma Tradição Arqueológica: a Fase Arqueológica⁵⁰ faria parte da tradição, porém possuiria uma distribuição territorial menor. O método não deveria descartar outros aspectos do vestígio arqueológico, como cita próprio Ford.

A medida que el esqueleto cronológico baseado em la ceramica se va completando con los otros datos culturales, debe alvidarse que las diferentes variedades de formas de entierros, casas, herramientas y ornamentos, tienen tambien ciclos de frecuencia idénticos a los que tienen las ceramicas y las puntas de arpones (FORD, 1962, p. 63).

Após cada etapa de campo, seguia-se com a classificação de todo material coletado, para a construção das sequências seriadas e cada sequência era uma representação de uma “fase arqueológica ou cultural, caracterizada por tipos específicos de artefatos líticos, padrões de povoamento e de sepultamento, bem como um complexo cerâmico distinto” (PRONAPA, 1968, p. 4).

Assim, as sequências deviam conter dois tipos principais de informações:

1) uma cronologia relativa, mais completa e precisa possível, indo desde o tempo do contato europeu até os primórdios da ocupação humana, a fim de permitir uma datação relativa de primeira ocorrência de traços culturais; 2) uma reconstituição do tipo geral ou nível de desenvolvimento de culturas sucessivas numa sequência local, a qual mostrará se a mudança foi na direção de complexidade crescente ou decrescente, na direção de um tipo de equilíbrio. (MEGGERS, EVANS, 1965, p. 7).

O projeto era ambicioso, nesse sentido de tentar apresentar um “mosaico cultural” geral da pré-história brasileira, no momento apenas pontualmente conhecida e com escassez de profissionais capacitados para a tarefa.

O plano de pesquisa do PRONAPA estava no estabelecimento prévio de uma infraestrutura cronológica fidedigna. Na “maioria das regiões, a antiguidade relativa de diversas fases pré-cerâmicas e cerâmicas pôde ser estabelecida em função da mudança nos

⁵⁰ Segundo definição do próprio Programa: “Cada sequência seriada representa uma fase arqueológica ou cultura, caracterizada por tipos específicos de artefatos líticos, padrões de povoamento e de sepultamento, bem como complexo cerâmico distinto” (PRONAPA, 1968, p. 4).

tipos de artefatos, superposição estratigráfica ou ainda, evidências de comércio ou aculturação” (PRONAPA, 1968, p. 5).

A seguir às coletas, analisava-se o material que compunha estruturas funerárias, material lítico, malacológico, osteológico e em maior quantidade fragmentos cerâmicos. A análise de laboratório era guiada pela obra *Como interpretar a linguagem cerâmica*, de Meggers e Evans. Contudo, sempre que necessário era feita uma adequação para as pesquisas brasileiras. Também foram criadas terminologias locais para a cerâmica brasileira.

A percepção dos grupos não-ceramistas ocorreu para estabelecer o contraste mais nítido entre os agricultores e os não-agricultores. Assim, a partir das populações e artefatos vinculados à prática agrícola, procuravam uma reconstituição em escala continental da dispersão e difusão, a partir da elaboração de inúmeras sequências locais.

As escavações realizadas em sítios pré-cerâmicos estabeleceram o padrão de sociedades consideradas não agrícolas, como dado comparativo da diferença, para definir com maior propriedade os sítios agrícolas – as sociedades não agrícolas estavam divididas na ocupação do litoral com os sítios tipo sambaqui e lítico (Itaipu) e no interior com os caçadores-coletores.

Para responder a todas estas perguntas devemos, inicialmente, estar em condições de diferenciar sítios pertencentes a culturas não agrícolas e cuja subsistência estava apenas restrita à coleta de produtos naturais – daqueles já associados com a agricultura. Onde a conservação de materiais vegetais foi prejudicada devido as condições climáticas ou outros motivos, outros tipos de evidências deverão ser levados em conta, como padrões de estabelecimento das populações, os artefatos relacionados com o uso de plantas domesticas (moedores, implementos para colheita, etc.), e o tipo geral ou nível de complexidade da cultural. (MEGGERS, EVANS, 1965, p. 6).

Com isso, o principal problema era identificar os traços que estavam mudando de maneira mais rápida e sistemática, para o estabelecimento de uma escala cronológica relativa.

Betty Meggers estrutura no Brasil um método para mensurar a paisagem. O programa de pesquisas dividiu o Brasil em duas grandes regiões: a Bacia Amazônica, onde as pesquisas foram denominadas de Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA) e o litoral, onde as pesquisas foram denominadas de Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas no Litoral⁵¹ (PRONAPA) (**Figura 13**).

⁵¹ As duas áreas corresponderiam no pensamento de Steward: à região amazônica, ocupada pelas tribos da floresta tropical, com agricultura mais desenvolvida e na faixa litorânea, às tribos marginais como o próprio nome se refere ‘marginal’ na bacia amazônica e com uma agricultura mais incipiente (STEWART, 1946).

Figura 13: Mapa de atuação do PRONAPA, com resultados das pesquisas executadas entre 1965 a 1968.

Fonte: PRONAPA (1969).

4.4 Como interpretar a linguagem cerâmica: a análise cerâmica

As referências bibliográficas produzidas por arqueólogos brasileiros, frente ao PRONAPA, coordenado pelo casal norte americano Betty Meggers e Clifford Evans foram o Guia para prospecção arqueológica no Brasil, publicado em 1962, seguido pela Terminologia Arqueológica para Cerâmica, publicada em 1966 (tendo três reedições) e o Como Interpretar a Linguagem Cerâmica, publicado em 1970 última e mais importante publicação relacionada à análise da cerâmica.

O manual de análise interpretativa *Como interpretar a linguagem cerâmica*⁵², de Meggers e Evans (1970) foi a referência base dos procedimentos metodológicos do PRONAPA, uma adaptação do método Ford de análise no Brasil.

A classificação foi uma peça fundamental na análise do material cerâmico e a ela foi devotada a maior parte do trabalho. Foi estabelecida na divisão de diversas categorias e subcategorias da cerâmica coletada. Após coleta inicial, a “primeira divisão em qualquer amostra se faz entre o decorado e o não decorado ou de superfície simples” (MEGGERS, EVANS, 1970, p. 25).

A classificação começava pelos fragmentos sem decoração ou simples, onde era verificado: 1 – tempero ou antiplástico⁵³, materiais exóticos ou presentes na pasta primordial da argila antes da queima; 2 – queima, contendo as variações na cor do núcleo, indicando o processo de queima (tempo de exposição ao fogo); 3 – acabamento da superfície, como alisamento ou polimento; 4 – tratamento da superfície, se recebeu engôbo (variada coloração) ou algum outro banho mineral como grafita. Na sequência, era realizada a classificação dos cacos decorados, que poderia seguir os mesmos critérios usados para os cacos simples ou utilizar outros critérios (MEGGERS, EVANS, 1970, p. 34).

Os tipos cerâmicos eram definidos de acordo com a Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica I e II (CHMYZ, 1966). Essa terminologia apresenta os tipos: aplicado, acanalado, canelado, carimbado, corrugado, complicado, corrugado simples, digitado, digitungulado, escovado, exciso, imbricado, inciso, inciso em ‘zig zag’, linha polida, marcado com corda, marcado com malha, marcado com tecido, nodulado, pinçado, polido estriado, ponteadado, ponteadado arrastado, raspado, serrungulado, ungulado, com glossário explicativo para cada termo. Ainda de acordo com essa terminologia, pode ser analisado o motivo (padrões e desenhos). A utilização desse procedimento implicava na busca de

⁵² Celso Perota, em comunicação pessoal, informa que o guia de prospecção não teve o peso que o manual de cerâmica teve e ressalta o fato de esse manual ter sido importante para o desenvolvimento da pesquisa e para a formação dos arqueólogos da equipe.

⁵³ De fácil observação, poderiam indicar a preferência de um determinado grupo numa determinada época pela utilização proposital de areia grossa ou mesmo de caco moído.

indicadores cronológicos e no estabelecimento de gênero, eliminando a possibilidade de que os cacos da mesma vasilha fossem classificados em dois ou mais tipos cerâmicos (MEGGERS, EVANS, 1970).

Critérios adicionais de classificação foram empregados, além dos já descritos, como no caso do grau de estabilidade da popularidade da forma das vasilhas e do número de cacos de borda da amostra. (MEGGERS, EVANS, 1970).

Uma tipologia baseada na pasta ou nas características da superfície permite o uso de todos os cacos, não importando as dimensões, e mais universalmente aplicável, uma vez que permite a utilização de amostras compostas, primariamente, de pequenos cacos não decorados do corpo do vasilhame (MEGGERS, EVANS, 1970, p. 41).

Depois que todos os cacos de todos os sítios e níveis que representam a região em estudo são classificados, em um ou mais complexo cerâmico e os diagramas de seriação são construídos satisfatoriamente, a tarefa final consiste na preparação da descrição dos tipos cerâmicos.

A descrição geral segue um protocolo inicial, que apresenta o nome do tipo cerâmico. Na sequência as características são diagnósticas. Entre as características diagnosticadas estão: a pasta, a cor, a queima, a dureza, a decoração etc. Na análise da pasta verifica-se o tempero, a textura (se havia bolhas de ar, a distribuição do tempero na pasta, estruturas laminares, entre outras coisas).

Na análise da cor verifica-se a variedade interna, havendo diferenças significativas dentro de um mesmo tipo. Na análise da queima verifica-se a variação do núcleo do caco, que indica o tempo de exposição do fogo e o controle de temperatura. No tratamento de superfície verifica-se alisamento, polimento etc. A dureza é obtida pela escala de Mors. Na análise da forma a vasilha é reconstituída graficamente, a partir dos fragmentos de borda, base, bojo e lábio. A medição (com paquímetro) dos fragmentos se dava pelo ponto mais espesso. Seguindo pela decoração identifica-se a técnica e o motivo decorativo. A partir dos motivos decorativos era estabelecida uma diferenciação entre as formas mais antigas e mais recentes. Qualquer alteração nas categorias e subcategorias indicava variação no nível de popularidade das formas e por sua vez, um desenvolvimento histórico da tradição arqueológica (**Figura 14**).

A ênfase para a análise do lítico foi consideravelmente menor do que a da cerâmica, ficando a critério da preferência pessoal de cada pesquisador a análise do material. Ainda assim, na análise do lítico, houve grande influência da arqueóloga francesa de Annette Laming-Emperaire.

Perota participou da Missão Francesa e consequentemente da elaboração do Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul, conjuntamente com a equipe de Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA), em 1967. A nomenclatura do dicionário foi utilizada em menor intensidade na construção de seriações cronológicas.

Figura 14: Exemplo de fluxograma da organização hierárquica das características cerâmicas.

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP.

4.5 O PRONAPA no Espírito Santo: o Espírito Santo na pré-história nacional

Antes de o Espírito Santo ser contemplado pelo PRONAPA, alguns trabalhos já haviam ocorrido em regiões vizinhas, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Diferente da realidade encontrada por Orssich com informações pontuais sobre os sambaquis e alguns textos elaborados por amadores, quase que completamente isolada em si mesma. O Espírito Santo tem estruturada uma pré-história própria e integrada com o restante do País, sendo possível uma estruturação além das fronteiras recentes que nada representaria na pré-história.

Durante os três primeiros anos do PRONAPA, foram pesquisadas 22 regiões em 9 Estados, 8 dos quais pertencentes à Faixa Costeira e um na Bacia Amazônica. Mais de 1000 sítios foram catalogados, cobrindo um período de tempo, pelo menos, de 5310 $\pm$ 100 a. C. (SI-440) à época pré-europeia, representando diversos complexos pré-cerâmicos e 42 fases ceramistas. Somam-se, também, 3 sambaquis ou concheiros, escavados intensivamente em Paranaguá, no litoral do Paraná. (PRONAPA, 1969, p. 6).

Os resultados dos levantamentos de campo e análise em laboratório das regiões do Espírito Santo trarão pela primeira vez, uma noção mais concreta sobre as populações que viveram no Brasil no período pré-colonial. O objetivo foi obter dados de todas as regiões do Brasil, com análises dos materiais pelo método Ford de seriação, integrada com as datações obtidas pelo método de radio carbono (C14).

Antes do início das atividades de campo no Espírito Santo, estabelecem previamente uma estratégia de cadastramento dos sítios arqueológicos uniformizada com todos os estados pesquisados pelo programa de pesquisa (**Figura 15**).

Iniciamos nosso trabalho com a divisão regional do Estado para fins de cadastramento de sítios arqueológicos, dentre as mesmas que estão sendo adotadas pela maioria dos arqueólogos brasileiros, o qual já foi remetido a esta Diretoria em 13 de setembro de 1968. Dividimos o Estado do Espírito Santo em 9 regiões, sempre procurando uma divisa natural para as regiões devido a facilidade de identificação sempre procuramos agrupar bacias hidrográficas quando não tínhamos estes elementos, procuramos meios artificiais perfeitamente identificáveis para esta divisão. Usamos num dos casos estradas de rodagem para divisão (PEROTA, 1969c, p.1).

Figura 15:

O estabelecimento das siglas dos sítios arqueológicos foi estruturado a partir dessa divisão administrativa do territorial apresentada em mapa. A feição das “siglas representam ES – abreviatura nacional para o Estado do Espírito Santo, e letras codificadas da cidade mais importante da região [em 1968]⁵⁴” (PEROTA, 1969c). Ver **tabela 2**.

Tabela 6: Orientação do PRONAPA para elaboração de siglas em sítios arqueológicos.

Siglas	São as seguintes regiões
ES-EC	Região de Ecoporanga
ES-SM	Região de São Mateus
ES-LI	Região de Linhares
ES-CO	Região de Colatina
ES-AF	Região de Afonso Claudio
ES-VI	Região de Vitória
ES-GU	Região de Guarapari
ES-CI	Cachoeiro de Itapemirim
ES-GA	Região de Guaçu

Fonte: Perota (1969c).

No Espírito Santo, as pesquisas nos sambaquis ou relacionadas aos sítios (caçadores-coletores), foram estabelecidas para fins de diferenciação dos sistemas de ocupação relacionados aos grupos ceramistas.

A elaboração do período pré-cerâmico se deu em parte, com base nos trabalhos anteriormente realizados (nas décadas de 1950 e 1960) pelo casal francês Laming-Emperaire, nos sambaquis da região Sul e nas grutas da região de Lagoa Santa em Minas Gerais.

Os resultados do programa no Espírito Santo são apresentados em dois relatórios pequenos publicados pelo Museu Emílio Goeldi, o primeiro em 1971 e o segundo em 1974. Para os grupos pré-cerâmicos no Espírito Santo, foram realizados cortes estratigráficos de 1 x 3 metros, sendo estudados isoladamente e sem nenhum estabelecimento de fase⁵⁵ regional. No entanto, os sítios encontrados sobre dunas, no litoral norte foram relacionados aos sítios encontrados no Rio de Janeiro por Ondemar Dias Jr como fase Itaípu. Com ausência de material cerâmico, coletou-se material lítico e utilizou-se a estratigrafica como indicador cultural (**Foto 8**).

Para os sítios cerâmicos foram estabelecidas quatro tradições arqueológicas, uma de contato histórico definida como Neo-brasileira e três pré-históricas: Tupiguarani, Aratu e Una,

⁵⁴ Para exemplificação, após a identificação de dois ou mais sítios na região de Vitória, as siglas apresentar-se-iam como ES-VI-1 e ES-VI-2, seguindo uma ordem numérica crescente no final.

⁵⁵ Posteriormente, a fase Itaípu será definida como Tradição. Com o desenvolvimento de pesquisas pela universidade, Perota estabelece para o ES uma fase regional denominada Potiri (PEROTA, 1995).

apesar de algumas datações de sítios pré-coloniais (Tupiguarani e Aratu) avançarem em cronologias do período colonial (**Foto 9**).

Foto 8: Primeiro curso de arqueologia realizado no Espírito Santo, ministrado por Celso Perota e Ondemar Dias Jr, usando como sítio a escola sambaqui dentro do campus universitário da UFES, em 1971.

Fonte: Acervo pessoal de Perota (1971).

A tradição relacionada ao período pós-contato europeu é definida como Neobrasileira⁵⁶. Esta tradição foi menos estudada e está vinculada as populações indígenas próximas dos antigos aldeamentos jesuítas, entre os séculos XVII e XIX. A esta tradição foi atribuída a fase Moenda.

Com exceção da fase Moenda, nesse primeiro momento, nenhum grupo etnográfico local é relacionado ao material arqueológico, apesar de a Tradição Tupiguarani ser sugestiva aos falantes do tronco linguístico tupi-guarani⁵⁷.

⁵⁶ O termo neo-brasileiro aparentemente foi retirado de Hermman von Ihering, como pode ser visto num artigo publicado na Rev. do museu paulista: “O Sr. Tenente Coronel Rondon, na terminologia positivista denomina «occidenitae» os brasileiros de origem europeia. A denominação entende só com a Europa e nada significa aqui. Si não fora a contusão poderíamos designar a população branca pelo nome de imigrados. Mas cumpre distinguir os nascidos no Brazil, dos novamente acclimados. Eu proporia o nome de «neobrasileiros» para o conjunto das raças immigradas e seus descendentes depois da descoberta da America. Os indigenas seriam o elemento brasileiro primitivo ou «paleobrasileiro»”. (IHERING, 1911, p. 128).

⁵⁷ Posteriormente, Perota estabelece relações histórico-linguísticas com populações identificadas na etnografia, vinculando as tradições Aratu e Una a grupos falantes do tronco linguístico macro-jê (PEROTA, 1995).

Foto 9: O terceiro da esquerda para direita, Celso Perota após ser chamado pela Companhia Vale do Rio Doce, para obras de ampliação do Porto de Tubarão, quando evidenciam grande quantidade de material do que viria a ser registrado como sítio tupiguarani ES-VI-17.

Fonte: Acervo Solar Monjardim, IBRAM, 1970.

No termo Tradição Tupiguarani não há hifenização, para diferenciar esse termo daquele usado para definir o tronco linguístico tupi-guarani. A seriação foi aplicada em duas fases ceramistas, entre duas tradições distintas, por tratarem-se das de maior distribuição geográfica no Espírito Santo. As fases seriadas foram Cricaré, da Tupiguarani, e Itaúnas da Tradição Aratu.

Somente em duas fases foram estruturadas sequências seriadas, baseadas em estratigrafia e coleções de superfície: são as fases Cricaré (Tradição Tupiguarani) e Itaúnas (Tradição Aratu), ambas já estudadas e descritas no 4º ano de pesquisas do PRONAPA e que vêm sendo encontradas em diversas partes do Estado (PEROTA, 1974, p. 129).

As fases restantes são analisadas para fins de classificação sem no entanto o procedimento de seriação anteriormente mencionado. A Tradição Tupiguarani, para o Espírito Santo, compunha-se de três fases: Itabapoana, a Tucum e a Cricaré. A tradição Aratu apresenta-se localmente por meio das fases: Itaúnas, Guarabu, Jacaraípe e Camburi.

A tradição Una menos estudada dentro do complexo pré-histórico cerâmico é trabalhada no estado do Espírito Santo, apenas próxima ao litoral, mas tem presença marcante no interior e nas áreas com afloramento rochoso, onde a característica de seus sítios funerários está na localização em abrigos e grutas. Essa tradição terá sua manifestação local como fase Tanguí (**Tabela 3**).

Tabela 7: Tradições e fases arqueológicas do Espírito Santo.

Tradição	Fase
Tupiguarani	Cricaré, Tucum, Itabapoana
Aratu	Itaúnas, Jacaraípe, Camburí, Guarabu
Una	Tangui
Neo-brasileira	Moenda

Fonte: Edição do autor.

O PRONAPA foi o projeto mais importante da história da pesquisa arqueológica capixaba, sendo até o presente, o projeto que mais gerou informações sobre o território espírito-santense. Foi somente a partir do PRONAPA que se pode elaborar um panorama da pré-história mais ‘palpável’. Seus resultados gerais têm um predomínio na configuração das pesquisas até hoje onde um dialogo inevitável é estabelecido, mesmo que crítico, com o PRONAPA.

Críticas ao PRONAPA

As contribuições do PRONAPA e PRONAPABA foram marcantes na arqueologia brasileira, principalmente no que se refere ao período ceramista da pré-história brasileira. Apesar de a instituição ter estabelecido discussões e uma classificação no período pré-cerâmico, ficou mais focada na esfera da influência da arqueologia francesa no Brasil.

(...) uma geração de arqueólogos influenciados pela tradição francesa a qual perdura até hoje através das missões arqueológicas em andamento em Minas Gerais, Piauí e Mato Grosso. Todas elas, de certa forma, priorizam o estudo do período pré-cerâmico, realizam escavações de superfícies amplas e continuam a lidar com documentação e análise de pintura rupestre. (BARRETO, 1999-2000, p. 43).

Entretanto, conforme discutidos anteriormente, muitos pontos da arqueologia brasileira seguem a partir de sua contribuição, tornando inevitável um diálogo relacionado à produção intelectual do programa. Apresentaremos aqui as principais críticas à história do PRONAPA e ao modelo proposto por Meggers para interpretar a pré-história brasileira.

A partir da década de 1980, com o ingresso de arqueólogos do Brasil de outras correntes teóricas, o aumento de profissionais e de centros de pesquisa e uma regionalização da arqueologia, os pressupostos teóricos e seus resultados começam a passar por uma releitura crítica mais intensa.

A partir de 1981, com os principais problemas estruturais encaminhados, nesta comunidade vai-se voltar para a organização dos dados disponíveis, mantendo-se as pesquisas em todas as linhas, muito embora a ênfase tenha deixado de recair sobre temas específicos, ganhando importância a abordagem por área. Como consequência, houve uma tendência para o crescimento dos projetos, que se tornaram mais longos – até por força de critérios mais rigorosos nas escavações – e passaram a envolver um maior número de pessoas. Com a crescente profissionalização, a interdisciplinaridade e uma postura mais estritamente científica, tende a mudar o formato de apresentação dos resultados, que evolui da publicação de listas de itens recuperados, para estudos interpretativos formais, muito embora, as linhas tradicionais continuem gerando resultados. (SOUZA, 1991, p. 130).

Um dos primeiros pontos que devotou críticas ao PRONAPA e PRONAPABA foram as limitações estabelecidas sobre uma escala menor de dados, ou mesmo para entendimentos referentes a análises *intra-sítio*. Centrando o seu corpo metodológico com caráter mais prospectivo e buscando identificar centros culturais, rotas de difusão e migração, referentes as origens da agricultura nas terras baixas da América do Sul atentou para observações em escala macro.

Amplamente influenciados pelo neo-evolucionismo e pela ecologia cultural de Julian Steward e Leslie White, estruturaram uma análise a partir dos preceitos metodológicos de James Ford (método Ford) construindo com uma análise formal dos artefatos, uma taxonomia das formas mais descritiva e classificatória, introduzindo na arqueologia brasileira um método de mensurar a paisagem com pouca problematização teórica.

No caso da abordagem pronapiana, a importância relegada aos métodos mascarou o corpo teórico que guiava seus objetivos de pesquisa, conduzindo a equívocos interpretativos quanto a sua capacidade de explicar os fenômenos arqueológicos. Assim, a aplicação dos métodos pronapianos oportunizou um conhecimento apenas aproximativo dos grupos pré-históricos brasileiros, decorrente das limitações explicativas oferecidas pela abordagem teórica que sustentava suas pesquisas. Torna-se necessário, portanto, situar e avaliar de forma detida as posturas teóricas subjacentes ao PRONAPA, para que possamos redimensionar o conhecimento arqueológico produzido pelo Programa, na busca de novas alternativas de pesquisas que rompam os limites interpretativos sob os quais se encontra. (DIAS, 1995, p. 37).

Funari (1994) aponta que uma relação entre a missão norte-americana e o governo dos militares foram sufocados projetos paralelos, como o de Paulo Duarte na década de 1960,

considerado pelo autor como mais humanista – a razão atribuída ao seu descarte. Esta seria a segunda crítica ligada ao contexto histórico.

O casal Clifford Evans e Betty Meggers (1947,1954) estiveram na foz do Amazonas em 1949 e produziram alguns *papers* antes de 1964. Entretanto, foi somente depois do golpe militar de abril de 1964 que eles foram capazes de criar toda uma rede de apoios que poderia resultar no desenvolvimento de um *establishment* arqueológico. O projeto erudito de Arqueologia, como proposto por Duarte, foi combatido pelos governantes, a princípio de uma forma moderada. Duarte e seus objetivos humanistas eram recusados no período de 1964 a 1969 com a mais sutil e efetiva arma: recursos financeiros (ou melhor, sua ausência) (FUNARI, 1994, p. 27-28).

Uma terceira crítica feita por Noelli e Ferreira (2007) ao modelo de Betty Meggers reside na ausência de uma leitura crítica sobre a literatura antropológica e historiográfica sobre as populações indígenas brasileiras, havendo, portanto, em muitos aspectos uma persistência do discurso colonialista em seu corpo interpretativo.

Tais aspectos foram verificados como a pouca historicidade dos índios, e estabeleceu-se pouca diferença entre as populações indígenas contemporâneas as do período pré-colonial, sem considerar o impacto da colonização luso-espanhola através da escravidão, da diminuição gradativa do território e da queda demográfica devido a mortes por epidemias. (NOELLI, FERREIRA, 2007, p. 1253).

Com efeito, os contornos de Meggers, reativando as preposições da arqueologia imperial, requentando os aportes da antropologia colonial e do americanismo do final do século XVIII e início do XIX, com seu determinismo ambiental e difusionismo, são representações arqueológicas que veiculam, sob o escudo protetor da prova empírica, ideias colonialistas, próprias do contexto de legitimação, por meio das ciências sociais, do império norte-americano (NOELLI, FERREIRA, 2007, p. 1256).

Apesar da relação estabelecida ao legado colonialista em muitas das considerações de Meggers, Noelli e Ferreira (2007) não acusam a pesquisadora de servir “a um programático colonialismo interno, como os intelectuais orgânicos do Brasil monárquico, ela está longe da idealização das colônias de Couto de Magalhães”. (NOELLI, FERREIRA, 2007, p. 1257). Os objetivos de Meggers, como citam os autores, não são de colonizar os indígenas, mas os críticos atestam que nas suas formulações verifica-se uma unilateralidade histórica, segundo a qual existiria uma região mais propensa ao desenvolvimento em oposição a regiões ambientalmente “improdutivas” no caso as florestas da Amazônia, que funcionariam como “sorvedouro da civilização” oriundas dos Andes.

Apresentando de maneira muito resumida as críticas aos preceitos básicos e resultados do PRONAPA, buscamos pelo menos indicar a possibilidade de leitura sobre o assunto a

partir dos autores citados. Reiteramos que esse trabalho por ter objetivos de resgate informativo, organização e instrumentalização da gestão do patrimônio arqueológico capixaba, tratou de apresentar de maneira mais descritiva o processo de formação do acervo no período de atuação do Programa, sem, no entanto negar as variadas possibilidades de releitura e revisão.

5. A PRÉ-HISTÓRIA DO PRONAPA NO
ESPÍRITO SANTO

5.1 Os Primeiros modelos de pré-história do Espírito Santo

Com a regulamentação da arqueologia pela lei de 1961 e o início da atuação dos primeiros arqueólogos que se enquadravam dentro da lei, aconteceram seus primeiros levantamentos, com escavações pontuais e prospecções em amplas faixas do território do Espírito Santo, Adam Orssich inicia os primeiros esboços, entre 1965 e 1967, de uma pré-história dentro do Espírito Santo, sem, no entanto, concluir um modelo que possibilitasse traçar rotas migratórias ou áreas de origem, como era objetivo de seu corpo teórico metodológico. Deixa, assim, apenas algumas considerações iniciais e relaciona os sítios do Espírito Santo com alguns sítios pesquisados no Paraná.

Foi no entanto Celso Perota que, entre 1968 a 1974, com o PRONAPA, estabeleceu o primeiro modelo de pré-história do Estado do Espírito Santo, que integrava o estado às demais unidades da federação. Construído a partir de um modelo descritivo-classificatório, essa narração levava em conta tradições e fases arqueológicas, a partir das quais foram estabelecidos os vínculos histórico e cultural entre o local as demais regiões do Brasil. Perota (1971a, 1971c, 1974) abriu a discussão sobre as rotas de expansão das Tradições Tupiguarani, pela Fase Cricaré e da Tradição Aratu através da fase Itaúnas (PEROTA, 1971a, 1971b, 1974).

Foram seis anos de pesquisa do PRONAPA no estado do Espírito Santo. Celso Perota defendeu sua dissertação em 1980, na qual integrou dados etnográficos aos dados arqueológicos⁵⁸. À medida que os sítios foram sendo datados, os dados etnográficos e arqueológicos foram relacionados.

No Espírito Santo este fato é corriqueiro o que leva o pesquisador a aceitar e refutar dados principalmente etnográficos. A Fase Tucum podemos ligá-la sem qualquer problema aos falantes da língua tupi-guarani. Nas duas datações históricas da Fase Itaúnas é problemática uma afirmativa, mas os dados, etnográficos e linguísticos nos levam a ligá-la à família linguística Mashacali Patashó (PEROTA, 1975, p. 16).

O modelo estabelecido na época do PRONAPA sofreu complementações por parte do pesquisador, como a integração da informação etnográfica a arqueológica e o direcionamento da pesquisa para o estudo de sítios pré-cerâmicos, na relação deles com a adaptação cultural ao meio ambiente (PEROTA; ASSIS, 1993, 1991).

⁵⁸ Academicamente, Perota já apresenta esse alinhamento a partir de 1975 (PEROTA, 1975). Entretanto, em entrevistas a jornais locais, já considerava sobre alguns achados, em sítios funerários, uma relação entre o dado arqueológico com grupos historicamente conhecidos do período colonial. Por exemplo, na matéria “Um cemitério indígena com mais de mil anos”, de 23 de junho de 1974, jornal A Gazeta, no município de Castelo, informava que a “cerâmica denominada, na terminologia arqueológica brasileira, de Una provavelmente, era a cerâmica usada pelos puris” (PEROTA, 1975).

5.2 Orssich e suas considerações em relação à pré-história do Espírito Santo

Orssich apresentou relatórios descritivos sobre as escavações arqueológicas, tanto no Espírito Santo quanto no Paraná, não havendo, nesse primeiro momento, uma discussão teórica aprofundada sobre a definição de cultura. Enquadrado no histórico culturalismo, menciona sempre termos como traços culturais e manifestações culturais. Sua definição de cultura pode ser entendida como um complexo ou conjunto de traços típicos de uma sociedade, que possuía uma história dividida em várias etapas.

Identifica-se nesse pesquisador um forte veio do evolucionismo, apesar de ser mais brando do que o do século XIX, quando usa pontualmente expressões como “cultura avançada” e “cultura primitiva”. Há igualmente fortes elementos do funcionalismo quando se explicam as diferenças entre os sambaquis do Sul e os do Espírito Santo.

Os que vimos são muito menores que os da costa sulina do Brasil, o que não é de estranhar, visto que as águas costeiras do nosso litoral têm fauna bastante pobre, especialmente em moluscos, em comparação com as águas da costa dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ORSSICH, 1982, p. 49).

Orssich considerou as relações do homem com o meio ambiente um elemento chave para entender uma cultura, manteve uma ideia preconcebida do homem pré-histórico como pertencente a um habitat primordial, como nas grutas, cavernas ou florestas. Como estava na fase inicial de levantamento de dados de campo e análise do material, antes da formulação de hipóteses, Orssich começou a estabelecer áreas culturais.

Entretanto, não chegou a concluir ou mesmo a propor sistemas de difusão e rotas migratórias para explicar a pré-história do Espírito Santo, mas estabeleceu um contexto arqueológico, por meio da análise direta de traços culturais distintos entre uma camada e outra, ou mesmo entre um tipo e outro de sítio (ORSSICH, 1981).

Seus métodos de avaliação são descritos em vários pontos dos relatórios, quando discute sobre o material proveniente do Rio Doce, define que através de “uma escavação poderia revelar dados sobre a forma, construção, tamanho e material das choupanas dos indígenas de um complexo cultural muito difundido na área do sistema do rio Doce e dos seus afluentes, tendo eu achado cacos pintados e decorados em idêntico estilo em vários lugares dos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha e mesmo São Mateus e Conceição da Barra (ORSSICH, 1982, p. 119).

Relacionou as pequenas espessuras das camadas culturais dos sítios escavados com o intenso hábito migratório das populações pré-históricas. Definiu cultura material como produto de manifestações culturais do passado, traços deixados no passado a serem investigados pelo arqueólogo (**Figura 16**).

Figura 16: Perfil estratigráfico e planta baixa de sítio tupi escavado em Domingos Martins, Fazenda Lehun. Na legenda acima do perfil estratigráfico lê-se “Amontoado amarelo”, “Camada Cultural” e “Terra Virgem”. Para o croqui da planta baixa do sítio lê-se “Carvão e Cacos”.

Fonte: Orsich (1982)

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP.

Eduardo Pereira Matheus.

Orsich não discutiu o índio. Contudo, fez uso de relatos dos cronistas para prospectar sítios e discutir processos industriais de produção de materiais cerâmicos e líticos e remontar estruturas sociais ou identificar hábitos de comportamento. Ele não teve tempo para elaborar problemas de pesquisa devido à sua morte, em decorrência de um câncer, no ano de 1968.

O autor elaborou uma classificação dos sítios arqueológicos capixabas como sendo murundus, sambaquis e aldeamentos tupis. A maioria dos murundus mostrou-se estéril arqueologicamente, mas ele tentou, com base em sua experiência obtida no Paraná, relacioná-los ao que seria chamado posteriormente de aterros ou montículos, vinculados aos grupos jês do Sul.

Considerando a existência de tais amontoados em grupos às vezes numerosos, e o hábito universal dos povos pré-históricos que em toda parte do mundo, começaram a enterrar os mortos sob amontoados de terra ou pedra, logo que superaram a fase nômic e alcançaram a da agricultura rudimentar e com isso uma certa estabilidade, somos de opinião de que esses amontoados são túmulos indígenas. Esta opinião é corroborada por uma observação por nós feita

quando, em 1952, durante uma excursão ao município de Serro Azul, no Estado do Paraná, nos foram mostrados amontoados de terra muito semelhantes. Os moradores afirmaram ter achado neles esqueletos, machados e flechas de pedra, cacos de cerâmica, etc (ORSSICH, 1981, p. 48).

A respeito dos sambaquis havia uma ampla discussão, e a localização de muitos desses sítios era conhecida; alguns já haviam sido escavados por Salles Cunha, em 1953, para os quais estabeleceu comparações com os sambaquis sulistas. Além das escavações e sondagens, Orssich chegou a fazer croquis de algumas peças de colecionadores ou mesmo de alguns de seus achados fortuitos, para os quais elaborou croquis (**Figura 16**).

Orssich tentou organizar achados fortuitos e começou a estudar as técnicas de fabricação de cerâmica, o que, segundo suas palavras, “era indispensável que o conhecimento exato da técnica do preparo do barro e das formas dos vasos e estilos decorativos empregados em cada um desses complexos, sendo esse conhecimento o único meio de classificar os achados” (ORSSICH, 1981, p. 81).

Para lidar com a volumosa quantidade de material cerâmico de decoração pintada, Orssich apresentou croquis que tinham a finalidade de entender os traços (**Figura 18**). Contudo, esse não foi o foco de sua pesquisa. Orssich direcionou seu interesse aos elevados de terra, murundus espalhados pelo estado do Espírito Santo.

Tendo em vista que a arqueologia brasileira foi marcada por seu teor altamente descritivo e pouco teórico nos artigos e relatórios de campo, Orssich reproduziu a tendência nacional.

Figura 17: Croqui de lâmina polida sem proveniência exata, município de São Mateus. A lâmina apresenta uma reconstituição gráfica do que seria seu formato original.

Fonte: Orssich (1982).

Figura 18: Croqui com fragmentos cerâmicos provenientes de São Gabriel da Palha, princípio de classificação e análise de processos industriais de produção de cerâmica de achados fortuitos e coleções descontextualizadas.

Fonte: Orssich (1982).

5.2 O PRONAPA e a pré-história do Espírito Santo

A pesquisa do PRONAPA teve um cunho prospectivo em sua investigação e em sua análise orientada pelo método de seriação Ford. Nessa perspectiva foi construída sua síntese para a pré-história brasileira, com datações de Carbono 14 para sítios arqueológicos do Espírito Santo. Todas as datações foram obtidas pelo Smithsonian Radiation Biology Laboratory (PEROTA, 1975).

Os resultados obtidos pelo PRONAPA e a análise desses resultados comparados àqueles das regiões do Brasil possibilitou estabelecer para a pré-história do Espírito Santo, dois grandes períodos: o pré-cerâmico e o cerâmico.

Desde as primeiras pesquisas desenvolvidas pelo casal Orssich na década de 1960, já se reconheciam os sambaquis como mais antigos e os sítios cerâmicos relacionados aos Tupis, pensando-os como contemporâneos ao processo colonial. Orssich não chegou a propor uma cronologia histórico cultural para o período pré-colonial espírito-santense. Essa cronologia foi proposta posteriormente por Perota, pois dispunha de uma gama maior de dados (incluindo as

realizadas pelo casal Orssich). Nesse sentido, Perota identificou as diferentes ocupações pré-históricas do estado do Espírito Santo num quadro cronológico (**Tabela 8**).

Tabela 8: Tradições e fases arqueológicas do Espírito Santo.

Tradição arqueológica	tipo	Outras denominações	Fase Arqueológica
Macaé	Pré-cerâmico	“sambaqui”	Não estabelecida
Itaípu	Pré-cerâmico	“acampamentos” “sítios líticos”	Potiri
Tupiguarani	Cerâmico		Cricaré; Tucum e Itabapoana
Aratu	Cerâmico		Itaúnas; Jacaraípe; Guarabu
Una	Cerâmico		Tanguí
Neo-brasileira	Cerâmico		Moenda

Fonte: Perota, 1974.

Os artigos e relatórios produzidos pelo PRONAPA apresentaram a distribuição geográfica dos sítios arqueológicos, a dimensão de dispersão do sítio e disposição do material aflorado in situ, análise do material arqueológico apresentando as tipologias e as fases, além de cronologias e conclusões parciais das fases.

Os dados aqui tratados resultam das pesquisas de campo e laboratório do PRONAPA, realizadas por Perota no período de 1966 e 1975 (**Tabela 9**).

Tabela 9: Datações de carbono 14 obtidas durante o PRONAPA em sítios do Espírito Santo.

Tradição	Fase	Localização	Sítio	Data⁵⁹ A.P.	Data A.D.	Nº Laboratório
Itaípu	Potiri	Vitória	ES-VI-10	1435±80	515	SI-831
Tupiguarani	Cricaré	Piúma	ES-GU-1	1055±80	895.	SI-828
Tupiguarani	Cricaré	Vitória	ES-VI-20	560±170	1390	SI-832
Tupiguarani	Tucum	Cariacica	ES-VI-11	555±40	1345	SI-832
Una	Tanguí	Castelo	ES-CI-2	1140±80	810	SI-1189
Aratu	Jacaraípe	Serra	ES-VI-18	605±70	1350	SI-836
Aratu	Jacaraípe	Serra	ES-VI-41	600±45	1350	SI-1189
Aratu	Itaúnas	Conceição	ES-LI-4	220±75	1730	SI-834

da Barra						
Aratu	Itaúnas	Serra	ES-VI-2	170±75	1780	SI-829

Fonte: Perota (1975).

5.2.1 O período pré-cerâmico: os sambaquis e a Tradição Itaipu no Espírito Santo

Desde o século XIX é sabido que os grupos de construtores dos sítios concheiros, definidos por sambaqui, eram anteriores aos ceramistas agricultores que habitavam a costa na época do “Descobrimento”. Orssich reafirma esse quadro sem, no entanto, estabelecer um quadro cronológico preciso sobre sua temporalidade no Espírito Santo.

Durante o levantamento do PRONAPA, as áreas onde se identificaram sítios pré-cerâmicos foram a baía de Vitória, os rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, Mariricu, São Mateus e Reis Magos. Pela primeira vez contava-se com a utilização de datações rádiocarbônicas em todos os Estados do país. Com as datações absolutas segue uma estruturação de cronologias culturais mais concretas para a pré-história brasileira, e por sua vez para o Espírito Santo, do que as sequências cronológicas culturais sobre a pré-história regional.

Os principais sítios pesquisados para o pré-cerâmico foram o Potiri 2 (ES-VI-6), Timbuí (ES-VI-15) e o Campus II (ES-VI-10). Para a área desses sítios foram realizados cortes estratigráficos. Esses sítios foram enquadrados na Tradição Itaipu (PEROTA, 1972b).

Foram identificados para o período dois tipos de sítio arqueológico, o sambaqui, com predomínio de material malacológico e o sítio lítico da Tradição Itaipu, Fase Potiri, cronologicamente mais recente que o sambaqui, com a presença pontual de material malacológico em camada escura.

O arqueólogo Igor Schmitz tece considerações sobre a análise lítica elaborada pelo PRONAPA e relata:

Os sítios e componentes pré-cerâmicos foram organizados, à maneira dos cerâmicos, em grandes tradições, divididos em fases, que ordenavam componentes com a ideia de mostrar sua distribuição no tempo e no espaço. Fatores climáticos e ambientais e, em menor escala, difusão cultural e contato entre grupos poderiam ajudar a entender as características e a distribuição (SCHMITZ, 2007, p. 24).

Atualmente a data mais antiga de ocupação do território espírito-santense é de 7000 AP, obtida por Perota, em sítio de caçador-coletor a céu aberto, no município da região montanhosa de Santa Leopoldina (PEROTA, 1995). Entretanto, durante os primeiros anos do Programa, as pesquisas do Espírito Santo foram relacionadas aos resultados obtidos na costa fluminense.

Cunha, através de suas pesquisas em sambaquis capixabas e fluminenses, entre os sambaquis das referidas regiões, apresentando uma releitura das pesquisas de antropologia física realizadas em sambaquis de diversos pontos do Estado do Rio de Janeiro (Figura 19).

Figura 19: Primeiro mapa do PRONAPA do ES, com os sítios arqueológicos do litoral norte do Espírito Santo.

116

capixabas, a associação pôde ser estabelecida. No Espírito Santo, para o período pré-cerâmico, foi obtida uma datação por C14 de 1435 ± 80 (SI-831), com amostras do sítio ES-VI-10 ou do Campus II (PEROTA, 1975).

Como citado, muitas vezes a construção das cronologias desse período se deu por datações relativas, tendo como parâmetros a região fluminense, na ausência de datações por C14. Os procedimentos metodológicos em campo seguiram pequenos cortes estratigráficos de 1 x 3m no centro identificado do sítio (sedimento mais escurecido). Na estratigrafia, a predominância de material malacológico foi descrita em quatro espécimes: *ostrea arborea* SP, *lucina jamaicensis* SP, *Anomalocardia brasiliana*, *mytella* SP e *natica* SP, havendo grande predominância do tipo *ostrea* SP.

Sobre a volumetria do sítio, a literatura pretérita indicava os sambaquis do Espírito Santo com mais dez metros de altura (FERREIRA, 1936). Contudo, os sambaquis estudados por Perota ficaram em torno de 3 metros de altura, com 30 a 40 metros de extensão.

O estudo dos sambaquis foi marcado pelo confronto com a construção civil, onde seus materiais foram coletados de forma assistemática pelas comunidades ribeirinhas e indígenas de Aracruz, ES, até meados da década de 1960 e enviados para os grandes centros, como Rio de Janeiro (COSTA, 2008, p. 2).

Posteriormente, Perota incorpora novos dados extraídos de pesquisas desenvolvidas pela USP, para reconstituição dos níveis de flutuação marinhos da costa atual do rio Doce. Muitos sambaquis foram datados e seus dados incorporados à pesquisa arqueológica do Espírito Santo, com datas entre 4000 e 4500 AP (SUGUIU; MARTIN; DOMINGUEZ, 1982).

O material cultural mais abundante é o lítico, produzidos com lascamento por percussão direta, além do polimento e picoteamento. A utilização do termo lascamento bipolar (bigorna) será incrementado após considerações de André Prous aos integrantes do PRONAPA. Dentro das nomenclaturas tipológicas do Guia da indústria lítica da América do Sul (**Figura 20**).

Sobre as lascas, predominantemente produzidas em quartzo, não apresentavam retoque tanto na Tradição Itaipu quanto nos Sambaquis. O granito e o diabásio foram identificados como matéria-prima na manufatura de artefatos polidos e percutores, além de base de percussão.

Os tipos de artefatos identificados foram agrupados e descritos a partir da técnica de confecção usada e função. A indústria lítica foi dividida em: a) artefatos lascados de função ativa; b) artefatos polidos com função ativa; c) artefatos picoteados de função ativa; d) artefatos polidos de função passiva; e) artefatos não modificados de função ativa e f) artefatos não modificados de função passiva.

A indústria sobre osso foi confeccionada com técnicas de polimento. Os líticos polidos foram classificadas em dois grupos: a) pontas de projétil e b) objetos de adorno. (PEROTA, 1972b).

O volume de material malacológico, com menor incidência na estratigrafia da Tradição Itaipu, apresenta-se de maneira pontual na camada húmica, havendo concentrações maiores nas feições de fogueira. Outra diferença notável é que as estruturas funerárias dos Sambaquis estão em meio aos montes de conchas, em enterramentos primários, postos diretamente na camada húmica, sem conchas com o corpo. Sobre um sítio situado na margem do rio Reis Magos, o sítio Potiri 2 (ES-VI-6) Perota relata:

Registramos na camada húmica 6 sepultamentos, os quais estavam dispostos uns sobre os outros, sem qualquer intencionalidade de orientação. Muitas vezes não conseguimos filiar alguns ossos que estavam separados do seu todo. (PEROTA, 1971a, p. 151).

Para a caracterização do período tanto nos sambaquis quanto na tradição Itaipu, não foram atribuídas diferenças ao conjunto artefactual. Somente no modelo de assentamento em construir os concheiros e as estruturas funerárias. Nesse primeiro momento não havia informações sobre quando terá sido o momento de ruptura depois do qual os sambaquieiros teriam abandonado a coleta intencionada de conchas e construção dos montes. Essa informação Perota obterá localmente, na fase em que, como professor da UFES, consegue estabelecer datações mais precisas sobre o momento de mudança cultural (PEROTA; ASSIS, 1992).

Entretanto, o Sítio Campos II oferece a datação indicando o fim do período e a chegada dos grupos ceramistas agricultores, que comporá o cenário cultural da chegada portuguesa, no Espírito Santo do século XVI, composto dos falantes dos troncos linguísticos Macro jê e Tupi-guarani.

Os dados das pesquisas arqueológicas produzidas até o presente não possibilitam afirmar se o desaparecimento das culturas pré-cerâmicas foram motivadas pelo movimento mais belicoso dos grupos ceramistas, seguido da posse gradual do território e subsequente extermínio de população, ou se no processo de expansão ocorreu a assimilação “pacífica” e intensiva dessas populações ou se ocorreram ambas as situações, levando ao etnocídio (GASPAR, 2000).

Figura 20: Estampa-34 do primeiro relatório geral do Espírito Santo, foto em preto e branco, onde se vê artefatos líticos e ósseos.

Fonte: Perota (1971a).

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani, Eduardo Pereira Matheus.

5.2.2 Período Cerâmico

Nos primeiros anos do PRONAPA foi estabelecido o marco temporal de 1500 AP como o fim do período pré-cerâmico e início do cerâmico, apresentado como resultado de constantes rotas migratórias, por meio dos grandes rios, esses grupos ceramistas teriam se estabelecido,

primeiramente, povoando e expandido para outras áreas, ocupando zonas agricultáveis (leitos de rios), nos antigos territórios das populações pré-ceramistas do litoral e interior, como ocorrera em todo território definido como faixa litorânea. Entretanto, resultados da seriação Ford possibilitaram a elaboração de hipóteses sobre rotas de movimentação migratória dentro do território e de pressão cultural entre grupos em conflito. Nesse sentido, a arqueologia buscava o entendimento da dispersão da agricultura nas terras baixas da América do Sul, sendo assim, o período cerâmico destacado e o material cerâmico mais valorizado que os demais.

Os trabalhos de seriação foram concentrados na região do litoral norte capixaba. Para essa região foram traçadas rotas de dispersão para o Espírito Santo e estabelecidas quatro tradições com suas respectivas fases (**Figura 21**).

Figura 21: Distribuição dos sítios na região central e litoral norte capixaba. Representação dos sítios-tipo' e sua relação com as fases arqueológicas.

Fonte: Perota, 1974.

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Tradição Tupiguarani. A primeira cerâmica arqueológica correlacionada a grupos indígenas históricos foi a Tupiguarani, desde a década de 1940, pela pesquisa amadora de Aldemar Neves. Nos relatórios, Orssich relaciona a cerâmica pintada com os grupos falantes da língua tupi-guarani do litoral.

Apesar da carga histórica que trazia a cerâmica tupi-guarani e da fácil possibilidade de correlação dos grupos etnográficos com os vestígios arqueológicos, o programa optou por manter uma diferenciação entre o material arqueológico e o dado etnográfico, mantendo o termo Tupiguarani, como era de tradição arqueológica. Para o grupo linguístico se manteve o hífen (tupi-guarani).

O PRONAPA estuda pelo método Ford a cerâmica e o lítico da Tradição Tupiguarani e a partir de suas características estabelece três fases. As três fases da Tradição Tupiguarani para o Estado do Espírito Santo são: **Cricaré, Tucum e Itabapoana**. Somente a fase Itabapoana não foi atribuída por Perota nesse momento, mas por Odemar Dias Jr, no território fluminense. Sua menção aqui se dá por sua área de influência atingir ao território espírito-santense, no extremo sul, no vale do rio Itabapoana fronteira político-administrativa entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A **Fase Cricaré** – A sub-tradição pintada foi assim denominada devido à localização dos primeiros sítios às margens ao rio Cricaré, pertencendo ao complexo hidrográfico do rio São Mateus. Os grupos que desenvolveram essa cultura habitaram entre os rios Doce e Cricaré além de partes do litoral sul, sendo a fase mais representativa da Tradição Tupiguarani no Espírito Santo e também a mais antiga. Em 1971, os sítios que foram inicialmente pesquisados para essa fase encontravam-se no rio São Mateus, entre 100 a 1500 metros das margens e dispersando material na superfície em 200 x 100 m de área.

Com maior desenvolvimento no Estado, a fase Cricaré apresentava uma maior variabilidade estilística em relação às demais fases da Tradição Tupiguarani. A reconstituição das formas apresentam tigelas, pratos, grelhas, urnas carenadas e peças de boca irregular. Após análise, a Fase Cricaré pode ser caracterizada, de maneira geral, como possuidora de uma cerâmica simples, pintada e com decoração plástica (**Figura 22**).

Os tipos cerâmicos são: Cricaré simples (tempero grosso), Cotaxé Simples (tempero fino), Cricaré vermelho, Cricaré pintado (pintura vermelha s/engôbo branco, vermelho e preto s/engôbo branco), Cricaré Corrugado Simples, Cricaré Corrugado Ungulado, Cricaré Inciso, Cricaré Escovado, Cricaré Ponteadado e Cricaré Entalhado (est.35). Percentualmente, o tipo Cricaré Simples predomina, enquanto que os tipos mais frequentes entre os decorados são o Cricaré Pintado, Cricaré Corrugado Simples e Ungulado. (PEROTA, 1971a, p. 154) (**Figuras 23 e 24**)

Figura 22: Croqui de formas cerâmicas reconstituídas dos Sítios Santa Julia de 1 a 6, da Tradição Tupiguarani, Fase Cricaré. Município de Santa Tereza, ES.

Fonte: Perota: 1972a.

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP, Eduardo Pereira Matheus.

Figura 23: Tradição Tupiguarani do Espírito Santo: Fase Cricaré.

Fonte: Adaptado de Mendonça Neto, 1997.
 Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
 Eduardo Pereira Matheus.

Figura 24: Estampa do relatório de 1971, cerâmica decorada da Fase Cricaré: A e C: Ungulado; B e D: Pintado; E e F: Corrugado leve; G: Escovado.

Fonte: Perota (1971b).

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

A Fase Cricaré é caracterizada pela presença de grandes urnas funerárias. Sobre a Fase Cricaré, após identificação tipológica, Perota estabelece a sequência dos tipos decorados com maior nível de popularidade:

Elaboramos para a Fase Cricaré uma sequência seriada, baseada na distribuição percentual dos tipos cerâmicos, seguindo tendência observada dos sítios onde foram realizados cortes estratigráficos. Os tipos bases na elaboração da sequência, foram os simples. No Cricaré Simples verificou-se

um aumento gradativo de sua popularidade, e , na sua parte superior da sequência observa-se a sua supremacia sobre os demais. O Cotaxé Simples aumenta de popularidade até a metade da sequência, vindo a diminuir e quase desaparecer na parte superior, com o Cricaré Pintado ocorre o inverso, tem boa popularidade na parte inferior da sequência, diminui na parte mediana, vindo aumentar na parte superior. Entre os tipos decorados plasticamente, o Cricaré Corrugado Complicado, o Cricaré Ungulado, o Cricaré Serrungulado e o Cricaré Entalhado são constantes em todas as coleções embora pouco populares. Os demais tipos aparecem esporádica e discretamente em partes da sequência (PEROTA, 1971a, p. 6).

Por sua vez, os estudos de popularidade da cerâmica estabelecem a rota migratória de dispersão dos sítios relacionados a essa fase no litoral norte. Entre os rios Doce e São Mateus encontra-se uma mobilidade clara:

Numa análise da disposição geográfica dos sítios da sequência, observou-se que os sítios situados no vale do rio Doce, figuram na parte inferior do gráfico, enquanto que os sítios do vale do rio São Mateus estão localizados na sua parte superior, o que sugere um movimento da fase no sentido sul-norte (PEROTA, 1971b, p. 6).

Em escala macro, a rota da Tradição Tupiguarani seguia um sentido norte-sul, pelo litoral da Bahia até o Espírito Santo, seguindo até o sul do Brasil. Entretanto, essas rotas, numa escala mais reduzida, possibilitaram identificar uma resistência de outros grupos relacionados à Tradição Aratu, indicando um ambiente de tensão territorial a ocupação gradativa do território pelo grupos vinculados à tradição Tupiguarani.

A Fase **Tucum**, da Tradição Tupiguarani possui uma escala de ocupação territorial e uma variedade estilística menor se comparada a Fase Cricaré Além dos atributos decorativos, a Fase Tucum foi caracterizada pela localização de seus sítios arqueológicos sempre próximos aos areais circundantes dos manguezais, da área da Baía de Vitória e em boa parte da faixa litorânea sul capixaba.

O principal sítio pesquisado para estabelecimento dessa fase encontra-se na comunidade de Tucum, município de Cariacica, ao fundo da Baía de Vitória. O sítio é cadastrado pela sigla ES-VI-16. As extensões dos sítios arqueológicos dessa fase possuem entre 500 x 200 metros a 300 x 300 metros. Uma datação de carbono 14 para a fase resultou em 1345 ± 70 (SI-836) A. D.

Essa fase apresentou pouca ocorrência de elementos decorativos – plástico e pintado – em termos quantitativos, havendo o predomínio da cerâmica simples. A dureza na escala Mohs variou entre 3 e 5, predominando a dureza 3.

Os tipos que aparecem nessa fase são: Tucum Simples (tempero grosso), Itapoca Simples (tempero fino), Tucum Vermelho, Tucum Pintado (vermelho sobre engodo branco e vermelho e preto sobre engodo branco) (*est. 37 a-b*), Tucum Corrugado Complicado (*est. 37 e-f*), Tucum Ungulado (*est. 37 c-d*), Tucum Escovado, Tucum Pinçado, Tucum Entalhado (*est. 37 h*) e Tucum Pontado. (PEROTA, 1974, p. 131) (**Figura 22**).

Para essa fase é registrada pouca incidência de fragmentos de urnas funerárias, predominando as tigelas e bacias, com bordas arredondadas e inclinadas para fora, além de peças retangulares e elípticas. A incidência de decoração plástica ou pintada é contabilizada em menos de 2% do total do material, entre esses, uma representação do tucum entalhado. O tucum simples e o tucum pintado são os mais frequentes (PEROTA, 1974) (**Figura 23**).

Figura 22: Tradição Tupiguarani: Fase Tucum.

Fonte: Adaptado de Mendonça Neto, 1997.

Figura 23: Detalhe de estampa contendo imagem fotografada em preto e branco de exemplares da cerâmica da fase Tucum: A e B: Pintado; E e D: Ungulado; E e F: Corrugado complicado; G: Borda perfurada; H: Entalhado.

Fonte: Perota (1974).
Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

A Fase **Itabapoana**, da Tradição Tupiguarani está no extremo sul do Espírito Santo, Vale do Rio Itabapoana. Foi pesquisada por Ondemar Dias Junior, no Vale do Rio Itapoana e no extremo sul da Bahia, como também por Celso Perota. Ondemar é quem propõe essa fase. A respeito dela, Dias Junior escreve:

(...) a decoração é variada e ocorre em menos de 30% do total. Entre as técnicas decorativas mais correntes encontramos: o escovado, bem característico; o ungulado tangente em linha, o corrugado complicado, pouco marcado; o corrugado espatulado, rudimentar; o ungulado, muito frequente e com as ungulações dispersas sobre a superfície indiscriminadamente; e também o acanalado. Entre as de menor ocorrência observamos o ponteadado (circular), o entalhado, o polido estriado (...), alguns cacos corrugados simples e digitados (DIAS JUNIOR, 1969, p. 123-124).

Essa fase não é mencionada nos relatórios e artigos escritos durante a vigência do PRONAPA (de 1968 a 1975), mas é apresentada posteriormente na monografia de história de Mozart de Mendonça Neto, co-orientada por Celso Perota, quando era professor do Departamento de Ciências Sociais da UFES.

Esta fase é mais recente do que a Cricaré. Seus sítios estão localizados nas proximidades de Vitória e no litoral sul do Rio de Janeiro. A característica da cerâmica dessa fase é a sua má elaboração. As urnas são raras não aparecendo mais peças carenadas. Essa fase corresponde a um período já dentro da história do Brasil pois as datações de C-14 a situa ao redor do ano de 1700. (MENDONÇA NETO, 1991, p. 26).

Essa fase da Tradição Tupiguarani no Estado do Espírito Santo é reconhecida como vestígio da história da pressão que o processo da colonização causou nos grupos indígenas, que mesmo estando “fora” do território dos aldeamentos jesuíticos, sofreram impacto.

Tradição Aratu. Os sítios dessa tradição arqueológica são por vezes confundidos com os da Tradição Tupiguarani. Entretanto, na medida em que a análise é aprofundada, identifica-se um padrão de sítio e de vestígios materiais diferentes. A identificação da Tradição Aratu apresenta como um dos principais marcadores culturais o tratamento com mineral grafita (tempero e superfície), além da manufatura de urnas globulares e piriformes:

A cerâmica contém abundante tempero de grafita e é do tipo simples, exceto pela ocorrência esporádica de incisão, modelados, roletes, não obliterados e corrugação. As formas dos vasos incluem jarros globulares verticais e urnas funerárias piriformes com 75 cm de altura e 60 cm de

diâmetro no ombro. Bifaces polidas são os únicos artefatos líticos até agora encontrados (PRONAPA, 1968, p. 18).

Os primeiros vestígios da Tradição Aratu são identificados no sul da Bahia no Sítio BANL-10. A Tradição Aratu tem sua distribuição geográfica desde a baía de Vitória (ES) até a foz do rio São Francisco e pelo interior pelos Estados da Bahia, Piauí e Goiás. (PEROTA; 1971b). No Espírito Santo essa tradição estende-se desde o Vale do Rio Mucuri até a região Central, na Ilha de Vitória, entre o litoral e o interior, não tendo sido encontrado nenhum sítio dessa tradição no litoral.

A Tradição Aratu apresenta a maior quantidade de fases arqueológicas, quatro ao todo, denominadas: Itaúnas, Jacaraípe e Guarabu. A fase Itaúnas foi a mais estudada.

A Fase **Itaúnas, da Tradição Aratu**, dispõe da maior distribuição e variedade cerâmica se comparada às demais da mesma tradição, principalmente no que se refere à decoração plástica. A Fase Itaúnas foi definida a partir do estudo de 20 sítios arqueológicos, distribuídos principalmente nos vales dos Rios Reis Magos, Piraquê-Açu, São Mateus, Itaúnas, Mucuri e na Bahia nos vales dos Rios Pardo e Itanhém. Os sítios arqueológicos maiores possuem entre 200 x 100 metros e os menores 30 x 30 metros (PEROTA, 1971b).

Perota define a tipologia e a morfologia do material cerâmico que caracteriza a Fase Itaúnas como: Itaúnas simples (tempero grosso), Jaguaré simples (tempero fino), Itaúnas grafitado (tempero e tratamento de superfície com grafita), Itaúnas corrugado, Itaúnas corrugado-ungulado, Itaúnas roletado, Itaúnas vermelho, Itaúnas inciso, Itaúnas ponteadado, Itaúnas escovado, Itaúnas entalhado e Itaúnas pintado (vermelho sobre engobo branco). As vasilhas apresentam formas piriformes globulares, esféricas, pratos e tigelas de meia calota (PEROTA, 1971b) (**Figuras 24, 25 e 26**).

A cerâmica da Fase Itaúnas ainda apresentou discos perfurados (rodas de fuso), alças, fragmentos de taipa e cachimbos tubulares. A única fase da tradição que recebe localmente um processo de análise de seriação faz-nos perceber que o movimento migratório da fase seguiu, assim como a Tupiguarani, o sentido norte-sul.

A sequência seriada que elaboramos para a fase Itaúnas foi baseada em dados estratigráficos de dois sítios arqueológicos e tem como norma a presença e distribuição dos tipos cerâmicos. Nesta seriação há indicação de um movimento da fase no sentido norte-sul. As datações de c-14 de A.D. 870 ± 90 (SI-142) e de A.D. 1360 ± 40 (SI-341) para os sítios da fase Aratu e a datação relativa que temos para o sítio ES-VI-4 da fase Itaúnas, também

mostra uma antiguidade dos sítios da fase Aratu do litoral e recôncavo baiano. (PEROTA, 1971b, p. 8).

Figura 24: Detalhe de Estampa 36, Fase Itaúnas: A-B: Corrugado ungulado; C: Corrugado 1 (leve); D-E: Roletado; F: Entalhado; G: Ungulado; H-I: Inciso; J: Asa aplicada; K-L: Fragmentos de cachimbo.

Fonte: Perota (1971a).

Editoração: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP, Eduardo Pereira Matheus.

Figura 25: Perfis de bordas e formas reconstituídas de vasilhas da Fase Itaúnas.

Figura 26: Tradição Aratu: Fase Itaúnas.

Fonte: Adaptado de Mendonça Neto, 1997. Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP, Eduardo Pereira Matheus.

O material lítico da Fase Itaúnas é composto por lascas de quartzo sem sinais de retoque, percutores (batedores) e machados polidos. Em um dos sítios (ES-VI-4) foi identificado um fragmento de vidro provavelmente utilizado como raspador com estocadura, provavelmente remontando aos primeiros séculos da presença portuguesa.

Foram obtidas duas datações de carbono 14 para a Fase Itaúnas, uma na região central, de 1730 ± 75 A.D. (SI-834) e outra, na região norte, de 1780 ± 75 (SI-829) A.D., remetendo ao período histórico. Esse último sítio estabelece relações com o sítio histórico de Nova Almeida, caracterizado como aldeamento jesuítico que iniciou suas atividades partir de 1610, quando começa a construção de residência da Companhia de Jesus.

Perota informa que a Fase Itaúnas apresenta um aumento dos cacos do tipo não decorado e a presença de material pintado intrusivo, vinculando a hipótese de ser material resultante do contato frequente com os grupos Tupi.

A Fase **Jacaraípe**, da Tradição Aratu, é a segunda fase mais estudada, apesar de sua pouca ocorrência. Foi identificada a partir de dois sítios localizados na região de Carapina, município da Serra, região da Grande Vitória. O ambiente em que se desenvolve essa fase são as zonas alagadas e de mangues. Pela pouca frequência de sítios, não foi realizada uma análise de seriação dos conjuntos materiais cerâmicos.

Os sítios encontravam-se a menos de 1 km da costa, com dimensão de 500 x 200 metros. O refugio dos sítios apresentou até 25 cm de profundidade. Uma das características da Fase Jacaraípe foi a ausência de urnas funerárias e de grafita no tratamento da cerâmica. O antiplástico é composto por fragmentos de quartzo, hematita e cerâmica triturada. A variedade de seu antiplástico apresenta-se como:

jacaraípe simples (tempero grosso), piraem simples (tempero fino), jacaraípe vermelho, jacaraípe corrugado simples (est. 39 a-b), jacaraípe corrugado ungulado, (est. 39 c-e), jacaraípe corrugado pontado (est. 39 h), jacaraípe roletado (est. 39. f-g) e jacaraípe ungulado (est. 39 i-j) (PEROTA, 1974, p. 133).

Os sítios apresentaram tigelas pequenas, recipientes globulares e cônicos, sempre em pequena dimensão. Duas datações de C-14 foram obtidas para a Fase Jacaraípe: 1345 A.D. (SI-836) e 1350 A.D. (SI-1180). As indústrias líticas apresentaram núcleos e lascas em calcedônia e quartzo. (PEROTA, 1974) (**Figuras 27 e 28**).

Figura 27: Cerâmica da Fase Jacaraípe: a-b: corrugado simples; c-e: corrugado ungulado; f-g: roletado; h: pomteado; i-j: ungulado

Fonte: Perota: 1974.

Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Figura 28: Tradição Aratu: Fase Jacaraípe

Fonte: Adaptado de Mendonça Neto, 1997.
Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Os sítios da Fase **Guarabu**, da Tradição Aratu, foram identificados no médio rio São Mateus, Vale do Rio Cricaré. Os sítios foram cadastrados com aproximadamente 200 metros de comprimento por 70 metros de largura, em elevações topográficas mais acentuadas, sem muita proximidade do rio. Essa foi uma fase muito pouco estudada, havendo apenas uma breve caracterização tipológica descritiva, sem ocorrência de datações de c-14.

Os tipos, Guarabu simples (tempero grosso), Timbuí simples (tempero fino), Ouricuri simples e Guarabu vermelho são os que aparecem. Tivemos que denominar Ouricuri simples, a uma parcela de cacos que receberam um revestimento de argila muito fina quando do acabamento da peça. Em certos casos esta camada chega a 2 mm de espessura e se encontra geralmente na face externa. O percentual de Timbuí simples predomina sobre as demais. (PEROTA; 1971a, p. 152).

O antiplástico utilizado foi quartzo e cerâmica bem triturados apresentando boa compactação e bom tratamento de superfície. As formas dos vasilhames em geral são piriformes com suas bordas inclinadas para dentro, além de peças cambadas e formas arredondadas (**Figuras 29 e 30**).

Figura 29: Tradição Aratu: Fase Guarabu.

Fonte: Adaptado de Mendonça Neto, 1997.
Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Figura 30: Formas da cerâmica Aratu no Espírito Santo em todas as fases.

Fonte: PRONAPA, 1968, p. 19.

Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Tradição Una – Das tradições essa é a menos estudada regionalmente. A fase dessa tradição denominada de Tangui tem seu campo de investigação delimitado no entorno da baía de Vitória, principalmente entre as bacias dos rios Jucu e Santa Maria, contando com um sítio mais ao interior em gruta calcária no município de Castela, (Sítio ES-CI-1). Apesar de sua

ampla interiorização na Serra do Mar e seu modelo de assentamento estar em muito relacionado a afloramentos rochosos e grutas, do Espírito Santo, sua manifestação foi investigada mais na região litorânea. A maioria dos sítios foram identificados em abrigos rochosos.

Essa fase foi estudada no norte fluminense por Ondemar Dias Junior. Os resultados propiciaram estabelecer um correlato com os sítios do Rio de Janeiro. Uma das características da tradição é apresentar *in situ* uma maior quantidade de material lítico lascado em relação ao material cerâmico, sendo a fase de menor abundância entre as das tradições identificadas no Espírito Santo (**Figura 31**).

Figura 31: Material lítico encontrado em abrigo sob rocha, Sítio ES-VI-1. No artefato de numeração 1, posteriormente, Perota reavalia sua interpretação e o identifica não como artefato do período pré-histórico, mas como uma pederneira de mosquete. Provavelmente o local também fora utilizado por caçadores ou militares no período histórico.

Fonte: Perota, 1970a.

Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Os sítios dessa tradição foram caracterizados em dois tipos: sítios a céu aberto, em formato circular com 250 metros de diâmetros e sítios em grutas com pouca área de ocupação (sem detalhamento das dimensões), onde estimou que “não chegam a abrigar 10 pessoas” (PEROTA, 1974, p. 136).

No estudo desses sítios não foi utilizada a seriação, apenas uma caracterização tipológica e a reconstituição gráfica de formas vasilhas a partir de fragmentos de borda.

A cerâmica tem como método de manufatura o acordelamento, notando-se algumas bases modeladas. O antiplástico é o quartzo, hematita e a mica. A cor preta-marrom escura domina tanto na superfície como nos núcleos. A oxidação sempre foi incompleta. O alisamento com seixo ou feixes de capim deixou estrias muitas vezes profundas. Somente 4 tipos cerâmicos foram definidos: o Jucu simples (tempero grosso), Tangui simples (tempero fino), Jucu polido estriado e Jucu vermelho (PEROTA, 1974, p. 134).

A espessura das paredes das vasilhas, da Fase Tangui variou de 4 a 11 mm predominando 6 a 8 mm. Em dois abrigos foram coletados dois fragmentos cerâmicos com asa corrugada, o que suspeitou-se material intrusivo de origem tupiguarani. Seis formas de vasilhames foram reconstituídas graficamente, geralmente globulares, tigelas fundas e rasas (**Figuras 32 e 33**).

Figura 32: Contornos e formas da Tradição Una, Fase Tangui no Espírito Santo.

Fonte: Perota, 1970a, p. 48.

Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Figura 33: Tradição Una: Fase Tangui.

Fonte: Adaptado de Mendonça Neto, 1997.
Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

Figura 34: Reconstituição gráfica geral da Tradição.

Fonte: Perota, 1972a.

Arte gráfica: Laboratório de Arqueologia Guarani/FCT/UNESP,
Eduardo Pereira Matheus.

O PRONAPA identificou no Espírito Santo quatro tradições arqueológicas. Nessa fase a de maior expressão foi a Tupiguarani (1968 a 1975). Depois da década de 1980, segundo informação oral de Perota, o quadro da arqueologia do Espírito Santo modificou-se. A partir dessa década verificou-se uma maior quantidade de sítios da Tradição Aratu.

Figura 37

CONCLUSÃO

A partir da década de 1990, o Estado do Espírito Santo revive um ‘boom’ de projetos de arqueologia. Esses projetos, no entanto, longe de serem acadêmicos, estão ligados aos licenciamentos ambientais, definidos também como arqueologia de contrato, preventiva empresarial. Muitas empresas de consultoria especializadas em levantamentos ambientais incorporam arqueólogos em seu quadro de consultores, produzindo um número significativo de relatórios de pesquisa.

Nesses projetos, que reúnem uma grade ampla de pesquisadores provenientes de diferentes instituições, identificam-se, em análise prévia, orientações teórico-metodológicas distintas. Uma caracterização desses projetos é dificultada pela ausência de instituições de pesquisa local que reúnam um corpo de pesquisadores para avaliar e refletir sobre esse volume de informações gerado até o presente.

A partir dos anos 2000, com a identificação da precariedade do acervo arqueológico discutido nessa dissertação, a mobilização de arqueólogos locais e a Superintendência do IPHAN/ES, uma reestruturação de uma arqueologia capixaba vem sendo estabelecida. Identificamos que, em sua essência, o momento da arqueologia capixaba é de reestruturação. Entendendo que a recuperação desse acervo se configura como parte do processo de recuperação da própria arqueologia.

Como foi amplamente discutido, buscou-se uma sistematização através da estruturação de uma base de dados e por meio da elaboração de uma síntese histórica, problematizando-se o desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Estado do Espírito Santo assim como os modos de acumulação desse acervo. Observou-se que, no caso do Espírito Santo, a não integração do indígena na historiografia oficial reflete na valorização desse acervo localmente.

Assim, elaborou-se nos capítulos 3 e 4 um resgate histórico sobre a acumulação desse acervo e a inserção do indígena na história do Espírito Santo como instrumento explicativo para seu abandono e depredação ocorridos no final da década de 1990. Havendo, por sua vez, no processo de abandono e depredação uma relação entre a maneira como foi construída a história do indígena na sociedade capixaba e o estabelecimento do patrimônio arqueológico pré-colonial como um bem cultural.

As políticas de invisibilização trabalharam no sentido de encarar a história indígena como uma história paralela a história de “fato” do estado do Espírito Santo. Mesmo assim, problema do patrimônio arqueológico capixaba não se resume ao problema da inserção do indígena na história e território. O fenômeno do abandono e depredação transcende as questões específicas do problema de como foi construída a história indígena no Brasil e não ocorre somente devido à ausência de locais de memória, embora entendamos que esses dois fatores causaram a depredação do patrimônio arqueológico do Espírito Santo.

O foco na argumentação histórica como principal argumento explicativo para a depredação desse bem cultural, não vem negar a atuação de outros fatores que permeiam na “baixa monumentalidade” do patrimônio arqueológico pré-colonial capixaba.

A hipervalorização do elemento europeu na formação da cultura capixaba é identificada desde os primeiros séculos da colonização até o presente. Tendo isso em conta, mesmo o patrimônio cultural de origem europeia sofreu ampla depredação como a “reconstrução” do centro da capital Vitória, demolindo-se boa parte das edificações de origem colonial entre as décadas de 1910 e 1920, com o intuito de marcar a nova ordem republicana.

Numa reflexão sobre os espaços de memória do índio, o único símbolo da presença indígena monumentalizado em espaço público na capital⁶⁰ é a estátua de Araribóia, figura contraditória, por representar a aliança entre portugueses e diversos tupinambás Temininó.

A representação da estátua de Araribóia marca o acordo bem-sucedido que consolidou o poderio colonial português, renovando uma dependência e fragilidade social no passado e não a figura do indígena em si. Fica obscuro ainda o fato de que, apesar de quase a totalidade dos monumentos coloniais do Espírito Santo terem sido construídos com mão de obra indígena, nenhuma referência a eles fica mencionada.

A título de esclarecimento, destacamos que a preservação do nosso patrimônio tem se dado de forma fragmentada, norteadas por uma política de “pedra e cal”, dissociada de uma proposta de preservação de cunho antropológico e social, onde, na seleção dos acervos, tem se priorizado a produção cultural de determinadas segmentos da sociedade, como é o caso dos bens culturais produzidos pela Igreja Católica e pela aristocracia rural, seleção esta realizada de forma impositiva e paternalista. (SANTOS, 1993, p. 54).

⁶⁰ Sobre Araribóia há também uma pintura de Levino Fanzeres intitulada “Partida de Araribóia”, de 1910, que retrata a partida do chefe Temininó para a guerra contra os franceses e os Tamoio na Baía de Guanabara, no século XVI, destacando-se no quadro, ainda, a figura de José de Anchieta abençoando a campanha. (LOPES, 1997).

Por sua vez, a importância desse acervo restaurado traz novas perspectivas nessa discussão histórica. Além de possibilitar uma revisitação para pesquisas acadêmicas, esse acervo oferece a criação de um espaço de memória importante, ampliando o aparato didático e o recurso para inserção de fato do indígena a história local e nacional. Não se considera o indígena como uma história paralela, mas o índio na construção de uma história cultural de fato, que continua atuando até o presente. Para citar novamente Santos (1993):

A análise do passado, a utilização dos acervos preservados como recurso didático, objetivando a integração do indivíduo em seu meio, de forma dinâmica e reflexiva não tem sido uma prática efetivada por nossas instituições educativas e culturais. (SANTOS, 1993, p. 57).

Com esse trabalho esperamos contribuir para a continuação do restante do acervo geral existente na reserva técnica do IPHAN/ES, e para um referencial metodológico para outras coleções, caso se encontrem em situação semelhante. Com a reorganização de parte desse acervo, recolocado como documento guardado e protegido, reincorporado no debate acadêmico, possibilitamos a sua inserção na memória coletiva e no horizonte cultural da sociedade capixaba.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. C. **Um olhar sobre a arqueologia do Estado de São Paulo**. São Paulo: Tese (Livre-Docência) do Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, 2005.
- ALMEIDA, M. R. C. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALVARENGA, L. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault – traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**. Scielo. Vol. 27. Brasília Sept. 1998. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651998000300002&script=sci_arttext <Acessado em 29/03/2011>.
- AZEVEDO, A. M. **Introdução**. In: CARDIM, F. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Hebra, 2009.
- ANCHIETA, J. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Ancheita, S. J. Cartas Jesuítas III. (1554-1594)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1933.
- _____. **A arte da gramatica da lingoa mais falada da costa do Brasil pelo padre Joseph de Anchieta da Companhia de IESU**. Coimbra, 1595.
- ANDERMANN, J. **Espetáculos da diferença: a exposição antropológica brasileira de 1882**. **Rev. TOPOI**. n. 9. Volume 5. Junho – Dezembro de 2004.
- ATHAYDE, A. A semantica do vocabulo indigena capichaba. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo Vitória**, n. 9, 1935.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista da USP**. São Paulo, 1999-2000.
- BASTOS, R. L. **Uma arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas**. São Paulo: IPHAN, 2010a.
- BASTOS, R. (org). **Normas e gerenciamento do patrimônio arqueológico**. São Paulo: IPHAN, 2010b.
- _____. (org). **Patrimônio: Atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.
- BAYER, P. T. **Meine Reise in den Brasilianischen Tropen**. Berlin: Ed. Dietrich Reimer, 1897.
- BITTENCOURT, G. **A vida dos documentos – O documento pioneiro da historiografia capixaba: Informação que Francisco Manuel da Cunha deu sobre a Capitania do Espírito Santo em 1811**. In: **Notícias do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1989.

BRUNO, M.C. **As expedições no cenário museal. “Expedições São Paulo 450 anos”**: uma viagem por dentro da Metrópole. São Paulo: 2004.

_____. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 293-313, 1996.

BEVILACQUA, G. M. F. **Banco de dados e informação de arquivos: pressupostos teóricos e aplicação de técnicas**. São Paulo: Dissertação (mestrado) em História Social/USP, 2010.

BOTTALLO, M. As coleções de Arqueologia pré-colonial do MAE/USP: um exercício de documentação **Museológica. Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 8: 257-268, 1998.

_____. A gestão documental do patrimônio arqueológico e etnográfico. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n.6, p. 287-292, 1996.

BELTRÃO, M. C. **Pré-história do Estado do Rio de Janeiro**: Forense Universitária, 1978.

BROCHADO, J. P. (et al). **PRONAPA. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o programa nacional de pesquisas arqueológicas. Publicações avulsas n12**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1968.

CARLAN, C.,U. Arqueologia e patrimônio: os acervos dos museus e sua importância. **Arqueologia pública**. n°. 5. Campinas; 2012.

CARDIM, F. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Organização Ana Maria de Azevedo. São Paulo: Hebra, 2009.

_____. **Narrativa episcopal de uma viagem de missão jesuítica pela Bahia, Ilheus, Porto Segura, Pernambuco, Espírito Santo, São Vicente (São Paulo), etc, desde o ano de 1583-1590, indo por visitador o p. Chirstovam de Gouvea escrita em duas cartas ao Provincial de Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

COSTA, C. R. **Introdução. In: O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua Viagem ao Brasil (1815-1818)**. São Paulo: Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História-USP, 2008.

COSTA, H. A. V. **Início da Institucionalização da Arqueologia no Espírito Santo (1966 a 1968)**. **Revista Topos 2011 Volume 5 N1**.

_____. **Relatório de diagnóstico não-interventivo (Levantamento de Potencial Arqueológico) para Plano de Manejo da Reserva Ecológica dos Manguezais de Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim- Aracruz**. Vitória, 2009. (Relatório Final).

_____. **Relatório Parcial 5 do Tratamento do Acervo Arqueológico do Espírito Santo:** “Coleção Celso Perota”. Vitória: 21º SR/IPHAN, 2006.

_____. **Relatório Parcial 4 do Tratamento do Acervo Arqueológico do Espírito Santo:** “Coleção Celso Perota”. Vitória: 21º SR/IPHAN, 2005.

CHMYZ, I. **Terminologia Arqueológica Brasileira para Cerâmica I e II.** Curitiba: UFPR, 1966.

CUNHA, M. C. **História dos Índios do Brasil.** 2º edição. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2009.

CUNHA, S. **História odontológica do Brasil.** Rio de Janeiro: 1952.

_____. **Afecções alvéolo-dentárias da população do Sambaqui do Pau Seco.** Vitória – ES. In: Jornada Fluminense de Odontologia Prof. Coelho Souza, 5. Niterói. Anais, p. 49-62.

_____. **Sambaquis de Vitória.** In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 20. São Paulo. Resumos Ci. Cult., São Paulo, 20 (2): 455 – 456. 1968

_____. **Polidores neolíticos de Espírito Santo (Brasil).** In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 22. Bahia. Resumos Ci. Cult., São Paulo, 22: 133-54, 1970.

CEMITÉRIOS PURI-COROADO. **Documentário.** TVE, 1979d.

CERÁVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. **Tratamento e organização de informações documentárias em museus.** *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, v.1, n.10, p. 241-253, 2000.

DIAS, A.S. **Um Projeto para a Arqueologia Brasileira:** o contexto histórico da implementação do PRONAPA. *Rev. do CEPA*, Santa Cruz do Sul, 19(22): 25-39, mar. 1995.

_____. **A Repensando a Tradição Umbu a partir de um estudo de caso.** Porto Alegre: Dissertação (Mestrado) em História. Área de concentração em arqueologia, 1994.

D’ZAMBUJA, J. B. N. **Relatório de Presidente de Província da Espírito Santo.** Vitória: Typographia Capitaniense, 1852.

DE BLASIS, P.A.D; MORALES, W.F. O potencial dos acervos antigos: recuperando a coleção 030 do Museu Paulista. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 7:111-131, 1997.

DREYER, D. **Cepa comemora 50 anos de atividades.** 28/09/2009. <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/201593/>. <Acessado em 30 de fevereiro de 2010>.

DEBRET, J.B. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

ESTIGARRIBIA, A. Índios do Rio Dôce. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, n. 7, p. 12-52. 1937.

FERREIRA, L. M. “Um bando de idéias novas” na Arqueologia (1870-1877). **Rev. Do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 11: 21-33, 2001.

FORD, J. **Método cuantitativo para estabelecer cronologias culturales**. Washington: UNION PANAMERICANA, 1962.

FREITAS, E.B. A construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia. Labirinto – **Revista eletrônica do centro de estudos do imaginário**. <http://www.cei.unir.br/artigo103.html> <acessado em 29 de abril de 2013>

FUNARI, P.P. Arqueologia Brasileira: visão geral. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Issue 1. Campinas: EdUnicamp, 1994

GASPAR, M. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

GANDAVO, P. M. **História da Província de Santa Cruz**. Organização Ricardo Martins Valle. São Paulo: Hebra, 2008.

GAGLIARDI, J. **O Indígena e a Republica**. São Paulo: EdUSP, 1989

GORGIO, I; ROSA, L.B.R.A; PACHECO, R. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento (1810-1960)**. Vitória: Edufes, 1996.

HARTT, C. F. **Sobre os Botocudos**. In: **Geologia e Geografia Física do Brasil**. São Paulo/Rio/Recife/Porto Alegre, 1941. <acessado em: www.brasiliana.com.br 18/11/2011>

HEMMING, J. **Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros**. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EdUSP, 2007.

HOLANDA, S. B. Cap. 7. Paraíso perdido. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IHERING, H. V. A questão dos índios do Brasil. **Rev. do Museu Paulista**. Vol. VIII. São Paulo; Typographia de São Paulo, 1911.

_____. O Museu Paulista em 1899 e 1900. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5, 1902.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. **Relatório final. Volume I. Atualização de Cadastro de Sítios Arqueológicos no Estado do Espírito Santo.** Vitória: Rheia Estudos e Projetos; 21º SR/IPHAN, 2008.

_____. **Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

LAMING-EMPERAIRE, A. **Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul.** Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1967.

LANGER, J.; SANTOS, S.F. Império selvagem: a arqueologia e as fronteiras simbólicas da nação brasileira (1850-1860). **Dimensões: revista de história da UFES.** N°14; Vitória, 2002.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Livros II, III e VIII.** BH/RJ: Itatiaia, 2000.

LEONARDOS, O. H. **Concheiros e sambaquis.** Minist. Agric. Dep. Nac. Prod. Mineral. Serviço de Fomento de Produção Mineral – avulso 37 – 1938.

LOPES, A.S. **Arte no Espírito Santo do século XIX à Primeira República.** Vitória: Ed. do Autor, 1997.

LUCIANI, F. T. Introdução. In: SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Organização Fernanda Trindade Luciani. São Paulo: Hebra, 2010.

MAGALHÃES, D.J.G. Os índigenas do Brasil perante a História: memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. **Rev. Trimestral do IHGB, tomo XXIII,** vol. 23, Rio de Janeiro, 1860.

MARQUES, J.C. **Dicionário histórico e estatístico da província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878

MEGGERS, B. **América pré-histórica.** Tradução de Eliana Teixeira Carvalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MEGGERS, B ; EVANS, C. **Como interpretar a linguagem cerâmica.** Tradução de Alroino B. Eble. Washington DC: Smithsonian Institution, 1970.

_____. **Guia de prospecção arqueológica no Brasil.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1962.

MICHEL, J. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede,** Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010.

MOREIRA, V. M. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da Vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. **Dimensões: revista de história da UFES**. Nº14; Vitória, 2002.

_____. A produção histórica dos ‘Vázios Demograficos’: guerra e chacina no vale do rio doce (1800-1830). **Revista de Semestral do Departamento de História**, n 9, EDUFES, 2001.

MORAIS, J. L. Reflexões acerca de uma arqueologia preventiva. **Patrimônio: Atualizando o debate**. São Paulo: IPHAN, 2006.

_____. **Arqueologia da Região Sudeste**. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, p. 194-217, 2000.

MONTEIRO, J. M. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Campinas: Tese de Livre Docência, Departamento de Antropologia - Unicamp, 2001.

MORAIS FILHO, M. **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro: Typhografia de Pinheiros & C, 1882.

MENDONÇA NETO, M, M.,. **Pré-história do Espírito Santo: o período cerâmico**. Vitória: monografia defendida no Departamento de História da UFES, 1991.

NASCIMENTO, R. A. D. **Sistema de numeração em museologia**. http://www.mestrado-museologia.net/textos_rosana.htm <acessado em 9/11/2011>.

NEVES, A. C. R. **Ensaio de Sociologia, Etnographia e Critica**. Petrópolis: Typographia das Vozes de Petropolis, 1931.

NEVES, A. **Cerâmio de Sapucaia**. **Revista do IHGES**. (15). Vitória, 1943.

NEVES, W. **Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas**. São Paulo: Cortez, 1996.

NEVES, L. G. Santos. **Origem da historiografia capixaba**: informação do capitão-mor Inácio João Monjiardino ao governador da Bahia sobre a capitania do Espírito Santo, datada de 11 de julho de 1790. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**. N 53. Vitória. Ano 2000.

NOELLI, F. S. **Resenha do livro de MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang. A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. 2ª ed revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009. 301 p. **Revista de História Regional** 15(2): 280-282, Inverno, 2010

NOELLI, Francisco Silva; MENEZES, Lucio. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. **História, Ciências e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 14, n 4, p. 1239-1264, set.-dez. 2007.

PACHECO, R. Notas sobre os Botocudos. **Revista do IHGES**, n. 17, Vitória, 1957.

PARAISO, M. H. Os botocudos e sua trajetória histórica. **História dos Índios do Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2009.

_____. O lugar do Índio. **O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios nos Sertões do Leste**. Vol. 5. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social/USP, 1998.

PEIXOTO, J.R. Novos estudos craniológicos sobre os botocudos. **Rev. Archivos do Museu Nacional**, vol. VI, Rio de Janeiro; 1885.

PEROTA, C; ASSIS, V. **O Sítio Areal. Estudo da pressão ambiental sobre a população pré-histórica do litoral do Estado do Espírito Santo**. **Rev. de Cultura da UFES**. Vitória: EDUFES, 1993.

_____. **As Dunas de Itaúnas**. Vitória: UFES, 1991.

PEROTA, C. Tradição Tupiguarani no Estado do Espírito Santo. **Estado da arte e pesquisas arqueológicas sobre a tradição Tupiguarani**. Juiz de Fora: EDUF JF, 2009.

_____. “Traficantes de Técnicas” ou Construtores de Modelos: trajetória e a visão de um arqueólogo que iniciou sua formação no CEPA. **Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**. N. 4. Curitiba; 2007.

_____. **Os índios de Aracruz**. Vitória: 1995.

_____. **Relatório de Campo. Programa Nacional de Pesquisa da Bacia Amazônica**. Vitória: CNPq – SPHAN – UFES, 1990.

_____. **Os primeiros habitantes e a Missão Jesuítica. Reis Magos**. Patrimônio Cultural Brasileiro. Vitória. 1988.

_____. **Programa de prospecção arqueológica na Igreja de Reis Magos/Serra-ES**. Vitória: UFES, 1985.

_____. Evolução da paisagem e transição cultural. Estudos de arqueologia no litoral do Estado do Espírito Santo. **Anais do 1o. Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**. Porto Alegre. 1987.

_____. **Relatório de Campo. Programa Nacional de Pesquisa da Bacia Amazônica**. Vitória: CNPq – SPHAN – UFES, 1982.

_____. **Sítio Monsarás.** São Paulo: Dissertação (mestrado) em Antropologia Social /USP, 1979a.

_____. A Comunidade indígena de Caieiras Velhas. **Revista de Cultura da UFES. Edição Especial**". Ano I. N. II. Vitória. 1979b.

_____. **Relatório de Campo. Programa Nacional de Pesquisa da Bacia Amazônica.** Vitória: CNPq – SPHAN – UFES, 1979c.

_____. **Relatório de Campo. Programa Nacional de Pesquisa da Bacia Amazônica.** Vitória: CNPq – SPHAN – UFES, 1978.

_____. **Relatório de Campo. Programa Nacional de Pesquisa da Bacia Amazônica.** Vitória: CNPq – SPHAN – UFES, 1977.

_____. As datações do C-14 dos sítios arqueológicos do Espírito Santo. **Rev. da Cultura. UFES.** Vol. IV. Numero 6. Vitória, junho de 1975.

_____. **Resultados preliminares sobre a arqueologia da região Central do Estado do Espírito Santo.** PRONAPA 5. Resultados Preliminares do 5. Ano (1969-1970). Publicações Avulsas 26:127-140. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1974.

_____. **Contribuição a arqueologia de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo.** **Boletim do Museu de Arte e História.** Antropologia. 1. Vitória. 1972a.

_____. **O Sítio arqueológico "Campus 2".** **Revista de Cultura da UFES.** Vol .III. nrs. 1 e 2. Vitória. 1972b.

_____. **Dados parciais sobre a arqueologia Espírito-Santense.** PRONAPA 4. Resultados Preliminares do 4. Ano (1968-1969). Publicações Avulsas 15:149-162. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1971a.

_____. **Considerações sobre a tradição aratu nos Estados da Bahia e Espírito Santo.** **Boletim do Museu de Arte e História.** Arqueologia. Vitória, (1): 1-12, set. 1971b.

_____. A fase Cricaré – um horizonte tardio da tradição tupiguarani no Estado do Espírito Santo. In: **Revista do CEPA,** Curitiba, 1971c.

_____. Abrigo sob rocha “Mestre Alvo”. **Revista de Cultura da UFES.** Vitória, 1970a.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 10.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970b.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 9.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970c.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 11.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970d.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 12.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970e.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 13.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970f.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 14.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970g.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970h.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 19.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970i.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CI 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970j.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-SM 2.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970l.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 12.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970m.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 13.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970n.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 14.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970o.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 15.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970p.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 16.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970q.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 17.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970r.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 15.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970s.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-AF 2.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970t.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-AF 3.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970u.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-AF 4.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970v.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-AF 6.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970x.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-AF 7.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970z.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 3.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970aa.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 4.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970ab.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 5.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970ac.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 6.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970ad.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 7.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970ae.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 8.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970af.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 17.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970ag.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 18.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1970ah.

_____. **Catálogo do acervo arqueológico do Museu de Arte e História da Universidade Federal do Espírito Santo.** Datilografado e manuscrito. Vitória: 1970ai.

_____. **A ocorrência da cerâmica de “Tradição Una” no Espírito Santo.** Anais do III simpósio de Arqueologia da área do Prata e Adjacências. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1969a.

_____. **Observações sobre os sambaquis do Espírito Santo** – (mimeografado). Curitiba: CEPA, 1969b.

_____. **Relatório de atividades arqueológicas a Diretoria do Museu de Arte e História da UFES.** Vitória: MAH/UFES, 1969c.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-GU 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969d.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 11.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969e.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-GU 2.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969f.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 4.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969g.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 5.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969h.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 6.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969i.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 7.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969j.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 9.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969l.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 10.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969m.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 8.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969n.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-VI 2.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1969o.

_____. **Mapa de divisão regional para cadastramento de sítios arqueológicos:** elaborado e desenhado por Celso Perota com dados geográficos do IBGE. Vitória: Museu de Arte e História da UFES, 1968.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968a.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-LI 2.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968b.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CO 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968c.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CO 2.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968d.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CO 3.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968e.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CO 4.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968f.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CO 6.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968g.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CO 7.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968h.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-EC 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968i.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-EC 2.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968j.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-CO 5.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968l.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-SM 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968m.

_____. **Ficha de cadastro de sítio arqueológico ES-AF 1.** Vitória: Museu de Arte e História do Espírito Santo/UFES, 1968n.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira.** Brasília: EdUnB, 1992.

POMPA, C. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

OLIVEIRA, J. T. de. **História do Estado do Espírito Santo.** 3 ed. Vitória: Arquivo Publico do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA FILHO, J.P. **Ensaio de antropologia histórica.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

ORSSICH, A. S. **Relatório Arqueológico do Espírito Santo. Rev. de Cultura da UFES.** Vitória, (20): JUN/JUL/1982.

_____. **Inventário dos Monumentos de Arqueologia.** Vila Velha: Ofício datilografado ao DPHAN, 29 de março de 1966a.

_____. **Relatório n° 15.** Sobre segunda excursão a Santa Julia, município de Santa Teresa do dia 27 a 30 de dezembro. Vila Velha, 31 de dezembro de 1966b.

_____. **Relatório n° 14.** Sobre excursão a Santa Julia município de Santa Teresa feita nos dias 20 a 24 de dezembro de 1966c.

_____. **Relatório n° 13.** Sobre excursão para Baixo Guandu, Alto Mutúm e Mascarenha nos dias 17 a 19 de outubro de 1966. Vila Velha, 23 de outubro 1966d.

_____. **Relatório n° 12.** Sobre uma excursão a para Colatina, São Gabriel da Palha, Pancas e Águia Branca nos dias 3 a 7 de junho de 1966. Vila Velha, 11 de junho de 1966e.

_____. **Relatório n° 11.** Sobre excursão arqueológica para Baixo Guandú, São Domingos e Águia Branca nos dias de 3 a 10 de maio 1966f.

_____. **Relatório n° 10.** Sobre investigação de murundus na Barra do Jucu nos dias 27 a 29 de abril. Vila Velha, 30 de abril de 1966g.

_____. **Relatório n° 8.** Sondagem feita no sítio arqueológico na fazenda Lehun do distrito de São Domingos, município de São Domingos. Vila Velha, 23 de março 1966h.

_____. **Relatório n° 7.** Referente a sondagem num sítio arqueológico no valle do córrego da onça no município de São Gabriel da Palha. Vila Velha, 15 de março de 1966i.

_____. **Relatório n° 6.** Sobre uma excursão a para Colatina, São Gabriel da Palha nos dias 8 a 15 de março de 1966. Vila Velha, 18 de março de 1966j.

_____. **Relatório n° 5.** Sobre uma excursão a para Colatina, São Gabriel da Palha e Pancas nos dias 1 a 5 de março de 1966. Vila Velha, 7 de março de 1966l.

_____. **Relatório n° 4.** Referente a sôbre pesquisa arqueológica feita nos dias 9 a 12 num murundu em Cariacica. Vila Velha, 15 de fevereiro de 1966m.

_____. **Relatório n° 3.** Referente a viagem a São Mateus e Itaúnas, e sondagem num amontoado nos dias 26 a 29 de fevereiro de 1966n.

_____. **Relatório n° 2.** Referente a viagem e estada em S. Tereza nos dias 13 e 14 de janeiro de 1966 ao . Vila Velha. Vila Velha, 16 de janeiro de 1966o.

_____. **Relatório preliminar sôbre observações arqueológicas no território do Estado do Espírito Santo:** método de pesquisa empregáveis na localização, pesquisa e registro de sítios arqueológicos e pré-históricos. Vila Velha, 25 de dezembro de 1965.

RAMINELLI, R. J. Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet à França Antártica. **Rev. HISTÓRIA**, São Paulo, 27 (1): 2008.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Precedido sobre as ciencias e as artes**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

RIBEIRO, L.; LIMA, A. P.; SOUZA, L. M. S.; JÁCOME, C. Os tupi-guarani do sul do Espírito Santo usavam a pedra, além do barro – a indústria lítica na pré-história tardia (e depois). **Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: ,2009.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Livraria Marins Editora/Circulo do Livro, [s.d].

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação do sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RIVET, P. **Introdução Histórica. As origens do homem americano**. Tradução de Paulo Duarte. 3º Ed. São Paulo: Editôra ANHAMBI S.A., 1960.

RUSCHI, A. ‘Contribuição à arqueologia de Santa Tereza, no Estado do Espírito Santo - Objetos de pedra de origem indígena’. Santa Teresa: Boletim do Museu Mello Leitão, 1953.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Tradução de Milton Amado. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

SALLETO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: O início da Colonização do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1998.

SANTOS, V. R; SILVA e MELLO E. C. S. **Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006.

SANTOS, E. F. **Memórias do Desenvolvimento do Espírito Santo: Grandes Nomes – Américo Buaiz**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2011.

_____. O reconhecimento do Espírito Santo pelas expedições portuguesas antes de 1535. **Dimensões**. Volume 20. Departamento de História da UFES; Vitória, 2007.

_____. José Bonifácio e o índio. **A monarquia no Brasil: o pensamento político da independência**. Vitória: Edulfes/CEG Publicações, 1999.

SANTOS, R.V.; MELO e SILVA, M, C.S. **Inventário Analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006.

SANTOS, M.C.T.M . 3. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. **Repensando a ação cultural e educacional dos museus**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

SILVA; LIMA, T.A. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Organização Fernanda Trindade Luciani. São Paulo: Hebra, 2010.

SOUZA, C.C. Introdução. In: GANDAVO, P. M. **História da Província de Santa Cruz**. Organização Ricardo Martins Valle. São Paulo: Hebra, 2008.

SOUZA, A. M.. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: Adesa, 1997.

----- **História da arqueologia brasileira. Pesquisas. Antropologia, n 46**, Rio Grande do Sul: Instituto Anchieta de Pesquisas. 1991

STADEN, Hans. Séc. 16. **Hans Staden: primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes**. Tradução de Angel Bojadsen. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

STEWART, J. **The Handbook of South American Indians**. Volume 1, 3. Washington DC.Smithsonian Institution, 1946.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHMITZ, P. I. O estudo das indústrias líticas. O PRONAPA, seus seguidores e imitadores. In: BUENO, L; ISNARDIS, A (orgs). **Das pedras aos homens: tecnologia lítica no Brasil**. Belo Horizonte, MG: FAPEMIG; Brasília, DF: CAPES, 2007.

SUGUIU, K; MARTIN, L; DOMINGUEZ, J.M.L. **Evolução da planície costeira do rio Doce (ES) durante o quaternário: influencia das flutuações do nível do mar**. ATAS DO SIMPÓSIO DO QUATERNÁRIO NO BRASIL: 93-116, Rio de Janeiro, 1982.

TRIGGER, B. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VAINFAS, R. **Trópico dos pecados: moral sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VALLE, R. M. **Introdução**. In: GANDAVO, P. M. **História da Província de Santa Cruz**. Organização Ricardo Martins Valle. São Paulo: Hebra, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Os índios e a Ordem Imperial**. Brasília: CGDOC/Funai, 2005, p.338.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural: uma antropologia da mudança**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

QUEIROZ DO VALLE, E. **Pequeno Dicionário Informativo do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1959.

KAPLAN, D; MANNERS, R.A. **Teoria da cultura**. Tradução de Zilda Kacelnik. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1975.

KOBASHI, N. Y. ; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. **Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação à análise de dissertações e teses**. Encontros Bibli (UFSC), v. 13, p. 106-115, 2008.

Bibliografia.

ARQUEOLOGIA e pré-história. Cursos e Conferencias. Pra Seu Governo. **A Gazeta**. Vitória (ES) - terça-feira, 6 de maio de 1969.

ARQUEOLOGIA. O Solar revivido. **A Tribuna**. Vitória (ES); 16-08-1970.

ARQUEÓLOGO faz palestra em Cachoeiro. **A Tribuna**. Vitória, quarta-feira, 22-10-1969.

ARQUEOLOGIA no ES. **O Diário**. Pagina 6. Vitória – terça feira, 4 de junho de 1968.

ARQUEOLOGIA. **O Diário**. N°. 2870. Vitória, sexta-feira, 11 de abril de 1969.

A JANELA Indiscreta. **A Gazeta**. N° 10. 451. Vitória (ES) – domingo, 2 de abril de 1967.

ARQUEOLOGIA capixaba no Peru. **O Diário**. N°. 3224. Vitória (ES); sexta-feira, 17 de julho de 1970.

ARQUEÓLOGO analisará ossada encontrada em Afonso Claudio. **A Gazeta**. N° 12.170. Vitória (ES), sábado, 09/01/1971.

AS RUINAS do Espirito Santo. **O Jornal da Cidade**. Vitoria (ES), Domingo, 20 de agosto de 1972.

AFONSO Claudio descobre sua riqueza: os fósseis. **O Diário**. N°. 3371. Vitória (ES), terça feira, 12/01/1971.

A UNIVERSIDADE inicia programa de pesquisas arqueológicas no ES. **O Diário**. N° 2.670. Vitória, quinta-feira, 8 de agosto de 1968.

BALESTRERO, H. As Ruínas de Carapina. **A Gazeta**. Vitória (ES), quinta-feira, 9 de outubro de 1969.

BILHETE do editor. As Ruínas dos Jesuítas. **Revista capixaba**. N° 31. Vitória, setembro de 1969.

COTAÇÕES de Carbono-14 indicam presença de elemento indígena. **Jornal da UFES**. Ano I, N° 2. Vitória (ES), março de 1972.

CURIOSIDADE popular prejudica trabalhos. **O Diário**. N°. 3372. Vitória (ES), quarta feira, 13/01/1971.

CUIDANDO da ossada. **A Tribuna**. N° 12.165. Vitória (ES), sexta feira, 4 de junho de 1971.

DIRIGENTE da PRONAPA vem ao Espírito Santo fazer pesquisas arqueológicas. **A Gazeta**. N° 10.854. Vitória (ES), quinta feira, 8 de agosto de 1968.

EM CIMA da hora. **A Gazeta**. N° 10.476. Vitória (ES) – sexta feira, 5 de maio de 1967.

EXPOSIÇÃO de história teve êxito. **O Diário**. Vitória, terça-feira, 14 de outubro de 1969.

EXTASE. Coluna dos colunistas. **Jornal da Cidade**. Vitória, 19 de novembro de 1969.

ESTUDANTE vai ai povo. **A Tribuna**. Vitória, domingo, 13-7-1969.

ENCONTRADOS fósseis de 2000 anos em Carapina. **O Debate**. Numero LVIII. Vitória (ES) 31 a 7 abril de 1969.

ENCONTRADAS ossadas em Afonso Claudio. Ê esse cemitério é de quem? **A Gazeta**. N° 12.168. Vitória (ES), quinta feira, 7/01/1971.

ENCONTRADO esqueleto de mais de 700 anos. **A Gazeta**. N° 12.289. Vitória (ES), quinta feira, 3 de junho de 1971.

ESQUELETO de 700 anos se desintegra e só resta a cabeça. **A Gazeta**. N° 12.290. Vitória (ES), sexta feira, 4 de junho de 1971.

ESQUELETO pré-cabralino é encontrado. **Jornal do Brasil**. 1° cad. Rio de Janeiro, quarta-feira, 2-4-1969.

FÓSSEIS despertam atenção. **O Jornal. Edição Capixaba**. Vitória, quinta-feira, 10 de abril de 1969.

FEITOSA, E. Arqueologia e pré-história. **Hoje**. Vitória (ES) – sábado, 3 de maio de 1969.

FREITAS, W. Uma providência à parte. **A Tribuna**. Sexta página. Vitória, 20 de agosto de 1968.

GALERIA traz objeto de história. **A Gazeta**. Vitória (ES) - quinta-feira, 5 de setembro de 1968.

GOMES, R. M. As Ruínas dos jesuítas. **Revista capixaba**. N° 33. Vitória, novembro de 1969.

HISTORIA vai ser tema de simpósio. **A Gazeta**. N° 12.627. Vitória (ES), domingo, 15 de setembro de 1972.

INICIO arqueológico. **O Diário**. Vitória, quinta-feira, 8 de agosto de 1968.

JUCUTUQUARA um bairro no meio do caminho. **O Diário**. n° 3.032. Vitória, domingo e segunda-feira, 26 e 27 de outubro de 1969.

MONUMENTO. **A Tribuna**. Vitória, sexta-feira, 21-11-1969.

MONJARDIM CAVALCANTI, J.C. Fósseis estão em Poltrona. Poltrona B. **O Diário**. N°.2869. Vitória, terça-feira, 23 de setembro de 1969.

MISTÉRIO de 400 anos na baía de Vitória. Fatos e Fotos. **Os Fatos**. N° 431. Vitória; 8 de maio de 1969.

MINI-FATOS. **A Tribuna**. N° 11.932. Vitória (ES); sábado, 31 de janeiro de 1970.

MENDES, A. C. Museu iniciará pesquisas arqueológicas em Vitória. **A Tribuna**. Vitória (ES); 19-09-1970.

NOITE e dia. **Jornal da Cidade**. Vitória (ES), sexta feira, 16 de janeiro de 1970.

MUSEU faz cadastramento de sítios. **Jornal da UFES**. Ano I, N° I. Vitória (ES), dezembro de 1971.

MONTAIGNE, M. **Dos canibais. Capítulo XXXI. Ensaio. Coleção os Pensadores**. Tradução Sergio Milliet. São Paulo: Abril S.A.; Editora Globo S.A., 1972.

METRAUX, A., **A religião dos tupinambás e sua relação com as demais tribos tupi-guaranis**. Tradução prof. Estevão Pinto. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. **La civilization matérielle des tribus Tupi-Guarani**. Paris. 1928.

_____. The Puri-Coroado linguistic family. IN: **Handbook of South American Indians**. Washington DC., Smithsonian Institution, 1946, v.1, p. 523-30.

METREAU, A. & NIMUENDAJU, C. The Mashacali, Patashó and Malali linguistic family. IN: **Handbook of South American Indians**. Washington DC. Smithsonian Institution, 1946, v.1, p.541-45.

METREAU, Alfred; PLOETZ, Hermann. **La civilization matérielle et la vie sociale et religieuse des indiens zè du Brésil meridional et oriental**. In: **Revista del Instituto de Etnologia de la Universidad Nacional de Tucumán**. Tomo I. Tucumán, 1929.

MONJARDIM CAVALCANTI, J.C. RUINAS. Poltrona B. **O Diário**. Vitória, terça-feira, 23 de setembro de 1969.

MUSEUS. **A Gazeta**. Nº 10.579. Vitória (ES) – Domingo, 3 de dezembro de 1967.

NOTÍCIAS da Universidade. **A Gazeta**. Vitória (ES) – Domingo, 17 de setembro de 1967.

NOTÍCIAS da Universidade. **A Gazeta**. Nº. 10.607. Vitória (ES) – terça-feira, 10 de outubro de 1967.

NOITE e dia. **Jornal da Cidade**. Vitória, sexta-feira, 16 de janeiro de 1970.

O NOSSO destaque: sambaquis do Espírito Santo. **Revista Capixaba**. Nº 27. Vitória, maio de 1969.

OSSOS na Igreja podem ter valor histórico. **A Tribuna**. Vitória (ES); 5-2-1970.

OSSADA em Vila Velha. **A Tribuna**. Nº. 11.991. Vitória (ES); quinta-feira, 28 de maio de 1970.

OSSADAS são mesmo de índios. **O Diário**. Nº 3370. Vitória, (ES), segunda e domingo. 10 a 11 de janeiro de 1971.

OSSADAS de índios encontradas numa fazenda capixaba. **O Globo**. Rio de Janeiro (RJ), 4/02/1971.

OSSADA em Fradinho: índio. **O Diário**. Nº 3488. Vitória (ES), quinta-feira, 3 de junho de 1971.

OSSADA em Fradinho tem mais de 600 anos. **A Tribuna**. Nº 12.164. Vitória (ES), quinta-feira, 3 de junho de 1971.

O NOSSO Museu de Arte e História. **O Diário**. Nº 3521. Vitória (ES), terça-feira, 13 de junho de 1971.

PATRIMONIO recebe verba da União. **O Diário**. Vitória, quinta-feira, 5 de junho de 1969.

PESSALI, H. Uma descoberta arqueológica. Caderno da Semana. **O Diário**. Vitória, 17 de junho de 1969.

PEROTA de volta: ES no Congresso Arqueológico. **A Tribuna**. Nº. 12.052. Vitória; sexta-feira, 14 de agosto de 1970.

RENFREW, C; BAHN, P. **Archaeology: theories, methods and practice**. Fourth edition. London: Thames & Hudson, 2004

ROMANO, C.M. Ruínas em Carapina. Caderno da Semana. **O Diário**. Vitória, 2 de outubro de 1969.

SIMPÓSIO de arqueologia encerra-se hoje. **O Globo**. Rio de Janeiro, 28-7-1969.

TARSO aprova NCr\$ 85 mil para pesquisa e proteção de jazidas arqueológicas. **Jornal do Brasil**. 1º caderno. Rio de Janeiro, terça-feira, 3-6-1969.

TODOS querem ver os fósseis de 2 mil anos. **O Diário**. N°. 2867. Vitória, terça-feira, 8 de abril de 1969.

UFES lança boletim sobre antropologia. **A Gazeta**. N° 12.627. Vitória (ES), quinta-feira, 12 de outubro de 1972.

UFES mostra ainda sesquicentenário. **O Diário**. N° 3922. Vitória (ES), sábado, 4 de setembro de 1972.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa**. Timon 3°. Lima: Imprensa Liberal, 1867, p.52.

WOELFEL, C. O Assunto de hoje é: Arqueologia no Espírito Santo. **A Gazeta**. n° 10.396. Vitória (ES) – Domingo, 22 de janeiro de 1967.

VIAGEM do reitor a Brasília e GB traz resultados práticos para Universidade. **A Gazeta**. Vitória (ES) – Sábado, 26 de agosto de 1967.

APÊNDICES

APÊNDICE I

APÊNDICE II

FIGURA 10: MAPA DE ÁREA DE SAMBAQUIS EM VITÓRIA (ESPÍRITO SANTO)

1 - SAMBAQUI DAS AROEIRAS; 2 - SAMBAQUI DA QUIXABEIRA; 3 - SAMBAQUI DAS LAGES; 4 - SAMBAQUI DO CAPÃO; 5 - SAMBAQUI DO GRAVATÁ; 6 - SAMBAQUI DA JOÁ; 7 - SAMBAQUI MIRIM II; 9 - SAMBAQUI DA ILHA DO LIMÃO; 10 - SAMBAQUI DO ANANÁS; 11 - SAMBAQUI DO PAU SÊCO E 12 - SAMBAQUI MIRIM I.

Figura 37: Arqueo-Entográfico do Estado do Espírito Santo, ES.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
1	NC	SIT	MUN	LOC	PRC	CER	LIT	OST	MAL	TOTAL	Area/m ²	Prof/cm	Ano/Pesquisa	N° CNSA
10	9	DES	VI	Fradinhos		91	1	0	0	92	0	0	1970	0
17	16	ES-LI-2	BE	Rio do Norte		0	0	0	0	0	1.000	10 20	1970	ES00002
39	37	ES-LI-12	CB	Belém		87	0	0	0	87	10.000	30	1970	ES00014
40	38	ES-LI-12	CB	Belém		21	0	0	0	21	10.000	30	1970	ES00014
41	39	ES-LI-12	CB	Belém		41	1	0	0	42	10.000	30	1970	ES00014
42	40	ES-LI-13	CB	Belém		338	1	0	0	339	12.000	10	1970	ES00200
43	41	ES-LI-14	CB	Belém		258	0	0	0	258	6.000	20	1970	ES00016
44	42	ES-LI-14	CB	Belém		303	0	0	0	303	6.000	20	1970	ES00016
45	43	ES-LI-14	CB	Belém		534	0	0	0	534	6.000	20	1970	ES00016
46	44	ES-LI-15	CB	Belém		69	0	0	0	69	5.000	20	1970	ES00017
47	45	ES-LI-16	CB	Belém		191	0	0	0	191	4.000	25	1970	ES00018
48	46	ES-LI-17	CB	Belém		0	0	0	0	0	6.000	25	1970	ES00019
52	50	ES-VI-5	SE	Biriricas		118	0	0	0	118	10.000	15	1970	ES00043
54	52	ES-VI-6	SE	Potirí		0	0	0	0	0	4.000	30	1970	ES00044
56	54	ES-VI-7	SE	Pedrinhas		0	0	0	0	0	120	20	1970	ES00045
57	55	ES-VI-8	SE	Pedrinhas		0	0	0	0	0	250	20	1970	ES00046
58	56	ES-VI-9	VI	Goiabeiras/UFES		0	0	0	0	0	300	40	1970	ES00047
63	61	ES-VI-14	VI	Barreira	3a	0	0	0	0	0	20	sup.	1970	ES00052
64	62	ES-AF-2	ST	Santa Julia	4a	39	0	0	0	39	6.000	10	1970	ES00027
65	63	ES-AF-2	ST	Santa Julia	4a	65	1	0	0	66	6.000	10	1970	ES00027
66	64	ES-AF-2	ST	Santa Julia	4a	0	0	0	0	0	6.000	10	1970	ES00027
67	65	ES-AF-3	ST	Santa Julia	4a	26	0	0	0	26	60.000	10	1970	ES00028
68	66	ES-AF-3	ST	Santa Julia	4a	29	2	0	0	31	60.000	10	1970	ES00028
69	67	ES-AF-3	ST	Santa Julia	4a	85	0	0	0	85	60.000	10	1970	ES00028
70	68	ES-AF-4	ST	Santa Julia	4a	44	4	0	0	48	30.000	10	1970	ES00029
71	69	ES-AF-4	ST	Santa Julia	4a	111	7	0	0	118	30.000	10	1970	ES00029
72	70	ES-AF-4	ST	Santa Julia	4a	75	0	0	0	75	30.000	10	1970	ES00029
73	71	ES-AF-5	ST	Santa Julia	4a	22	0	0	0	22	20.000	10	1970	ES00030
74	72	ES-AF-5	ST	Santa Julia	4a	56	2	0	0	58	20.000	10	1970	ES00030
75	73	ES-AF-5	ST	Santa Julia	4a	54	0	0	0	54	20.000	10	1970	ES00030
76	74	ES-AF-6	ST	Boapado	4a	15	0	0	0	15	60.000	15	1970	ES00031
77	75	ES-AF-6	ST	Boapado	4a	32	0	0	0	32	60.000	15	1970	ES00031
78	76	ES-AF-6	ST	Boapado	4a	17	3	0	0	20	60.000	15	1970	ES00031

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
79	77	ES-VI-15	FUND	Mutrabeca		0	0	0	0	0	1.500	20	1970	ES00020
81	79	ES-CI-1	C	Gruta do Limoeiro		1	7	1	0	9	200	0	1970	ES00005
82	80	ES-VI-19	VI	Barreira		0	0	0	0	0	20.000	30	1970	ES00054
83	81	ES-VI-19	VI	Barreira		201	25	0	0	226	20.000	30	1970	ES00054
90	88	ES-VI-17	VI	Carapina		227	1	0	0	228	100.000	25	1970	ES00053
91	89	ES-VI-17	VI	Carapina		1008	4	0	0	1012	100.000	25	1970	ES00053
92	90	ES-VI-17	VI	Carapina		111	1	0	0	112	100.000	25	1970	ES00053
93	91	ES-VI-18	VI	Carapina		146	3	0	0	149	100.000	40	1970	ES00054
94	92	ES-VI-16	CA	Tucum		0	0	0	0	0	100.000	40	1970	ES00055
95	93	ES-VI-16	CA	Tucum		280	5	0	0	285	100.000	40	1970	ES00055
96	94	ES-VI-16	CA	Tucum		80	1	0	0	81	100.000	40	1970	ES00055
99	97	ES-VI-16	CA	Tucum		0	0	0	0	0	100.000	40	1970	ES00055

SÍT – SÍTIO ARQUEOLOGICO. (CÓDIGO NUMÉRICO)	SP – SUPERFÍCIE (INTERNA/EXTERNA) COR. DA PASTA.	4e – desconhecido
DG – DIGITO DA PEÇA	1c – Preto	5e – acordelado.
LO – LOCALIZAÇÃO	2c – vermelho alaranjado	CV - CONTORNO DO VASO.
	3c – Laranja	0 - não identificado
	4c – Marrom	1f – Simples
PROC – PROCEDIMENTO DE COLETA.	5c – Marrom escuro	2f – infletido
0- desconhecido	6c – Marrom Acinzentado	3f - Composto
1a-doação	7c – Vermelho	3f – Complexo
2a-prospecção	8c – marrom claro.	FV - FORMA DO VASO.
3a-coleta de superfície	AT - ANTI-PLÁSTICO.	0 – Não identificado.
4a-escavação	1d – Areia fina	1g – Esférica
5a-escavação (salvamento)	2d – Areia Grossa	2fg– meia-esfera
6a- achado fortuito.	3d – Caco Moído	3g – meia calota
NP - NATUREZA DA PEÇA.	4d – Mineral	4g – cônica
0 – ausente	5d – Hematita	5g – ovoide
1b – Borda	6d – Osteológico	6g – cilíndrica
2b– base	7d – Malacológico	7g – carenada.
3b – lábio	8d – Carvão	IB - INCLINAÇÃO DA BORDA.
4b – bojo	9d – Outro	1h – Direta
5b – Alça	10d - Areia Grossa, areia fina e mineral.	2h – expandida
7b – Apêndice / Aplique	11d - Caco moído, areia grossa e areia fina.	3h – contraída
8b – Fuso	12d – Areia grossa e fina.	4h – dobrada
9b – Asa.	13d – Carvão, areia fina e grossa.	5h – vasada
10b - artefato (com mais de 60% constituído).	TM - TÉCNICA DE MANUFATURA.	6h – cambada
ES - ESPESSURA (cm/mm)	1e – Roletado	7h – reforçada externa
	2e – Modelado	8h – reforçada interna
	3e – Moldado	9h – extrovertida

10h – introvertida
 11h – vertical
 12h – inclinada interna
 13h – inclinada externa
 14h - Extrovertida Tipo Flange*

FBD – FORMA DA BORDA.

1i – Reta
 2i – Expandida
 3i – Contraída
 4i – Roletada Interna
 5i – Roletada Externa
 6i – Vazada

FBS - FORMA DA BASE.

1i – Plana
 2j – Côncava
 3j – plana côncava
 4j – arredondada
 5j – Em Pedestal
 6j – anelar
 7j – cônica
 8j – trípoda
 9j – tetrapoda
 10j – polípoda

FL – FORMA DO LÁBIO.

1l – Plano
 2l – Arredondado
 3l – apontado

4l – Biselado
 5l – dentado ou serrilhado.

AL – ACABAMENTO DO LÁBIO.

1m – Serrilhado
 2m – Ungulado
 3m – Serrungulado
 4m – Pintado
 5m – Engobado
 6m – Inciso
 7m – Acanalado
 8m – Digitado
 9m – Ponteado
 10m – Modelado
 11m – Exciso
 12m – Cortado

TS – TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE.

1n – Alisamento
 2n- Polimento
 3n – engôbo.
 4n – Grafitado
 5n – outro

LD – LOCAL DE DECORAÇÃO.

0 – ausente
 1o – Interna
 2o – Externa
 3o – Ambas
 4o – Lábio

TD – TIPO DE DECORAÇÃO.

0 - ausente
 1p – Pintada Interna
 2p – Pintada Externa
 3p – Plástica Interna
 4p – Plástica Externa
 5p – Engobo Interno
 6p – Engobo Externo
 7p – Engôbo Interno e Externo.
 8p – Pintura Interna e Externa.

CE – COR DE ENGOBO

1q – Branco
 2q – Azul
 3q – Vermelho
 4q – Laranja
 5q – Amarelo
 6q – Preto
 7q – Cinza

TPC – TIPO DE PINTURA E COR.

0 – ausente.
 1r – vermelho sobre engôbo branco
 2r – vermelho e preto sobre engôbo branco
 3r – vermelho
 4r – Preto
 5r – Branco

6r – Amarelo
7r – Negativo
8r – Marrom
9r – outro

DP – TIPO DE DECORAÇÃO PLÁSTICA.

0 - simples
1s – aplicado
2s – acanalado
3s – canelado
4s – carimbado
5s – corrugado complicado
6s – corrugado simples
7s – digitado
8s – digitungulado
9s – escovado
10s – exciso
11s – imbricado
12s – inciso
13s – inciso em ‘zig zag’
14s – linha polida
15s – marcado com corda
16s – marcado com malha
17s – marcado com tecido
18s – nodulado
19s – pinçado
20s – polido estriado
21s – ponteadado

22s – ponteadado arrastado
24s – raspado
25s – Serrungulado
26s – ungulado

GC – GRAU DE CONSERVAÇÃO.

1t – superfície interna e externa desgastada
2t – superfície interna desgastada
3t – superfície externa desgastada
4t – engôbo interno e externo desgastado
5t – engôbo externo desgastado
6t – engôbo interno desgastado
7t – pintura interna e externa desgastada.
8t - superfície interna e externa bem composta e conservada.
9t – Lábio desgastado.

FC – FILIAÇÃO CULTURAL.

1u – Tradição Tupiguarani
2u – Tradição Aratu
3u – Tradição Una
4u – Neobrasileira.
5u - desconhecida.

[illegible]